



N.º 5 do Séc. XXI – Junho 2025

FUNDADA EM 1861 | 05 | SOCIEDADE HISTÓRICA DA
INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL

independência

Director: José Ribeiro e Castro

Revista Semestral e Gratuita



Índice

- _003** - Editorial
- _009** - Estatuto Editorial & Ficha Técnica
- _011** - «D. Dinis revelou larguíssima visão e um notável, raro e apaixonante sentido estratégico.». *José Ribeiro e Castro*
- _014** - «D. Dinis, o Pai da Pátria». *João Abel da Fonseca*
- _019** - D. Dinis e a fundação da Universidade (1288-1290). *Mário Fareló*
- _022** - «Aqui, em 1125, Afonso Henriques mostrou ao que vinha. Em 2025, vimos mostrar ao que vamos.» *José Ribeiro e Castro*
- _026** - «O nosso plano para os 900 anos de Portugal é simples e longo. Simples para poder ser entendido, longo para poder ser saboreado e assimilado.». *José Ribeiro e Castro*
- _029** - Vida e feitos de D. Afonso Henriques. *João Estevão Pinto*
- _045** - D. Afonso Henriques: O seu governo, sob o ponto de vista político. *Torquato de Sousa Soares*
- _054** - O expressivo emblema da Sociedade Histórica da Independência de Portugal
- _061** - «A Pátria Portuguesa é obra coletiva dos portugueses e de modo muito particular dos seus Soldados». *Paulo Júlio Lopes Pipa de Amorim*
- _069** - Evocação do trigésimo sexto aniversário da Comissão Portuguesa de História Militar: a nobre missão de promover a história militar portuguesa. *Ana Isabel Xavier*
- _073** - Major Piloto Aviador António Lourenço de Sousa Lobato: Homenagem ao Homem e ao Militar. *João José Brandão Ferreira*
- _079** - General Baptista Pereira. Presente! *João José Brandão Ferreira*
- _081** - Portugal, o que foi e o que é ... no contexto do seu território. *Orlando da Rocha Pinto*
- _085** - Portugal e Inglaterra: um casamento de conveniência e sobrevivência com vantagens desiguais. *Cristiana Lucas Silva*
- _088** - A marca judaica na construção de Portugal. *Elvira Cunha de Azevedo Mea*
- _092** - Mais cautas do que castas (Cantigas de Amigo). *Isabel Ponce de Leão*
- _096** - Iberofonia? Não, obrigado. *José Ribeiro e Castro*
- _099** - Lusitanos há 900 anos. *João Paulo Oliveira e Costa*
- _102** - Nun' Álvares Pereira: de guerreiro a santo. Santidade e Política. *José Eduardo Franco*



Editorial

10 de Junho – três temas, três olhares

O 10 de Junho, Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, é o dia mais alto do calendário nacional. É alto momento que deve ser respeitado e observado por todos os portugueses. É oportuno olhar três episódios com esses olhos, os olhos de Portugal e da grandeza da sua alma.

O 10 de Junho do xeique Munir

Neste ano, voltei, em representação da Sociedade Histórica, a estar presente no 10 de Junho dos Combatentes do Ultramar, que, há 32 anos, se realiza, na zona da Torre de Belém, junto ao respectivo Monumento, defronte do Forte do Bom Sucesso. A Direcção a que presido decidiu que a Sociedade Histórica aqui estaria sempre presente. E, há um ano, fui eu o orador convidado nestas cerimónias, encargo que muito me honrou.

Neste ano, as cerimónias decorreram integralmente nesse cenário, começando com uma missa campal – gostei da mudança dos Jerónimos para ali. Tiveram a camaradagem, a dignidade e o patriotismo que sempre as caracteriza de forma especial, por reunirem centenas de antigos combatentes que, ali, se reencontram todos os anos, num ritual de alegria e de memória – alegria e memória de ter servido. E, como nota alta, importa destacar o discurso do Coronel Comando Paulo Pipa Amorim, que é reproduzido, na íntegra, nas páginas deste número da revista “Independência”. Porém, vivemos tempos em que há sempre quem se distraia a perturbar e a procurar estragar eventos nacionais, para ferir e fracturar, manchar o seu espírito e semear ódio. Ali, apareceram dois extremistas – sim, eram apenas dois – a lançar insultos num momento de oração, a invectivar o xeique Munir e o almirante Gouveia e Melo e a manter um ruído de agitação permanente durante cerca de 10 minutos. Soube-se mais tarde que não eram combatentes, mas gente mais nova, que já tinham estado a perturbar as cerimónias do 1.º de Dezembro, há meses, e se envolveram noutros incidentes violentos na tarde do 10 de Junho.

Acabariam por ser afastados. Mas o seu “feito” foi o facto do dia naquelas cerimónias: a comunicação social viu isso e não viu mais nada. Não viu que toda a gente ali presente repudiou os agitadores. Não viu que os dois energúmenos atingiram, em especial, as largas centenas de militares portugueses muçulmanos que, sobretudo na Guiné e em Moçambique, morreram como portugueses ao serviço de Portugal e cujos nomes estão gravados no mural edificado naquele mesmíssimo lugar. E não ouviu uma só palavra do importante discurso do Coronel Pipa Amorim. Não ouviu e não transmitiu.



Xeique Munir



O xeique Munir está ali, creio que desde sempre, por direito próprio dessas centenas de combatentes mortos e também seu direito e dever como o ministro da respectiva religião. Estava ali para rezar, assim como o capelão católico, diante do mural onde estão os nomes de milhares de combatentes que deram a vida por Portugal. Contestá-lo é ser ignorante da História de Portugal, desconhecer o que é Portugal, enxovalhar a humanidade e a memória e combatentes que deram a vida por nós.

Esta é a primeira nota deste 10 de Junho: a comunicação social diz que não gosta do extremismo, mas, em rigor, alimenta-o. Onde surge, é nele que se foca como o facto central e único.

O 10 de Junho de Lídia Jorge

Houve ainda a celeuma sobre os discursos nas cerimónias oficiais do 10 de Junho, em Lagos, em especial o da escritora Lídia Jorge, conselheira de Estado e presidente da Comissão Organizadora das Comemorações do 10 de Junho. O seu discurso suscitou muitas críticas de vários sectores sociais e políticos. E a polémica ecoou na comunicação social e sobretudo pelas redes sociais. Não podiam deixar de ser reacções esperadas à abordagem que fez de um tema muito manipulado: a escravatura. Ou seja, o discurso de Lídia Jorge não representou um consenso nacional, nem era isso que pretendia; foi escrito e lido para agitar as águas, e era isso que pretendia.

Das críticas que se manifestaram, escolho dois artigos de João Pedro Marques com que inteiramente me identifico: “Considerações sobre um discurso de Lídia Jorge” (Observador, 11-junho-2025) e “Os três erros de Lídia Jorge” (Observador, 18-junho-2025). Remeto o leitor, em geral, para estes textos. São reflexões muito acertadas e rigorosas, equilibradas e certeiras, vindas de um autor que é uma autoridade na matéria – um dos nossos especialistas, muito conhecedor –, que, pelo menos desde 2017, mantém atenta intervenção pública, respondendo de modo sempre oportuno, muitas vezes sozinho, às mentiras, falsidades e manipulações que o wokismo vai semeando e propalando. Mais uma vez o fez aqui. E tem publicado vários livros (alguns, coligindo as suas crónicas; outro, textos originais), que constituem preciosa ferramenta e património precioso para fazermoa a travessia destes tempos difíceis. Graças a João Pedro Marques, só nos deixamos enganar, se quisermos. A verdade nunca prescreve.



Lídia Jorge - 10 de junho



O discurso de Lídia Jorge começa como um discurso bem escrito e bem construído, à altura do seu talento. É assim até, já perto do final, aterrar no ponto desastrado que seria o seu propósito: conotar os Descobrimentos com a escravatura, manchá-los, amolgar o prestígio de grandes figuras portuguesas (como o Infante), alardear superioridade moral sobre os portugueses de antanho, ignorar por inteiro o tempo histórico, para servir levianamente a exibição da

vergonha e da condenação fora de tempo. Em resumo, a derrapagem woke, embora suavizada aqui ou ali. Isto não se faz, sobretudo num 10 de Junho. Se entidades oficiais querem reflectir sobre o tema da escravatura (ou similares), podem fazê-lo em qualquer ocasião que não o 10 de Junho, Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas (ou similar), até em momento ad hoc e sem limites de oportunidade. Fazer como foi feito, é fora de propósito e só serve para alimentar estratégias de enxovalho.

Se a escravatura ainda existisse até aos nossos dias, podia-se compreender que o 10 de Junho fosse uma data possível para decretar, enfim, a sua abolição e redefinir a comunidade dos portugueses em base totalmente nova. Fazê-lo agora vem com enorme atraso: 250 anos de atraso, se levarmos em conta as primeiras medidas de abolição, no reinado de D. José, no século XVIII; 150 anos de atraso, se tomarmos como referência as últimas medidas impulsionadas pelo Marquês de Sá da Bandeira, no final do século XIX.

É, aliás, chocante que o discurso de Lúcia Jorge ignore por inteiro a figura do Marquês de Sá Bandeira, esse grande português, político de grande dimensão, que, ao longo de décadas, contra tudo e contra todos, dedicou a sua vida pública à causa da abolição total da escravatura e do seu tráfico e a cuja porfia exemplar devemos a sua concretização. Não, não foi Lúcia Jorge a pôr termo à escravatura. Não, não foram os pequenos políticos de hoje, militantes do oportunismo tardio e da falsa compaixão que terminaram com a escravatura. Não, não foram os vários wokistas de pacotilha que enxameiam alguns meios intelectuais, que acabaram com a escravatura. Foram o Marquês de Sá Bandeira e outros da sua ténpera que o fizeram, no seu tempo, enfrentando e vencendo as resistências e dificuldades e afirmando uma liderança moral que merece ser exaltada.

A realidade da escravatura é de uma dureza brutal que nos interpela, é verdade. Chega a níveis e a graus que escandalizam, é verdade. Há relatos do trabalho escravo em minas, na Antiguidade Clássica, que revoltam, é verdade. Mas tinha sido sempre assim. A escravatura era um dado de facto das sociedades antigas, cenário comum da organização social e da economia. Havia alguns de nós que caíam fora da humanidade e eram vistos como meras coisas, desprovidos de direitos e de personalidade jurídica (ou o conceito equivalente). Não conheço sociedade que os não tivesse.

Houve povos e nações com mais escravos e outros com menos, houve épocas de mais escravatura e outras de menos – mas houvera-a sempre e por todo o lado. Os escravos eram frequentemente cativos de guerras e confrontos, mas também capturados directamente para o seu comércio. Nada disto desculpa, mas contextualiza. Ninguém pode dizer que está isento de falta, nem de culpa – até ao tempo da abolição, no século XIX, em todos os países ocidentais e seus domínios, e meados do século XX, nomeadamente em países árabes mais renitentes. Isto é que merece ser conhecido e exaltado: foi preciso a escravatura cruzar-se com o Ocidente e seus valores para ser decretada a sua abolição e proibição, nos países respetivos e a título universal. Nunca isto acontecera. Nunca. No século XIX (e já no século XX para os retardatários), foi proibida em todo o lado e para sempre.

Teria ficado bem aplaudir este triunfo extraordinário, já há 150 anos. Teria ficado bem identificar e dirigir a atenção geral para as bolsas de escravidão que, hoje, contra todas as declarações de direitos e vários tratados e leis proibicionistas, ainda existem nalguns lugares e os mercados sórdidos que alimentam, vitimando em especial mulheres e crianças. Os escravos do século XIX e para trás podem passar sem a nossa compaixão. Não os de hoje! Estes, sim, exigem a nossa atenção e reclamam a nossa coragem e desassombro, porque sofrem em silêncio, incluindo o silêncio do nosso 10 de Junho.

Quem fala de escravos, calando os de hoje, faz o mesmo que criticamos aos do século XV: olhavam os escravos, sem os ver como pessoas. Foi o que se passou, no 10 de Junho, em Lagos: convocar a questão da escravatura e silenciar as bolsas onde a escravidão ainda subordina, oprime e mata nos nossos dias, é manter, hoje, a mesma condescendência que se diz condenar no passado.

Também não pode passar sem reparo a ponte feita com as narrativas que sublinham – por vezes, com erro – os números do tráfico transatlântico de escravos de África para as Américas, em que Portugal participou. Tudo, como se tivessem sido os portugueses a introduzir a captura e o tráfico de escravos em África e como se não houvesse outras eras de tráfico em tão altos números ou ainda mais altos. Choca a obstinação com que se pretende esconder o tráfico massificado que, desde cedo, na Idade Média, mercadores árabes fizeram de escravos negros para o Norte de África, a Ásia e a Europa. Os portugueses foram encontrar este tráfico em África e juntaram-se a ele, como outros europeus, servindo a pressão económica da colonização das Américas. Repito: não serve de desculpa, nem de justificação, mas é indispensável contextualizar.

Os 46 escravos dados ao Infante, como contou Lúcia Jorge, citando a crónica de Zurara, foram capturados por portugueses nas costas de África, nas práticas de corso que eram frequentes na época, também nas costas do norte do Mediterrâneo e até na costa atlântica de Portugal. Mas a larguíssima maioria dos escravos comerciados por navegadores portugueses eram entregues aos portugueses por algum poderoso local ou um mercador árabe – isto é, não eram normalmente os portugueses a capturá-los. A história africana de Portugal, em diferentes costas, está cheia de episódios em que negreiros portugueses procuravam também capturar escravos para o seu comércio, mas eram

mantidos à distância pelos soberanos locais, que consideravam essa tarefa exclusivo seu. Houve confrontos por esta disputa, mas os soberanos africanos procuraram sempre proteger e salvaguardar essa sua fonte de riqueza. E os mercadores árabes mantinham-se também activos na intermediação, sobretudo nas costas mais a Norte.

No ritual de expiação por que enveredou a oradora, podíamos situar a nódoa com que manchou o Infante, citando centenas, senão milhares de outros exemplos ilustres da cultura e da ciência, da política e da religião, pois essa era prática corrente na época, em diferentes partes do Mundo. Thomas Jefferson, um dos primeiros Presidentes dos EUA, político notável, principal autor da belíssima Declaração da Independência, teve centenas de escravos ao longo da sua vida – diz-se que mais de 600. E, quando morreu, tinha cerca de 130 escravos na sua célebre fazenda Monticello, na Virgínia. Visitei-a nos anos '80. Apesar de se estar já no século XIX, e não no século XV (o do Infante), nada disso afectou a extraordinária importância da vida de Thomas Jefferson, nem os magníficos textos inspiradores que deixou aos americanos, na fundação da sua nação, e ao Mundo, numa das mais belas revoluções da História. O abolicionismo estava a chegar. Mas ainda não chegara.

Enfim, não pode deixar de notar-se que, estando-se no Dia de Camões, também poderia ter sido recordado, no 10 de Junho, que também Luís de Camões teve um escravo, frequentemente referido como Jau, que o acompanhou em Goa e em Lisboa, até à morte. E terá amado uma escrava. Ainda bem que isso não foi feito. Usá-lo, para amolgar Camões e municiar o wokismo, seria de franco mau-gosto naquele dia, naquele lugar e naquelas cerimónias.

É o que sinto exactamente quanto ao que foi dito na parte final do discurso de Lídia Jorge: franco mau-gosto, manipulação fora do contexto e serviço nefasto a agendas sem utilidade e sem valor.

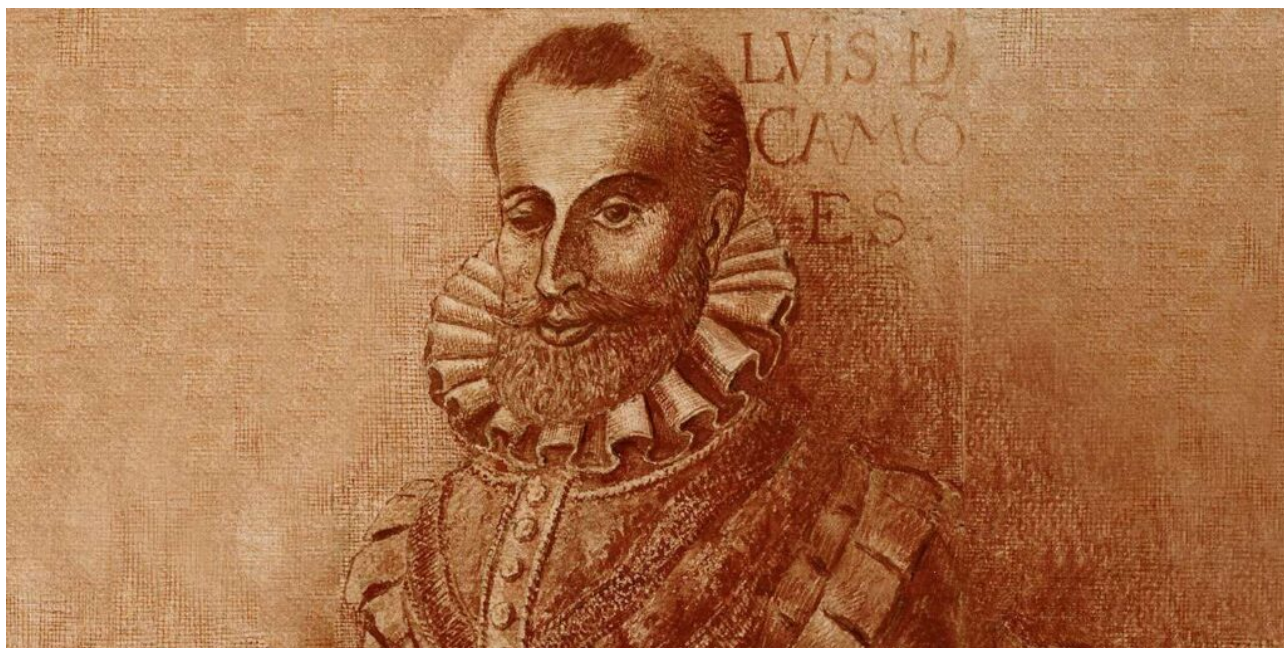
Esta é a segunda nota deste 10 de Junho: o dia nacional não pode servir para dividir os portugueses, ainda por cima para cavar divisões a cavalo de meias-verdades.

O 10 de Junho de Camões amordaçado

Tenho travado diversas lutas para afirmação e em defesa do estatuto internacional da língua portuguesa, a terceira língua europeia global, a língua mais falada do hemisfério Sul, uma das línguas mais faladas do mundo, uma língua presente em todos os continentes como língua materna ou língua oficial. Uma riqueza enorme, como é bom de ver. E de entender.

Várias vezes tenho afirmado que os lusófonos europeus (os portugueses) são os lusófonos mais incompetentes do mundo. Digo-o, porque o vejo – e não me conformo. Nada fazem para defender os direitos e os interesses do português – desde logo, no seu Continente, a Europa – e, não raro, ferem a nossa língua com desleixo e, por vezes, cumplicidade. Dá ideia de que as elites reinantes no País consideram que é chique não falar em português, não escrever em português e ver outros como “grandes”, mas não nós.

Em Maio, houve o caso, que envergonha os nossos representantes, do Ministro das Relações Exteriores de Angola, Teté António, na sede das instituições europeias, em Bruxelas, ter sido barrado de poder usar a língua portuguesa numa conferência de imprensa com a Alta Representante, Kaja Kallas. De facto, não se percebe onde tinha o ministro angolano a cabeça. Como pensou poder usar o português numa organização internacional, a União Europeia, a que não pertence qualquer país de língua portuguesa?! A pergunta é uma ironia, claro. Uma pesada ironia. Na sequência do alerta de Paulo Sande, escrevi este artigo sobre o escândalo: Vergonha e enxovalho – “Português?... Não temos.” (Observador, 2-junho-2025). O leitor interessado encontra aí tudo, incluindo o vídeo que regista para a história o momento altamente constrangedor. Continua a faltar uma posição oficial de esclarecimento e garantia de que não se repetirá. Ou seja, Portugal e os portugueses com proximidade e poder querem que a vergonha continue, se repita e se consolide. Português? Jamais! (dito em francês).



Luís Camões



Mas houve ainda outro caso mais grave, revelado pelo jornal “Página Um”, um jornal electrónico, independente, conhecido por descobrir factos desconhecidos – e até inimagináveis. E o que descobriu desta vez o “Página Um”? O director Pedro Almeida Vieira escreve no Editorial de 23 de Maio: na Exposição Universal de Osaka, “o pavilhão de Portugal [da responsabilidade da AICEP] optou por apresentar-se ao mundo sem uma única mensagem em português. Nas projecções que “recebem” os visitantes, apenas se lêem mensagens em japonês e em inglês. Presumo que a palavra Portugal apareça como Portugal porque assim se escreve em inglês.” Parece impossível. Daí, o título que dá ao seu Editorial: “Portugal apaga o português na Expo 2025 Osaka: uma vergonha diplomática, um acto de ignorância desmedida”. E pode ver o vídeo promocional: Full Walk of Portugal Pavilion.

O tema rolou nas redes sociais, por onde me chegou. Não vi nenhum outro órgão de comunicação social a ocupar-se deste escândalo, nem li ou ouvi alguma autoridade a desmentir o “Página Um”, a tentar explicar os factos e a garantir que a omissão da nossa língua fosse corrigida. A Exposição Universal de Osaka começou em Abril e vai até Outubro. A atitude oficial é a habitual diante destes casos: indiferença, desmazelo, desleixo e cumplicidade.

A língua portuguesa foi no século XVI a língua veicular naqueles mares, entre as línguas orientais e as europeias. No Japão também, onde deixámos laços, registos e marcas muito lembrados e apreciados. Um tamanho desprezo pelo português nunca viria dos japoneses. Só podia vir de portugueses e do elitismo parolo infelizmente reinante. Está certo que se use o japonês, língua local. Está certo que se use o inglês, primeira língua global. Mas porquê omitir o português, a língua do dono da casa, ainda por cima também língua global e com tantas relações com o Oriente e os povos orientais?

Foi muita pena, mas sintomático, que este tema fosse omitido dos discursos do 10 de Junho, em Lagos. Devia ter sido abordado em nome de Camões, amordaçado em Osaka, no Pavilhão de Portugal. A mordaza, ainda por cima, é cara: o pavilhão custou-nos quase 26 milhões de euros. Pode ler tudo no “Página Um”, já que ninguém mais nos diz o que quer que seja.

Esta é a terceira nota deste 10 de Junho: é tempo de as autoridades e os representantes de Portugal serem exigentes e intransigentes na afirmação e no respeito do estatuto internacional da Língua Portuguesa, a língua de Camões. De uma vez por todas. É tempo de estarmos à altura de quem somos.

[Nota: a parte do Editorial relativa ao discurso de Lúcia Jorge é adaptação de um artigo escrito para o jornal Observador, em vias de publicação.]



Estatuto Editorial & Ficha Técnica

Estatuto Editorial

- Publicação que visa fundamentalmente ser uma unidade de intervenção e veículo de comunicação da SHIP com os seus associados e com a sociedade civil;
- A exigência de rigor e credibilidade são imperativos e responsabilidades da direcção;
- Propõe-se publicar quaisquer trabalhos conducentes aos objectivos da SHIP, expressos estatutariamente;
- À redacção compete qualquer eventual informação, deixando à responsabilidade dos respectivos autores todos os trabalhos de análise, estudo, ensaio, comentário, artigo de opinião, etc., devidamente assinados com o nome próprio. Não são aceites pseudónimos ou iniciais;
- A reprodução total ou parcial do material publicado carece de autorização prévia do autor respectivo e da direcção da revista;
- A direcção reserva-se o direito de sugerir quaisquer alterações aos trabalhos, por razões de paginação ou outras, bem como de proceder à revisão literária e ortográfica dos mesmos;
- A auto-sustentabilidade não só na elaboração como no financiamento é um objectivo, pelo que a revista poderá inserir publicidade ou informação dirigida, desde que se enquadre nos objectivos da SHIP.

Isenção de Responsabilidade

Os conteúdos publicados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores. As opiniões, posições e interpretações expressas em cada artigo, estudo ou ensaio vinculam apenas os respectivos autores e não traduzem necessariamente a opinião dos demais autores da revista INDEPENDÊNCIA, nem da sua proprietária e da Direcção.

Ficha técnica

Nome: Independência
Director: José Ribeiro e Castro
Subdirector: Ana Maria Proserpio
Editor e Proprietário: Sociedade Histórica da Independência de Portugal. Palácio da Independência. Largo de São Domingos, n.º 11 1150-320 LISBOA
Conselho Editorial: Annabela Rita, Isabel Drumond Braga, José Pinho Neno, Michel Roncon Santos, Paulo Drumond Braga, Renato Epifânio.
Membros da Direcção: José Ribeiro e Castro. Gustavo Mesquita Guimarães. Margarida Silva-Gonçalves Neto. Jorge Paiva e Pona. António Mexia de Almeida.
Sede da Redacção: Palácio da Independência. Largo de

São Domingos, n.º 11 1150-320 LISBOA
Design e Estrutura: PDF e Layout da Página Web, baseados respetivamente nos Plugins Nopea Media e no Tema Hive.
N.º de registo na ERC: 127961
N.º de Registo de Pessoa Colectiva: 500875294
Correio electrónico: geral@revistaindependencia.pt
Site: <https://revistaindependencia.pt>
Legenda da capa: Réplica da espada de D. Afonso Henriques na Catedral de Zamora
Créditos fotográficos: Florentino Bernardes Franco, José Ribeiro e Castro e Jorge Campos.



«D. Dinis revelou larguíssima visão e um notável, raro e apaixonante sentido estratégico.» *

José Ribeiro e Castro

No ciclo largo dos 900 anos de Portugal que começamos a comemorar neste ano, com a grande cerimónia prevista para Zamora, no próximo dia 8 de Junho, este 7.º Centenário da morte d'El-Rei D. Dinis é o primeiro grande Centenário que cai dentro dessa janela temporal que definimos e que se alarga quase até ao final do século: até 2085, quando passarão 900 anos sobre a morte de D. Afonso Henriques, nosso primeiro rei, fundador.



Intervenção do presidente da Direcção, Dr. José Ribeiro e Castro na Homenagem da Sociedade Histórica, a El-Rei Dom Dinis, no 7.º Centenário de sua morte, no Castelo de São Jorge.

D. Dinis merece bem a coincidência de abrir este primeiro ano do ciclo 2025-2031, ano que dedicamos especialmente ao tema “O Território e o Municipalismo”. Por isso, deixo aqui, em breves palavras, a homenagem da Sociedade Histórica da Independência de Portugal a um dos maiores reis da nossa História.

D. Dinis foi o primeiro rei da 1.^a Dinastia que não teve de preocupar-se com a Reconquista, pois, no nosso espaço da Península, o seu pai (Afonso III) tinha concluído o trabalho, com a conquista do Algarve e com o Tratado que confirmou a nossa posse do Reino dos Algarves. (Castela e Aragão só concluiriam a sua parte dois séculos mais tarde.)

Lançou-se, portanto, a pacificar relações e a organizar o país, no que revelou larguíssima visão e um notável, raro e apaixonante sentido estratégico.

Pacificou as relações com a Igreja Católica, onde o caldo se entornara no reinado de seu pai. A normalização dos laços com a Santa Sé, além de estabilizar a relação com o clero, facilitou por certo um dos principais êxitos de D. Dinis: criar, com apoio papal, uma ordem religiosa e militar muito presente nos séculos seguintes da nossa História, a Ordem de Cristo, para a qual transferiu o património português dos templários, em lugar de tudo dismantelar com a extinção da Ordem do Templo, ordenada por Roma.

A obra de governo de D. Dinis cuida nada mais, nada menos do que de quatro pilares estratégicos de Portugal:

- o território
- a língua
- a identidade
- o mar.

E, quanto ao território – um dos mais preciosos recursos estratégicos do país, hoje tão maltratado –, D. Dinis abordou-o coerentemente em diferentes ângulos:

- a fronteira,
- o povoamento,
- a produção,
- a organização.

El-Rei D. Dinis acordou, com Leão e Castela, a última fronteira que faltava definir, dividindo territórios da Reconquista, a fronteira oriental de Portugal desde as terras de Riba Côa ao Alentejo, incluindo Olivença – é o

famoso Tratado de Alcanizes de 1297.



Punho da espada do rei D. Dinis que se encontra no seu túmulo no Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas



Outorgou dezenas de novos forais (um pouco mais de 80) e confirmou outros, num total de mais de uma centena, sobretudo no interior e no sul.

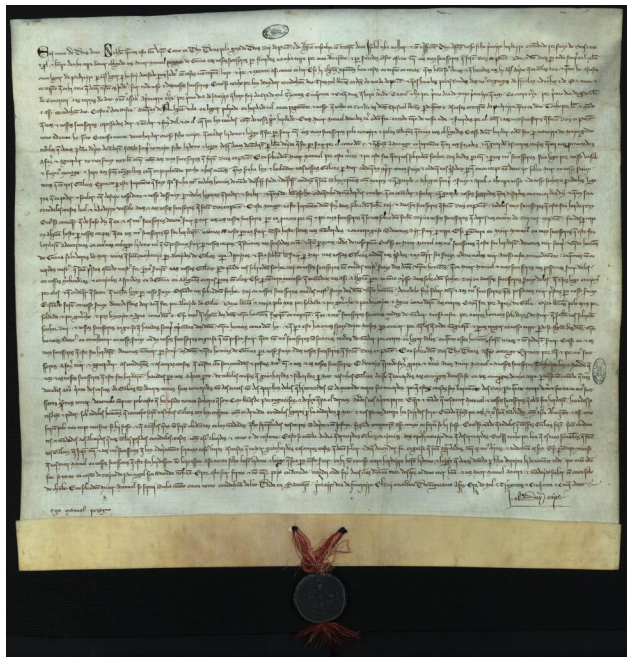
Incentivou a agricultura, atribuindo aos camponeses terras para cultivo, com regimes diferentes consoante as regiões do país – nomeadamente, Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes e Estremadura –, explorou os recursos mineiros e estimulou o comércio interno, desenvolvendo as feiras. Seguiu uma política de povoamento sustentada pelo desenvolvimento da economia de base e por uma organização administrativa de proximidade. Percorreu várias vezes o país de uma ponta a outra. Dir-se-ia estarmos perante um governante moderno; olhando bem, um governante melhor que os modernos.

Intuiu a importância política da língua, ordenando, em 1296, o uso exclusivo da língua portuguesa nos documentos oficiais. Com isto, devemos-lhe a língua que alimentou o nosso Estado-nação, que era um Estado-língua, e devemos-lhe também, por isso, o que hoje chamamos de Lusofonia.

Cuidou do conhecimento e do saber, e do aprofundamento da identidade portuguesa, ao fundar, em 1290, os Estudos Gerais, em Lisboa, que correspondem, hoje, à Universidade de Coimbra, uma das mais antigas universidades europeias.

Cuidou do mar, criando em 1312 uma organização permanente da Marinha Real, para cujo comando

chamaria, poucos anos depois, a figura que ficou famosa: o Almirante Manuel Pessanha ou *Emanuele Pesagno*, genovês e experimentado. Não haveria Descobrimentos sem Marinha.



Contrato celebrado entre o rei D. Dinis e Manuel Pessanha, de Génova, para este servir como seu almirante (ANTT).

• • • •

E D. Dinis era um poeta, um trovador, um talento que expressou em mais de uma centena de cantigas

medievais de todos os géneros (de amigo, de amor e de escárnio e maldizer), que fazem dele uma figura inapagável da nossa literatura, como expoente da arte trovadoresca, que eu estudei na História da Literatura Portuguesa, no liceu:

«- *Ai flores, ai flores do verde pino,
se sabedes novas do meu amigo?
Ai Deus, e u é?»*

Sobre “*Ai Deus, e u é D. Dinis?*” falar-nos-á o Dr. João Abel da Fonseca, na apresentação que preparou para nós e que, desde já, agradeço.

Viva El-Rei D. Dinis! Viva Portugal!



Dom Dinis (túmulo do rei no Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas)

• • • •

* Discurso do Presidente da Direção da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, dr. José Ribeiro e Castro, na Homenagem a El-Rei Dom Dinis, no 7.º Centenário de sua morte, no Castelo de São Jorge, em Lisboa, no dia 7 de Janeiro de 2025



D. Dinis, o Pai da Pátria

João Abel da Fonseca

Sessão comemorativa *700 anos sobre a morte do rei D. Dinis* (Lisboa, Castelo de São Jorge junto à sala Ogival, 7 de Janeiro de 2025)



Intervenção do Dr. João Abel da Fonseca na Homenagem da Sociedade Histórica, a El-Rei Dom Dinis, no 7.º Centenário de sua morte, no Castelo de São Jorge.



I – Introdução

D. Dinis foi o primeiro monarca português que nasceu em Lisboa, muito provavelmente na alcáçova do Castelo de São Jorge, a 9 de Outubro de 1261, devendo o nome ao facto deste dia corresponder, no santoral da Igreja de Roma, à celebração do mártir São Dinis, bispo de Paris, consagrado apóstolo da Gália e, acrescidamente, patrono da casa real francesa. Filho de D. Afonso III e de D. Beatriz de Castela, filha natural legitimada de Afonso X, «o Sábio», rei de Castela e Leão, reinou durante 45 anos e 326 dias, entre 16 de Fevereiro de 1279 e 7 de Janeiro de 1325, dia da sua morte, em Santarém, aos 63 anos de idade¹. Podemos, deste modo, considerar justificada a nossa presença, hoje e aqui: já porque se completam 700 anos da morte de D. Dinis, como porque foi em Lisboa, e no castelo de São Jorge, que nasceu o sexto rei da primeira dinastia portuguesa.

Pater Patriae é um título honorífico latino que significa «o Pai da Pátria». A honraria de ser chamado «o Pai da Pátria» era conferida pelo senado, sendo que esta distinção se destinava a reconhecer a relevância dos feitos dos homenageados em prol de Roma, durante a República e o Principado. Foi o historiador português Duarte Nunes de Leão² que considerou ter pertinência atribuir este epíteto a D. Dinis na crónica do seu reinado, inserida na *Primeira Parte das Chronicas dos Reis de Portugal*, obra publicada em Lisboa pelo impressor Pedro Craesbeeck, em 1600.

Justificado o título deste breve bosquejo, importa recordar os cognomes mais conhecidos do monarca, «O Rei-Trovador», ou «O Rei-Poeta», e «O lavrador», com os quais se perenizou no imaginário colectivo dos portugueses, qual rei dos três arados, pela consagração da língua portuguesa, como obrigatória na redacção dos documentos oficiais do reino, e a criação da universidade; o desenvolvimento da agricultura; e o mar, onde podemos relembrar os versos de Camões n'Os *Lusíadas*: «Por mares nunca de antes navegados» (Canto I, 1.3) e «Por mares nunca doutro lenho arados» (Canto VII, 30.7), sem esquecermos que três estrofes (96-98) do Canto III também lhe são dedicadas³. No século XX,

Fernando Pessoa⁴ denominou na *Mensagem* o sexto rei de Portugal como «o plantador de naus a haver»⁵, fazendo perdurar neste poema um dos mitos mais comuns associado ao imaginário dionisino, tal é o que atribui ao monarca ter mandado plantar o pinhal de Leiria. Sabemos como se trata de uma inconsistência sem qualquer prova encontrada na documentação coeva, mas que ocorreu pela primeira vez num trecho da obra de Pedro de Mariz⁶, *Diálogos de Vária História*, dada ao prelo em 1594, na cidade de Coimbra, na Oficina de António de Mariz, e foi posteriormente repetida, até ao presente, na historiografia afim.

Um outro apontamento merece referência, sobre o rutilismo de D. Dinis, uma característica genética responsável pela ocorrência de pelos e cabelo ruivo, justificada pela genealogia, confirmada, em 1938, quando se procedia a um restauro na igreja do antigo mosteiro de Odivelas, onde o monarca quis ser sepultado, e o seu túmulo foi acidentalmente aberto. Muito recentemente, tal evidência veio a ser corroborada através da investigação levada a cabo durante as obras de beneficiação que decorreram na igreja do convento de Odivelas⁷.



• • • •

II – D. Dinis, o Pai da Pátria

Muito sucintamente, importa ainda dar conta de algumas realizações que justificam a atribuição do epíteto de «o Pai da Pátria» para além daquelas que Duarte Nunes de Leão elencou.

D. Dinis foi o obreiro da decisão sobre o futuro de

Portugal numa perspectiva de espaço, que ultrapassando a fronteira terrestre consignada no Tratado de Alcanizes, celebrado em 12 de Setembro de 1297, alargou-se a um outro bem mais vasto, no mar, qual fronteira estratégica de segurança, garante da soberania, e que numa articulação entre o Mediterrâneo e o Atlântico,

encontrou novos limites, sendo o meridional no estreito de Gibraltar e o setentrional no golfo Ártabro, na Galiza⁸. O permanente corso e pirataria berberesca, a que estava sujeita a orla marítima portuguesa, levaram o soberano a constituir, em 1280, logo no início do reinado, um sistema de defesa costeira, providenciando a criação de uma armada de guarda costas sediada em Tavira, no reino do Algarve. Volvidos 40 anos, o monarca obteve do papa João XXII, a bula *Apostolice Sedis*, de 23 de Maio de 1320, que concedia à Coroa, por três anos, o dízimo das rendas eclesiásticas de todo o reino, e que consentia e agradecia toda a intervenção no sentido da conquista dos territórios *nullius diocesis*, insistindo na guerra contra os mouros, não sem deixar de considerar louvável a acção do rei português em defesa da Cristandade, acrescentando que equiparava a armação de galés no estreito de Gibraltar à cruzada e, deste modo, legitimava a estratégia naval da monarquia lusitana⁹.

Pela diplomacia junto da Santa Sé, D. Dinis resolveu um problema antigo e de algum melindre, conseguindo que pela bula *Pastoralis officii*, de 17 de Novembro de 1288, de Nicolau IV, o papa autorizasse a separação dos espatários portugueses em relação ao mestrado de Castela, ordenando aos comendadores e cavaleiros lusitanos que elessem o seu mestre provincial. Esta medida permitiu uma reorientação da Ordem de Santiago que, de uma perspectiva de hegemonia continental, própria da mentalidade castelhana, evoluísse para um novo horizonte de controle das áreas marítimas e foi, deste modo, embrião do ideário da expansão atlântica portuguesa¹⁰. Não havia marinha sem marinheiros, mas pouco importava dispor deles se não existissem navios, cuja construção e equipamento exigia um assinalável esforço financeiro, sem esquecer a necessidade de se construírem tercenças e dotar os portos de cais acostáveis, como por exemplo o cais da Oura, primeiro em Lisboa, obra realizada durante o reinado dionisino.

Em 14 de Agosto de 1307, o papa Clemente V enviava a D. Dinis a bula *Regnans in coelis triumphans*, expondo os delitos que se imputavam à Ordem dos Templários, solicitando-lhe o envio de delegados ao agendado Concílio de Vienne, onde se iria tentar resolver o grave contencioso, fruto da cobiça de Filipe IV de França. Em 30 de Dezembro de 1308 nova bula dirigida ao monarca português, *Callidis serpentis*, pedindo-lhe que procedesse à extinção da ordem no reino. D. Dinis apercebendo-se, por ventura, que podia aproveitar o momento para chamar a si o controle dos bens dos Templários, imagina a criação de uma nova ordem, exclusivamente portuguesa, que viesse a ser herdeira daqueles. Clemente V vem a extinguir a Ordem do Templo pela bula *Vox in*

excelso, de 22 de Março de 1312, satisfazendo as exigências do rei francês, mas acautelando as relações com os reinos ibéricos que ficaram exceptuados da entrega dos bens, mas obrigados a nada alienarem sem o consentimento da Santa Sé. No seguimento desta decisão de Roma, a 14 de Agosto de 1318 é fundada a Ordem de Cristo, confirmada pela bula *Ad ea ex quibus cultus* de João XXII, de 14 de Março de 1319, reforçada pela bula *Veniantes*, de 16 seguinte. A ordem de transferência do património dos templários é dada pelo monarca português em 26 de Novembro do mesmo ano¹¹.

Entretanto, a 1 de Fevereiro de 1317 tinha sido celebrado com o genovês Manuel Pessanha um contrato, por carta outorgada em Santarém, nas condições de um feudo hereditário, para que este e os seus sucessores servissem no reino como almirantes, tanto na paz como na guerra (o que evidencia que os navios tanto podiam assumir uma vertente comercial como de combate), com o propósito de providenciar a organização naval e dirigir as iniciativas relacionadas com a construção naval, assumindo o cargo no âmbito de uma nova estrutura que se pretendia, no futuro, de carácter permanente. Este contrato é, por conseguinte, considerado a certidão de nascimento da marinha portuguesa.

O cerceamento do poder da grande nobreza e a perseguição aos abusos senhoriais, a revalorização monetária, a estabilização da moeda com a introdução de uma nova numária, sem quebrar moeda, e a resolução do conflito que opunha o reino à Santa Sé, desde o tempo do seu pai, alcançado pela assinatura de sucessivas concordatas (entre 1282 e 1309), que permitiram solucionar internamente os problemas com o clero, sem a intromissão constante de Roma, constituem outros marcos miliários da acção de D. Dinis. Contudo, à protecção inicial ao clero sucedeu vir-se a retirar-lhe alguns privilégios através de nove leis da desamortização (entre 1286 e 1312), que interditavam as instituições religiosas de herdarem bens de raiz e proibiam a venda de propriedades aos eclesiásticos. O extenso corpus legislativo dionisino, prosseguindo o afã de D. Afonso III, revela-se impressionante, elevando-se a cerca de centena e meia as novas leis com que dotou o país ao longo do seu reinado¹². D. Dinis distingue-se, ainda, por ter criado novas vilas, por ter concedido cerca de 90 forais, por ter mandado edificar ou restaurar fortalezas e castelos, protegendo os burgos com fortes muralhas, tal foi o caso, bem conhecido, da cidade de Lisboa.

A criação do *Studium General*, na sequência do documento *Scientiae thesaurus mirabilis*, de 1 de Março de 1290, onde se ensinavam cadeiras de Artes, o Direito Civil e o Canónico, e a Medicina, confirmada em 9 de Agosto seguinte pela bula *De statu regni Portugaliae*, de

Nicolau IV, se bem que sediado em Lisboa num primeiro momento, ganhou em Coimbra a fama que se foi dilatando nos séculos seguintes.

Deixamos dois outros apontamentos breves. O primeiro para dar conta que D. Dinis foi referido por Dante Alighieri na *Divina Comédia*, como um rei com fama de ser rico, mais precisamente, no Paraíso, Canto XIX, verso 139. A liberalidade reconhecida na pessoa do rei ficou patente junto de alguns familiares próximos que se encontravam em situações de grande aflição financeira. Assim aconteceu com a grande ajuda financeira prestada a seu genro Fernando IV, rei de Castela, após a celebração do tratado de Alcanizes, para levar a bom termo as lutas internas no seu reino. Outrossim, ajudou seu cunhado, Jaime II de Aragão, para custeio da guerra que empreendia contra os mouros. Restou ainda tempo a D. Dinis para redigir as suas famosas canções trovadorescas, algumas musicadas, que ascendem a 137, entre 73 cantigas de amor, 51 cantigas de amigo, 10 cantigas de escárnio e maldizer e três pastorelas, das quais sete com música original¹³. Acresce que as várias iniciativas do monarca em prol das actividades marítimas vieram a justificar que muitos trovadores

coevos tivessem dedicado cantigas a temas relacionados com o mar¹⁴.

A título de conclusão podemos considerar que D. Dinis foi um verdadeiro «Pai da Pátria», na medida em que se lhe pode atribuir a criação da identidade nacional, e de um genuíno estado-nação, acrescidamente, por ter contribuído para o futuro sucesso da expansão marítima portuguesa¹⁵.



[1] Seguimos de perto, ao longo do texto: PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *D. Dinis*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005; PIZARRO, “D. Dinis e o Mar” in *O Mar como futuro de Portugal (c.1223 – c. 1448). A propósito da contratação de Manuel Pessanha como almirante por D. Dinis*. Actas do XV Simpósio de História Marítima (2017). Lisboa: Academia de Marinha, 2019, pp. 25-34.

[2] Seguimos esta edição. LIÃO, Dvarte Nvnez do, *Chronica del Rei Dom Dinis in Primeira Parte das Chronicas dos Reis de Portugal*, Tomo II. Lisboa: Manoel Coelho Amado, 1774, pp. 59-62.

[3] Assinalados que estão os Cantos e as estrofes de *Os Lusíadas*, poderão ser identificados os versos em apreço numa qualquer edição da obra.

[4] Seguimos esta edição. PESSOA, Fernando, *Mensagem*. Lisboa: Ática, 1972 (10.^a ed.), p. 31.

[5] COELHO, Maria Helena da Cruz, “Portugal – Um reino «plantador de naus»” in *A Formação da Marinha Portuguesa. Dos Primórdios ao Infante*. Actas do XII Simpósio de História Marítima (2011). Lisboa: Academia de Marinha, 2015, pp. 287-302.

[6] Seguimos esta edição. MARIZ, Pedro de, *Dialogos de Varia Historia*, Tomo I, Dialogo III, Cap. I. Lisboa: Imprensa Regia, 1806, p. 281.

[7] TORRÃO, Cristina, “O rosto de D. Dinis” in *Delito de Opinião* (blogs.sapo), 11.01.2025.

<https://delitodeopiniao.blogs.sapo.pt/o-rosto-de-d-dinis-17752189>

[8] FONSECA, Luís Adão da, “Raízes da estratégia subjacente à primeira expansão marítima portuguesa” in *A Formação da Marinha Portuguesa. Dos Primórdios ao Infante*. Actas do XII Simpósio de História Marítima (2011). Lisboa: Academia de Marinha, 2015, pp. 17-29.

[9] FONSECA, João Abel da, “A empresa de Ceuta – Dos antecedentes às circunstâncias que ditaram as causas próximas” in *Ceuta e a Expansão Portuguesa*. Actas do XIV Simpósio de História Marítima (2015). Lisboa: Academia de Marinha, 2016, pp. 64-65.

[10] FONSECA, João Abel da, “A convenção marítima anexa ao tratado de Windsor – 9 Maio 1386. Antecedentes e consequentes” in *Memórias 2006*, Vol. XXXVI. Lisboa: Academia de Marinha, 2012, p. 76.

[11] FONSECA, João Abel da, “A convenção marítima anexa ao tratado de Windsor – 9 Maio 1386. Antecedentes e consequentes” in *Memórias 2006*, Vol. XXXVI. Lisboa: Academia de Marinha, 2012, pp. 75-76; MARTINS, Armando, “De D. Afonso III a D. João I. As ‘bulas do mar’ na construção da primeira ‘plataforma continental’ portuguesa” in *O Mar como futuro de Portugal (c.1223 – c. 1448). A propósito da contratação de Manuel Pessanha como almirante por D. Dinis*.

Actas do XV Simpósio de História Marítima (2017). Lisboa: Academia de Marinha, 2019, pp. 301-311.

[12] D. Dinis (1279-1325) in *Corpus Legislativo da Idade Média (Clima)*. Porto: Universidade Lusíada, 2012.

<https://www.ulusiada.pt/clima/ius-proprium-leis-gerais/d-dinis/>

[13] [D. Dinis] <https://cantigas.fcsh.unl.pt/autor.asp?cdaut=25&pv=sim> in *Cantigas medievais galego-portuguesas: corpus integral profano*, ed. e coord. LOPES, Graça Videira, 2 vols. Lisboa: BNP, IEM e CESEM, 2016.

[14] FONSECA, João Abel da, “Subsídios para um Cancioneiro Medieval dos Trovadores Galego-Portugueses do Mar” in *O Mar como futuro de Portugal (c.1223 – c. 1448). A propósito da contratação de Manuel Pessanha como almirante por D. Dinis*. Actas do XV Simpósio de História Marítima (2017). Lisboa: Academia de Marinha, 2019, pp. 355-384.

[15] COSTA, João Paulo Oliveira e, “O Mar como Abertura do Mundo” in *O Mar como futuro de Portugal (c.1223 – c. 1448). A propósito da contratação de Manuel Pessanha como almirante por D. Dinis*. Actas do XV Simpósio de História Marítima (2017). Lisboa: Academia de Marinha, 2019, pp. 385-391.

* Sócio de Mérito e Membro do Conselho Supremo da SHIP.



D. Dinis e a fundação da Universidade (1288-1290)*

Mário Farelo**

Setembro marca para muitos de nós o fim das férias e o regresso à "escola". Para cerca de 50.000 pessoas, este regresso constituiu, recentemente, o início de um novo ciclo académico com a entrada na universidade pública portuguesa. Parece-me, portanto, uma excelente oportunidade para abordar, no contexto de uma coluna colaborativa dedicada à celebração dos "900 anos de Portugal" — concebida sob uma perspetiva cronológica ampliada —, os primórdios do fenómeno universitário em Portugal, nomeadamente a fundação da Universidade por iniciativa do rei D. Dinis (1279-1325).



Motivos para a fundação da Universidade em Portugal

Um dos grandes marcos da cultura portuguesa no período medieval foi a criação do Estudo Geral, designação pela qual a Universidade era geralmente conhecida nesse período. A sua fundação veio enriquecer e diversificar uma rede de instituições de ensino predominantemente eclesiástica, composta, até então, por escolas monásticas destinadas à formação interna de monges

que viviam em comunidades beneditinas e cistercienses, e por escolas urbanas administradas pela hierarquia secular (bispos e cabidos) ou por ordens religiosas com uma vocação citadina, como os cónegos regantes de Santo Agostinho e as ordens mendicantes, em particular os franciscanos e os dominicanos.

Quando D. Dinis decidiu promover a criação do Estudo

Geral em Lisboa, o movimento universitário já tinha aproximadamente um século de existência no seio da Cristandade, com a fundação de instituições na Península Itálica (Bolonha, Pádua, Nápoles, Macerata), em França (Paris, Toulouse, Orleães, Montpellier), em Inglaterra (Oxford, Cambridge) e até mesmo na Península Ibérica (Palência, Salamanca, Múrcia). Para o monarca, não se tratava apenas de imitar o que se fazia nesses outros reinos, mas, sobretudo, de dotar o reino de Portugal de uma instituição de ensino reconhecida pelos poderes soberanos da Cristandade. Essa instituição formaria indivíduos capacitados para exercer atividades especializadas, validadas pela obtenção de um grau académico reconhecido e valorizado pela sociedade.

De facto, a criação da Universidade em Portugal teve motivações eminentemente utilitárias, pois oferecia uma alternativa viável para aqueles que não podiam arcar com as dispendiosas viagens e estadas em universidades estrangeiras. Embora essa fundação não tenha interrompido a ida de estudantes portugueses para as renomadas universidades de Bolonha, Paris, Montpellier e Toulouse — já que, tanto ontem quanto hoje, a peregrinatio académica permanece um elemento marcante na sociedade portuguesa —, ela facilitou a formação de indivíduos que posteriormente integraram as fileiras do oficialato régio e eclesiástico, num período em que essas instituições estavam em processo de consolidação e de complexificação.

A fundação da Universidade como um processo

Em termos concretos, não é possível aferir um momento exato para a fundação da Universidade portuguesa, pois tratou-se de um processo decorrido entre 1288 e 1290, datas que correspondem aos únicos três documentos de que dispomos para a análise da questão.

O projeto teria ganho forma por altura de finais de 1288, quando vários clérigos ligados ao rei solicitaram a sua fundação ao Papa, através de uma súplica, datada do dia 12 de novembro, desconhecendo-se se alguma vez chegou às mãos do papa.

Passando a terreno mais sólido, sabe-se que o Estudo Geral já estaria em funcionamento em Lisboa no dia 1 de março de 1290, através de uma carta régia de proteção aos mestres e estudantes, na qual D. Dinis declara ter contratado um conjunto de professores e dotado a instituição de um conjunto de privilégios que, infelizmente, não especifica.

Para além do necessário ato de fundar, a Universidade só teria «existência legal» após um reconhecimento pontifício. Ora, desde as últimas décadas do reinado de D. Afonso III (1248-1279), a Coroa portuguesa mantinha um aceso conflito com o seu episcopado acerca da aplicação em Portugal dos direitos dos clérigos (liberdades eclesiásticas), o que levou os bispos, em 1267-1268, a interditar o

Para D. Dinis, essa fundação foi igualmente carregada de simbolismo, pois posicionava-o como um continuador de um conjunto de monarcas — incluindo o seu avô, D. Afonso X, rei de Leão e Castela (1252-1284) — reconhecidos como “fazedores de escolas”. Dessa forma, ele juntava-se a soberanos que legitimaram o seu poder não apenas pela força ou pela herança, mas também pela capacidade de promover o saber e a educação entre os seus súbditos.



...

reino, ou seja, a proibir a realização de cerimónias e atos litúrgicos (como os batismos, os casamentos e os funerais, ou a celebração das missas) em todo o território sob tutela da Coroa portuguesa. Nesse sentido, só após a resolução desse conflito, na Cúria romana, e do consequente levantamento do interdito (efetivado no dia 30 de junho de 1290), o papa se encontrou em condições de poder confirmar a fundação da Universidade. O então papa Nicolau fê-lo através de uma bula datada de 1 de agosto de 1290, que se revela importante pelo seu conteúdo sobre esta questão específica. Para além de reafirmar a proteção dos escolares e de promover a resolução dos problemas de alojamento que já, desde então, pareciam minar a relação entre os universitários e os lisboetas, o papa determinou os meios de subsistência da instituição e dos seus membros, ao possibilitar que a primeira recebesse rendimentos eclesiásticos provenientes de igrejas tuteladas pelo rei (ou seja, pertencentes ao padroado régio) e ao permitir aos segundos auferir os rendimentos de benefícios eclesiásticos em cabidos catedralícios e em igrejas paroquiais, sem que estes aí desempenhassem as suas obrigações litúrgicas, ou seja, sem que aí residissem. Por fim, o papa concedeu aos mestres e estudantes o importante privilégio de «foro», que lhes

permitia, em caso de conflito, serem julgados por um tribunal eclesiástico, eximindo-se, portanto, às restantes justiças existentes na cidade (a régia e a camarária, sobretudo).

Universidade, um dos mais antigos pilares do país

A Universidade foi, sem dúvida, uma das mais importantes criações da Idade Média latina e uma das raras instituições que perduraram na sua função até aos dias de hoje. Com mais de 700 anos de existência, já não se limita à vocação de viveiro do oficialato régio e eclesiástico, porquanto a sua missão, hoje, é não só de formação, mas também de investigação e de produção e trans-

missão societal do conhecimento.

Nestas celebrações dos 900 Anos de Portugal, abordar a fundação da Universidade evidencia a importância de um dos pilares mais simbólicos da nossa sociedade, merecedora da atenção dos poderes instituídos, no âmbito da sua missão primeira de formar as mulheres e os homens de hoje e de amanhã.

* Artigo publicado no Observador, em 12.09.2024

** Professor Auxiliar, Departamento de História – Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho

PORTUGAL 900 ANOS



«Aqui, em 1125, Afonso Henriques mostrou ao que vinha. Em 2025, vimos mostrar ao que vamos.» *

José Ribeiro e Castro

Este é o primeiro acto público oficial, a nível nacional, do programa de comemorações PORTUGAL 900 ANOS, que desenhamos e estamos a desenvolver. É um programa de comemoração, em ciclo largo (como dizemos), que acompanhará, quase até ao final do século, o governo do nosso primeiro rei, D. Afonso Henriques, assinalando 900 anos dos quatro marcos ou pilares políticos da fundação: 1128, S. Mamede (em Guimarães), a batalha por que Afonso Henriques resgatou da mãe o governo do Condado; 1139, Ourique, outra batalha, segundo a lenda, sobre cinco reis mouros, que consolidou a sua autoridade e projetou o seu prestígio entre os reinos cristãos da Europa; 1143, a conferência ou o tratado de Zamora, em que o Reino de Leão reconheceu a independência do novo Reino de Portugal; 1179, a *Manifestis Probatum*, em Roma, a bula por que o Papa Alexandre III consagrou o vínculo direto do nosso Rei e dos seus herdeiros e, assim, a independência de Portugal no plano internacional da época.



Tem havido já comemorações de 900 anos a nível local, focadas nos forais concedidos desde 1096, quando o Condado Portucalense foi atribuído a D. Henrique e D. Teresa, pais de Afonso Henriques, até à morte deste em 1185. São 60 os forais que temos considerado, no período de 1096 a 1185, em 54 municípios atuais. Neste ano de

1125, é o foral de Ponte de Lima, famosa, bela e carismática vila portuguesa, no Alto Minho, que recebeu foral de D. Teresa, condessa-rainha, e de Afonso Henriques, seu filho, em 4 de março, pouco antes de vir até aqui, à Catedral de Zamora, fazer o que estamos a celebrar nestes três dias.

No Domingo de Pentecostes de 1125, que, nesse ano, caiu em meados de Maio, o jovem Afonso Henriques, então com 15 anos (se, acompanhando José Mattoso, considerarmos que nasceu em agosto de 1109, em Viseu), armou-se Cavaleiro, na catedral de Zamora. Na altura, Zamora estava no senhorio de D. Teresa, pois, escreve José Mattoso, fora concedida pela irmã D. Urraca a D. Teresa, durante o cerco de Peñafiel em 1111.



No Domingo de Pentecostes de 1125, que, nesse ano, caiu em meados de Maio, o jovem Afonso Henriques, então com 15 anos (se, acompanhando José Mattoso,

considerarmos que nasceu em agosto de 1109, em Viseu), armou-se Cavaleiro, na catedral de Zamora. Na altura, Zamora estava no senhorio de D. Teresa, pois, escreve José Mattoso, fora concedida pela irmã D. Urraca a D. Teresa, durante o cerco de Peñafiel em 1111.

Sigamos o relato de Alexandre Herculano[1], o nosso primeiro grande historiador na historiografia moderna. Diz ele:

«É em 1125 que o infante practica o primeiro acto de que a história conserva lembrança. Este acto foi o armar-se cavaleiro em Zamora, então unida (...) aos domínios de D. Theresa. Na catedral daquela cidade, no sancto dia de Pentecostes, elle proprio foi tirar as armas de cavalleiro de cima do altar de S. Salvador e juncto delle vestiu a loriga e cingiu o cinto militar, segundo o costume dos reis.»

O mesmo nos conta o grande medievalista José Mattoso, na biografia de Afonso Henriques[1], citando diretamente crónicas medievais:

«A notícia acerca da cerimónia encontra-se nos *Anais de D. Afonso, Rei dos Portugueses*, que dizem, textualmente:

“(...) O ínclito infante D. Afonso, (...) estando na Sé de Zamora, no dia santo de Pentecostes, tomou de cima do altar as armas militares e vestiu-se e cingiu-se a si próprio diante do altar, como é costume fazerem os reis”.»

Ambos os autores, além de sublinharem que o infante Afonso Henriques seguiu o costume dos reis, acrescentam que ele replicou na catedral de Zamora, com a companhia do arcebispo de Braga, Paio Mendes, o gesto que o primo Afonso Raimundes (futuro rei Afonso VII de Leão e Castela) fizera, um ano antes, na catedral de Santiago de Compostela, com a companhia do respetivo arcebispo Diogo Gelmires.



Este é o eixo central das nossas comemorações por estes dias. Não é ainda um acto de fundação do Reino de Portugal, mas é o último acto público que a prepara, em que Afonso Henriques mostrou ao que vinha. Por isso, estas comemorações são a oportunidade para anunciarmos o programa em que temos trabalhado para acompanhar os 900 anos em todo o ciclo da fundação e o governo de D. Afonso Henriques. Também vimos mostrar e dizer ao que vamos.

Este Congresso insere-se neste tempo de anúncio, para compreensão de como eram estes territórios no século XII, como eram as fronteiras e as suas questões, o papel da religião cristã, as elites e as lideranças, a nobreza e o clero, a herança lusitana, os judeus, os moçárabes e a diversidade cultural do povo, os almorávidas e, é claro, a figura de Afonso Henriques – tudo não só na perspetiva portuguesa, mas também de como éramos vistos a partir de Leão. Temos forte esperança no lastro de arranque que este Congresso deixará para todo o ciclo, constituindo um seu grande capital – outro capital, já em desenvolvimento, é o conjunto das crónicas semanais que começámos a publicar no jornal OBSERVADOR há um ano e de que acabamos de editar em livro o 1.º volume.

Portugal começou numa história de família na descendência de Afonso VI, de Leão e Castela, que seguiu caminhos diferentes, porque exprimia aspirações diferentes dos respetivos povos e seguiu também, numa linguagem de hoje, as dinâmicas da geopolítica.

Considero curioso como Zamora aparece duas vezes em marcos importantes desta nossa história inicial: em 1125 e em 1143. É uma marca de paz, não a de exércitos que se confrontam – que também os tivemos na nossa história. Numa, o nosso jovem Afonso Henriques arma-se cavaleiro, para ser igual ao seu primo, mais velho, Afonso Raimundes. Noutra, na conferência de Zamora, Afonso Henriques entra Conde e sai Rei, Afonso I de Portugal, reconhecido por aquele seu primo mais velho, Afonso VII de Leão.

Zamora é uma cidade preciosa que marca a nossa História e sempre com sinais de paz. Por isso, pode ser inspiração e ponto de encontro para desativar conflitos armados e definir caminhos pacíficos. Está aqui uma boa onda em Zamora. Diria até, quando a paz na guerra da Rússia contra a Ucrânia continua tão difícil e a situação é tão perigosa para toda a Europa e para o mundo, que Vladimir Putin e Volodymyr Zelensky poderiam ganhar em encontrarem-se aqui. Zamora guarda e transporta uma longa e fecunda sabedoria a respeito de um sensível problema geopolítico entre irmãos e vizinhos: como enquadrar as relações entre um irmão maior e um irmão

mais pequeno, no respeito mútuo, na boa vizinhança e na convivência pacífica. Putin encontraria aqui boa inspiração e bom caminho, para russos e ucranianos poderem viver em paz.

Nunca saberemos – se não se experimenta. Mas uma coisa é certa. A inspiração de Zamora para a paz seria certamente melhor e mais forte do que a proporcionada pelo Presidente Trump.

A História é um recurso poderosíssimo, creio mesmo que um dos maiores recursos da Humanidade. Guarda tudo. Ensina tudo. É aí que sempre vemos o que devemos querer repetir e o que não devemos querer repetir, o que nos traz o Bem e o que nos traz o Mal.

Sendo a política a arte das escolhas, a História tem muitas vezes luz para nos iluminar. Devemos buscar essa luz, que é o conhecimento feito da experiência.

É também esse o espírito, humilde e curioso, com que percorreremos todo o ciclo largo de comemorações dos 900 anos de Portugal, cujas portas viemos abrir aqui em Zamora, no 8 de junho de 2025. Para saber tudo. Para fazer o que falta.



[1] José MATTOSO, D. Afonso Henriques, Temas e

Debates, 2007, p. 54-56.

[2] Alexandre HERCULANO, História de Portugal, Tomo

2, Livro 1, p. 114-116.

* Discurso de José Ribeiro e Castro, na abertura do

Congresso Histórico Luso-espanhol “Portugal Século XII”, em Zamora.



«O nosso plano para os 900 anos de Portugal é simples e longo. Simples para poder ser entendido, longo para poder ser saboreado e assimilado.»

José Ribeiro e Castro

Que belo dia este! Que belo dia este por que esperámos e trabalhámos três anos: 2023, 2024 e, finalmente... 2025! É hoje. Hoje, é hoje. Faz três anos que aqui viemos pela primeira vez, com a Grã Ordem Afonsina, sempre muito bem acolhidos pelas gentes de Zamora e pelas suas instituições públicas e privadas. Muito, muito obrigado.



O nosso plano para as comemorações dos 900 anos de Portugal é simples e longo. Simples para poder ser entendido, longo para poder ser saboreado e assimilado. Agarramos no facto de, olhando à fundação de Portugal, não haver um dia único em que possamos dizer que foi aí que tudo aconteceu. E, assim, olharmos às datas mais relevantes no seu conjunto e celebrarmo-las todas como um processo. Isto é, transformamos uma aparente fragilidade numa força.

Foi esse processo que nos fez – próprios, livres e independentes – e é esse processo e a sua recordação que são a nossa força. Não há um dia só em que, antes, não fôssemos e, a seguir, como por magia... *tã tãaaaaa*... já lá estivéssemos. Mas há o processo, sólido e maduro, de uma cadeia de acontecimentos que nos conduz, desde a afirmação de uma vontade à tomada do poder e à afirmação sobre inimigos até ao reconhecimento da sermos próprios e à consagração internacional da independência.



Essas datas principais foram em 1128, 1139, 1143 e 1179. Agora, acrescentámos este primeiro 1125, porque espelha vontade e ambição daquele que viria a ser o nosso primeiro rei, então muito jovem; e porque mostra ousadia, um traço saliente da liderança de Afonso Henriques. E, no final, pensamos dever acrescentar 1185, porque é o ano da morte do nosso rei fundador, porque nesse ano ainda foram atribuídos os últimos forais do seu reinado – forais portugueses que também estão a comemorar 900 anos (neste ano, é Ponte de Lima) – e porque Afonso Henriques merecerá sem dúvida, em 2085, uma grande homenagem nacional no 9.º centenário da sua morte.

É este o processo simples e longo de que falei há pouco. Olhando às primeiras quatro datas, estamos a falar de 50 anos. Juntando ainda as outras duas 1125 e 1185, estamos a falar de 60 anos. Não é estarmos todos os dias em festa, o que obviamente seria um disparate. Mas é termos sempre presente que este ciclo corresponde a um processo fundacional que vamos acompanhando tal como ele foi andando.

A construção é simples, porque parte da realidade e é nela que assenta. Diria até que é uma construção óbvia. Faria algum sentido pensar que Portugal, em 2028, não celebraria os 900 anos da batalha de S. Mamede? Faria algum sentido pensar que Portugal, em 2039, não celebraria 900 anos da batalha de Ourique, tenha-se dela a ideia e o conhecimento que se tiverem? Faria algum sentido pensar que Portugal, em 2043, não celebraria os 900 anos da conferência de Zamora? Faria algum sentido pensar que Portugal, em 2079, não celebraria os 900 anos da bula *Manifestis Probatum*, por que recebemos do Papa, *urbi et orbe*, o nosso pleno reconhecimento internacional? A resposta a estas perguntas é sempre a mesma: não, não, não e não! Não faz sentido pensar que não se celebrassem aquelas datas. O que o mesmo é dizer, portanto, que, quanto a cada celebração, a resposta é: sim, sim, sim e sim. É exatamente esse o plano que desenhamos e estamos a montar e a pôr de pé. Celebrar todas essas datas – por Portugal, com Afonso Henriques. Um plano simples, porque assenta na realidade.



Duas outras notas, para concluir o essencial.

A primeira tem a ver com o “longo”, um plano longo. Sinto-me cada vez mais fascinado com um aspecto da cultura chinesa. Os chineses são capazes de pensar a 50 ou 100 anos de distância. São capazes de debater, de

negociar e até de escrever nessa perspectiva. O Ocidente não. Quando estudei economia, o curto prazo era 1 ano, o médio prazo 2 a 5 anos e o longo prazo 6 a 10 anos. Ora, historicamente 10 anos é nada. Os desafios estão nos 50 anos ou mais e na visão larga para os antecipar ou projetar. Grande é a cultura que o cultiva e consegue, como a chinesa. Tem ainda outra vantagem: quem olha

para longe não se afunila, focado apenas no próprio umbigo; vê longe, para além do horizonte, e caminha com confiança. A capacidade de projetar a essa distância cria oportunidade para mobilizar a comunidade num sentido fortemente prospectivo. Alimenta coesão social pelo propósito comum; e a visão larga gera segurança colectiva e fortalece o sentido de pertença. Nós também precisamos disso. Todos os povos precisam disso.

A história, um dos nossos grandes recursos nacionais

A segunda nota é a minha convicção, enraizada, de que a história é um dos nossos grandes recursos nacionais. 900 anos são um enorme tesouro de Portugal! Uma grande arca do tesouro, que nós só ganhamos em divulgar, em conhecer, em aprofundar. É seguramente assim quanto ao período da fundação – os 50/60 anos que estou a referir – e é também quanto a outros momentos definidores da nossa história, relevantes em eixos fundamentais da nossa existência, que podemos celebrar também dentro da janela temporal de 2025 a 2085.

Este programa é um reforço extraordinário da nossa auto-estima e das nossas raízes. A lembrança inteira de como nos fizemos, dos êxitos que alcançámos, dos erros que cometemos, do que demos aos outros, das relações que construímos, do que temos ainda por fazer.

A história é a reserva da nossa identidade. Fortalece, pelo longuíssimo prazo, o nosso sentido de pertença, a nossa coesão, o nosso carácter. Seremos um melhor país se o fizermos. Seremos uma nação mais sólida se o

cultivarmos. Seremos um povo melhor se nos habilitarmos com a experiência registada e construída pela história. Como dizia o poeta, um cantor revolucionário: “*Eu vim de longe, De muito longe, O que eu andei pra aqui chegar.*” E apontava: “*Eu vou pra longe, Pra muito longe, Onde nos vamos encontrar, Com o que temos pra nos dar.*”



...

A oportunidade para nos reencontrarmos

Na Sociedade Histórica da Independência de Portugal, a que presido, acreditamos firmemente que estes 50 ou 60 anos por diante são a extraordinária oportunidade para nos reencontrarmos connosco depois de um ciclo longuíssimo que cobre mais de metade da nossa História, o ciclo das Descobertas, redefinirmos o nosso papel, as nossas aspirações, o nosso sonho colectivo, e tornarmo-nos mais capazes de o realizar, porque alimentados por uma memória que tem muito mais de êxito do que de fracasso, muito mais de energia do que de dormência, muito mais de rumo do que de desnorte.

Digamos que estes próximos 50 ou 60 anos são o último

presente que D. Afonso Henriques nos deixou. Legou-nos a possibilidade destes riquíssimos 900 anos que fomos e somos. Cumprimos.

A verdade é que cumprimos e ainda aqui estamos: o reino cristão mais antigo da Península (hoje, República), as fronteiras mais antigas da Europa, um dos países mais antigos do mundo, com uma língua global das mais faladas. Chegou a hora de conhecer, cultivar e festejar.

Parabéns a você!

Viva Zamora! Viva o Reino de Portugal! Viva Portugal!



Vida e feitos de D. Afonso Henriques *

João Estevão Pinto

O Condado Portucalense

No século XI da era de Cristo mantinha-se acesa a luta entre cristãos e muçulmanos na Península Hispânica. Desde que estes, em 711, tinham vencido os visigodos na batalha de Guadibeca, nunca mais houvera sossego, nem paz. Esta guerra contínua era uma verdadeira cruzada em que os povos da Península, auxiliados por cristãos de outras regiões da Europa, iam reconquistando o território palmo a palmo e formando monarquias cujos limites se ampliavam de ano para ano, dando lugar a novos Estados.

Do norte de África recebiam os muçulmanos constantes reforços e as fronteiras dos reinos cristãos, nessa luta sem tréguas, ora se alongavam, ora eram reduzidas por algum tempo, para levarem mais além a ocupação territorial em novas arremetidas contra os infiéis. A primeira monarquia cristã da reconquista foi a das Astúrias, depois ampliada e dando sucessivamente lugar às de Oviedo e de Leão. A seguir, formou-se a monarquia de Navarra.

No princípio do século XI eram quatro essas monarquias: Leão, Navarra, Aragão e Castela.

Em 1037, Leão e Castela formavam um só Estado governado por Fernando Magno que conquistou aos infiéis o território até ao rio Mondego. Afonso VI, filho e sucessor deste, conseguiu reunir sob o seu mando aquele território e, continuando a luta contra os muçulmanos, atingiu as margens do rio Tejo, em 1093. Oito anos antes escolhera para capital do reino a cidade de Toledo. As terras ocidentais da Península formavam o reino da Galiza que Fernando Magno tinha constituído para o legar ao filho Garcia, mas que Afonso VI soubera incorporar nos seus vastos domínios que, por isso, compreendiam três reinos: Leão, Castela e Galiza. As suas conquistas para o Sul deram a este último reino o Tejo como limite meridional.

As façanhas de Afonso VI e a luta de séculos contra os infiéis, atraíam à Península estrangeiros desejosos de tomarem parte na guerra contra os inimigos da religião de Cristo.

Segundo as melhores probabilidades, em 1087 vieram alistar-se neste exército cristão dois fidalgos do sul da França: Raimundo, filho de Guilherme, Conde de Borgonha e o primo daquele, Henrique, quarto filho de Henrique, Duque de Borgonha e de sua mulher Sibila, neto de Roberto I, Duque de Borgonha e bisneto de Roberto II, rei de França.

D. Henrique nascera em Dijon, no ano de 1057.

A acção desenvolvida pelos dois guerreiros de alta estirpe levaram D. Afonso VI a fazê-los membros da sua família e a confiar-lhes o governo de parte do vasto território que formava os seus Estados.

A Raimundo deu em casamento a filha, D. Urraca, e o governo do Condado da Galiza; a D. Henrique, casou-o com a filha, D. Teresa, e deu-lhe o governo do Condado Portucalense.

Raimundo casou em 1091; D. Henrique, em 1095.

O reino da Galiza ficou dividido em dois Condados: o de Raimundo, compreendendo as terras ao norte do rio Minho, e o de D. Henrique, que se estendia desde aquele rio até às fronteiras do Sul, dependentes das lutas constantes travadas com os infiéis.



Conde D. Henrique e D. Teresa

Quando D. Henrique tomou conta do governo do Condado Portucalense, cujo nome derivou de uma povoação existente na margem esquerda do rio Douro, denominada Portucale, tinha, a Norte e a Oriente, pouco mais ou menos, as actuais fronteiras de Portugal, com excepção das terras a Leste do rio Coa e do rio Zêzere. Ao Sul, servia de fronteira o rio Tejo, desde a confluência do Zêzere até próximo de Santarém, donde partia a linha limite até ao Oceano Atlântico, na região de Peniche. Parte das conquistas realizadas anteriormente tinha sido anulada pela acção dos infiéis.

D. Henrique ocupava a posição mais perigosa pelo contacto das suas terras com as dos muçulmanos. Durante o seu governo, o Conde D. Henrique manifestou todos os desejos de se tornar independente, sonhando até com a herança do sogro. Os acontecimentos assim o levaram a pensar e a agir.

D. Afonso VI, a quem obedecia directamente, faleceu em 1109; o primo Raimundo, com o qual fizera um tratado secreto prometendo-se mutuamente auxílio para aquele

alcançar a coroa de Leão e Castela e D. Henrique a da Galiza, faleceu em 1107; o filho natural de Afonso VI e da moura Zaída, D. Sancho, a quem o monarca pretendia deixar o trono, morreu em 1108.

D. Urraca, a esposa de Raimundo, ficara única herdeira e os sonhos de D. Henrique caíram por terra porque esta casou com Afonso I, rei de Aragão. Começaram então longas lutas internas e, durante anos, lutou o Conde tomando o partido ora de uns, ora de outros, dos contendores, no desejo de alargar o seu poder e de, ao menos, manter-se independente no seu território que ia povoando com elementos trazidos do estrangeiro. Estas lutas enfraqueciam o poder dos cristãos e, por isso, os muçulmanos, aproveitando-se dessa circunstância, reconquistam terras ao Sul e entre elas Santarém, em 1111.

Em 1106 teria nascido D. Afonso Henriques, que foi entregue aos cuidados de Egas Moniz e de sua segunda mulher, D. Teresa Afonso, filha do Conde das Astúrias. D. Afonso Henriques nasceu no castelo de Guimarães, fundado no século X pela Condessa Mumadona e reconstruído pelo Conde D. Henrique que o ampliou e nele se instalou com a sua corte.

Em 1114, data em que o Conde faleceu em Astorga, as lutas dinásticas continuavam nos reinos cristãos, enfraquecendo a força que devia ser oposta às investidas dos muçulmanos contra um território quase abandonado e que reocupavam, por vezes e em parte.

Falecido o Conde D. Henrique, cujos restos mortais estão depositados na Sé de Braga, seguiu-lhe a política de independência a mulher, D. Teresa, dotada de ânimo varonil e de arguta inteligência.

Tudo fez para que o Condado se tornasse independente, tomando parte activa nas lutas e nas intrigas ora a favor de uns, ora a favor de outros, ora ao lado da irmã D. Urraca, ora ao lado do cunhado Afonso I de Aragão e sempre acompanhada pelos nobres do Condado que a tratavam como rainha e a secundavam nos seus propósitos.

Era desejo de todos separar o Condado do reino de Leão e D. Teresa habilmente se aproveitou das circunstâncias conseguindo alargar os seus domínios durante algum tempo.

Afonso VI, ao mesmo tempo que legara os seus Estados à filha D. Urraca, estabelecera que o governo da Galiza pertenceria ao neto e filho desta, Afonso Raimundes, se a rainha casasse em segundas núpcias. Consorciada esta com Afonso I, de Aragão, levanta-se na Galiza um movimento de independência, chefiado por Pedro Froilaz de Trava, com o fundamento de ser este príncipe o único herdeiro do território governado pelo avô. Ao

Conde de Trava se juntou o Bispo de Santiago, D. Gelmires.

Travada a luta com D. Urraca, os partidários de Afonso Raimundes chamam em seu socorro D. Teresa que, à frente dos portugueses, conseguiu aumentar o território com Tui, Orense e vários senhorios.

Mas, ao Sul, os muçulmanos talavam os campos até próximo de Coimbra.

D. Teresa, vendo este perigo iminente, nomeia um filho do Conde de Trava, Fernão Peres, alferes-mor dos exércitos do Bispo G. Geraldês, governador do Porto e de Coimbra, e dá-lhe o título de Conde. Os nobres portugueses não vêem com bons olhos esta nomeação, tanto mais que outros fidalgos galegos se vinham estabelecer em Portugal e entre eles o irmão de Fernão Peres, Bremudo de Trava, ao qual era dado o castelo de Seia e a mão de D. Urraca, irmã de Afonso Henriques. Da luta travada pelos fidalgos da Galiza contra D. Urraca, a rainha, resultara a vitória daqueles. As tropas de D. Teresa tinham tomado parte activa no conflito. Afonso Raimundes fora levantado por rei. O Condado Portucalense alargava-se com a posse de novos territórios: Zamora, Salamanca, Ávila, Toro, Toledo, Valhadolide.

D. Urraca morreu em 1126. Afonso Raimundes subiu ao trono com o título de Afonso VII de Leão, Castela e Galiza.

Os barões portugueses viam na influência dos fidalgos galegos no Condado uma ameaça para o jovem D. Afonso Henriques. Vão-se formando dois partidos. Ao lado dos primeiros estão os barões do Minho e da Beira, os parentes do Arcebispo de Braga, D. Paio, inimigo de D. Geraldês; ao lado de D. Teresa, estão principalmente os fidalgos vindos da Galiza, aos quais fizera concessões e que não podiam ter o sentimento de independência que animava os partidários do infante português.

D. Afonso Henriques, em 1125, arma-se cavaleiro na catedral de Zamora, no altar de S. Salvador; assistem ao acto muitos fidalgos portugueses e o Arcebispo D. Paio. Volta depois a Guimarães.

Dois anos mais tarde, Afonso VII exige que D. Teresa lhe preste vassalagem; perante a recusa, vem, com poderoso exército, cercar Guimarães onde se encontrava D. Afonso Henriques. Torna-se inútil toda a resistência e assim o compreende Egas Moniz que, secretamente, vai ao acampamento sitiante e promete que a vassalagem exigida será prestada pelo Infante.

Afonso VII levanta o cerco e retira-se para a Galiza. Ficam no Condado duas forças opostas; acusa-se D. Teresa de atrair as hostes do monarca, acendem-se ódios, extremam-se campos.

II

Lutas internas

Levantado o cerco de Guimarães, um movimento geral de independência percorreu o Condado; ninguém queria ficar subordinado ao reino da Galiza - nem os barões habituados já a longos anos de autonomia de facto, nem a gente do povo, nem os sacerdotes que, todos, se colocaram ao lado do Infante.

Este era o partido numeroso que considerava os nobres galegos, asturianos e leoneses como usurpadores, como estrangeiros na terra portuguesa. D. Teresa que os acolhia sofria o ataque dos revoltosos.

Não se prestaria vassalagem ao rei de Leão; D. Afonso Henriques não fora ouvido, a nada se obrigara durante o cerco. O Condado pertencia-lhe; era tempo de tomar conta do governo.

A retirada das tropas de Afonso VII avivou ressentimentos e acelerou a marcha dos acontecimentos. Fernão Peres de Trava, insinuando-se no espírito de D. Teresa, teria o objectivo de construir um reino para si ou de levar o Condado à inteira subordinação a Afonso VII, de quem o pai fora aio. Em qualquer dos casos, as suas encobertas intenções eram atentatórias dos legítimos interesses dos portugueses. Por isso, estes não o toleravam; a seu lado estavam os nobres estrangeiros. Recusava-se a D. Afonso Henriques que tomasse parte no governo do Condado. Em face desta atitude, o Infante abandonou Guimarães e retirou-se para Braga. Ali se lhe juntaram os principais nobres: Soeiro Mendes, o Arcebispo D. Paio Mendes, Gonçalo Mendes da Maia, Egas Moniz e muitos outros. Junta-se-lhe a gente de Entre Douro e Minho; forma-se uma força que avança sobre Guimarães, ao encontro da qual vai Fernão Peres com o seu exército de estrangeiros.



Batalha de S. Mamede

• • • •

A 24 de Junho de 1128, encontram-se nos campos de S.

Mamede. Fernão Peres é derrotado e perseguido até à fronteira norte. Abandona o território portugalense.

Com os vencidos vai D. Teresa que, dois anos depois, faleceu na Galiza. Os seus restos mortais repousam ao lado dos do Conde D. Henrique, na Sé de Braga.

Depois da batalha de S. Mamede, luta travada entre portugueses e Fernão Peres de Trava, e não uma luta entre Afonso Henriques e D. Teresa, aquele assume o governo do Condado.

Esta batalha assinala o primeiro dia da nossa independência de facto, agrupada toda a Nação em volta do seu Chefe, desde os mais nobres aos mais plebeus. Não malsinemos, porém, D. Teresa.

A sua memória merece-nos respeito pela acção desenvolvida no movimento de independência e engrandecimento do nosso território; criou entre os portugueses de então o sentimento de nacionalidade que tornou possível a luta pela independência, conseguida pelo filho e sucessor.

Não lutavam os portugueses pelo seu barão ou pelo seu conde, não se apresentavam a defender os interesses de um senhor, mas reuniam-se em volta de um chefe que simbolizava a terra comum, diferente de todas as outras, livre, independente, autónoma, individualizada.

D. Afonso Henriques era o Chefe que dominava pela sua força hercúlea, pela grande ambição de se tornar rei deste povo que o elegera e o aclamara, que o ia acompanhar nas maiores façanhas da História para construir um reino cristão.



Egas Moniz em Leão, aguarela de Roque Gameiro (1917)

• • • •

Egas Moniz, em presença da revolução dos barões portugueses, intimamente regozijado com tal atitude mas fiel ao compromisso que voluntariamente tomara perante Afonso VII de Leão e, escravo da sua palavra

honrada, reúne a família e dirige-se à corte deste monarca, acompanhado dos seus servos: ia oferecer-se como reféns por não ter podido cumprir a sua palavra; esta atitude era nobre e assim o compreendeu Afonso VII.

Sem uma acusação para com os seus parciais, ele ia oferecer a própria vida, sujeitar-se ao castigo do leonês, sem alegar que o cumprimento da sua promessa, era independente da sua vontade e que esta lhe daria a mesma atitude que os barões portugueses tinham assumido.

Foi recebido com admiração pela sua lealdade e voltou ao Condado, perdoado e enobrecido.

Em 1128, D. Afonso Henriques sobe, de facto, ao trono de Portugal; não usava o título de rei, mas governava em absoluto a terra portuguesa.

Dois anos depois, reúne os seus e invade a Galiza para ocupar os territórios que pertenciam a D. Teresa. Não encontra resistência e volta vitorioso a Guimarães depois de ter estabelecido o seu governo nas praças que haviam pertencido à Mãe. Afonso VII andava em luta com Afonso I de Aragão.

Dentro do Condado levantara-se contra o jovem Chefe, seu cunhado, Bermudo de Trava. É vencido e vai procurar abrigo junto do monarca leonês.

Pouco depois, Afonso Henriques torna a invadir a Galiza mas é infeliz; não desiste, porém, do seu intento e volta novamente, alcançando então vitória que procurou consolidar construindo a fortaleza de Celmés.

No entanto Afonso VII vence os seus inimigos.

Afonso I de Aragão morrera. O rei de Leão, de Castela e

da Galiza, ocupa o reino de Aragão e reconhecem-lhe a soberania o rei de Navarra e grandes senhores da Espanha e do sul da França. Nas cortes reunidas em 1135, em Leão, é proclamado imperador das Espanhas. Todos lhe obedecem, menos Portugal.

Em 1137, Afonso Henriques, aliado do rei de Navarra, volta a invadir a Galiza. Fere-se a batalha de Cerneja na qual os portugueses alcançam retumbante vitória. Mas esta luta comprometia a obra de cruzada; ao sul os muçulmanos tomavam Leiria e atacavam Tomar. Afonso VII carecia das tropas para combater o rei de Navarra que se rebelara. No interesse dos dois, assinou-se então a paz de Tui, a 4 de Julho de 1137. Afonso Henriques não hostilizaria Afonso VII, tornava-se seu aliado e, portanto, não invadiria os seus territórios. Levado pelas circunstâncias de momento, assinara este tratado e deixara o primo livre para continuar a guerra com Navarra e com os muçulmanos. Ele iria organizar novas forças para vingar as afrontas dos infiéis; iria atacá-los longe da fronteira, num movimento de audácia que o tornaria temido dos muçulmanos.

Dois anos levou a preparar o exército de invasão; em Julho de 1139, a expedição militar partiu de Coimbra e avançou com segurança para o Sul: ao encontro de forças inimigas. Leiria foi reconquistada.

Egas Moniz faleceu durante este trajecto; uma guarda escolhida regressa com o seu corpo ao Condado. Os seus restos mortais repousam na igreja de Paços de Sousa. D. Afonso Henriques, porém, continua o seu avanço, ultrapassa o Tejo e penetra em terra alentejana.

III

Batalha de Ourique

A 24 de Julho de 1139, o exército português avista as forças poderosas de Ismar nos campos de Ourique, no coração do Alentejo.

Ismar era um rei mouro ao qual outros quatro reis se tinham juntado, avisados do avanço dos portugueses; tinham reunido forças numerosas pois dispunham de mais de um milhão de combatentes, entre os quais se contavam muitas e aguerridas amazonas.

O exército português não contava mais de 13.000 soldados.

Segundo é tradição, recolhida pelos mais antigos historiadores, Ourique ficava situada no Baixo Alentejo, próximo de Castro Verde, entre a planície de Beja e as serranias de Monchique.

Ali se teria travado a batalha e não vemos motivo para alterar a tradição. Modernamente tem-se discutido este facto alegando-se que seria temeridade tão grande avanço em território inimigo sem bases de apoio para o exército invasor. No entanto, todos aceitam que D.

Sancho I, em 1178, ainda em vida de D. Afonso Henriques, tivesse invadido a Andaluzia e devastasse os arredores de Sevilha.

Em resultado da discussão, concluiu-se que aquele Ourique ficaria na Estremadura e, por isso, recentemente se levantou um monumento comemorativo em Vila Chã de Ourique.

Seja como for, a batalha deu-se e a vitória pertenceu aos portugueses.

Naquele dia 24 de Julho de 1139, os dois exércitos sentaram arraiais à vista um do outro e prepararam-se para a luta.

D. Afonso Henriques manda levantar trincheiras para proteger a infantaria e organiza com a cavalaria quatro esquadrões. Os muçulmanos dividem a sua cavalaria em 12 corpos.

Uma hora antes de amanhecer o dia 25 de Julho, D. Afonso Henriques sai da sua tenda de campanha e vê no céu, no lado oriental, um clarão resplandecente. A luz

aumenta de intensidade como se fossem raios do Sol. No meio desse clarão aparece-lhe Jesus Cristo, na Cruz, acompanhado, de um e outro lado, por uma multidão de anjos.

É o Milagre de Ourique.

Pouco depois, todos ocupam os seus lugares e se dispõem para a batalha. Antes que esta começasse os soldados portugueses aclamam D. Afonso Henriques como Rei de Portugal.

E naquela planície alentejana ecoou, pela primeira vez, um brado de intenso nacionalismo: «Real, Real, por El-Rei D. Afonso Henriques de Portugal!»

A batalha começou. A mole imensa dos adversários avança contra as trincheiras portuguesas que não consegue tomar; são logo perseguidos pelos esquadrões, na vanguarda dos quais cavalga o próprio rei. Peleja-se bravamente até depois do meio-dia e alcança-se uma vitória retumbante.



Batalha de Ourique

• • • •

Três dias fica o rei vencedor no campo de batalha; são numerosos os prisioneiros e valiosos os despojos. Entre os cativos, alguns são do norte de África, muitos são moçárabes, isto é, cristãos submetidos ao jugo dos infiéis.

Nos três dias que D. Afonso Henriques se manteve, como

era costume, no campo da peleja, mandara modificar as armas do Condado Portucalense.

Até então estas eram constituídas por uma cruz azul sobre o fundo branco do escudo. A partir daquela data, a cruz azul foi partida em cinco escudos, em memória dos cinco reis mouros vencidos, dispostos em forma de cruz e em cada um destes cinco escudos mandou pintar 30 rodela para comemorar a morte e paixão de Jesus Cristo, vendido por 30 dinheiros.

Posteriormente, os reis de Portugal modificaram esta disposição das rodela, fazendo representar cinco delas em cada escudo que, contados no sentido horizontal e, depois, no sentido vertical, somando duas vezes o do meio, dão, na totalidade, os trinta dinheiros. Tal é a explicação que fundamenta o escudo nacional.

A vitória de Ourique teve grande importância. Ao mesmo tempo que se puniram os muçulmanos que arrogantemente talavam os campos dos cristãos, estreitavam-se os laços de nacionalidade e mostrava-se ao rei de Leão um valor guerreiro apreciável. Esta vitória teria contribuído para apressar o reconhecimento da independência de Portugal. Ao regressar a Coimbra, D. Afonso Henriques dá liberdade aos moçárabes. Alguns muçulmanos abraçam a religião de Cristo.

Entre aqueles vêm dois velhos que tinham estado no cabo do sudoeste algarvio onde jazia o corpo de S.

Vicente, enterrado em lugar desconhecido dos infiéis.

É tradição que D. Afonso Henriques fez tréguas com os mouros e foi àquele cabo mas não encontrou o corpo do Santo. Só mais tarde, conquistada já a cidade de Lisboa e feitas tréguas com os infiéis por cinco anos, partiu desta cidade uma barca que, indo àquele cabo, desde então chamado de S. Vicente, nele encontrou o corpo do Santo que foi trazido para a Sé, em 1173.

Durante a viagem um corvo acompanhou o corpo. Desta tradição se formaram as armas da cidade de Lisboa, constituídas pela barca de velas entufadas, adornada de corvos.

A partir da batalha de Ourique, D. Afonso Henriques usou o título de rei.

IV

Conferência de Zamora

De volta a Coimbra, D. Afonso Henriques, vitorioso, levado pelo pensamento fixo da independência do seu Condado, invadiu novamente a Galiza, quebrando, desta maneira, a paz de Tui.

Trava-se a luta; Afonso VII abandona a guerra com o rei de Navarra para vir combater o primo; tomam-se castelos de parte a parte.

Os dois exércitos avistam-se já em território do Condado, nas alturas que dominam o vale de Vez. Ali se

trava renhida luta entre os cavaleiros do rei leonês e os de D. Afonso Henriques, luta que termina pela vitória dos portugueses.

Os principais nobres da corte de Afonso VII ficaram prisioneiros: Fernando Furtado, irmão do Imperador; Bermudo Peres; o Conde Ponce de Cabrera e outros.

O resultado do torneio impressionou o Imperador e este logo envia mensageiros ao Arcebispo de Braga, D. João Peculiar, para que, por seu intermédio, se faça a paz;

desiste de batalhar.

Os dois primos conversam, estabelecem um armistício, prometem-se uma paz definitiva que, mais tarde, foi assinada em Zamora, trocam os prisioneiros e devolvem os castelos conquistados.

Afonso VII volta à guerra de Navarra.

Afonso Henriques deu-se pressa de acudir à fronteira do Sul, invadida por numerosas forças muçulmanas sob o comando do derrotado de Ourique. O castelo de Tomar fora novamente conquistado e destruído, Trancoso sofrera igual sorte. A marchas forçadas, os portugueses atravessam o Douro, próximo de Lamego e, em Trancoso, derrotam os muçulmanos. Estava-se em 1140. Por esta época surge diante do porto de Gaia uma armada de cruzados que se dirigia à Palestina. Afonso Henriques combina com eles um ataque a Lisboa e avança por terra. A esquadra entra no Tejo mas a cidade, bem defendida, não podia ser conquistada por forças tão diminutas. Os cristãos devastaram os arredores e retiraram-se. Os cruzados seguiram para o Estreito de Gibraltar; D. Afonso Henriques voltou para o Norte, a reedificar o castelo de Leiria, a reforçar a defesa da fronteira.

Chegara-se ao ano de 1143. Estava na Península o Cardeal de Vico, legado do Papa Inocêncio II, que reunira um concílio em Valhadolide para tratar de assuntos relativos à Igreja.

Afonso VII e Afonso Henriques reúnem-se em Zamora para assentar nas condições de paz prometidas em Valdevez; o Cardeal Guido assiste à reunião.



Painel de azulejos do início do século XX, em Portimão que representa o acontecimento fictício da assinatura de um tratado em Zamora.

• • • • •

Nesta conferência é elaborado o tratado entre os dois príncipes pelo qual são reconhecidos a independência do Condado Portucalense e o título de rei a D. Afonso Henriques, mas ao mesmo tempo dava-se ao rei de Portugal o senhorio de Astorga pelo que este ficava sendo vassalo de Afonso VII.

Portugal era, de facto e de direito, independente; não assim o seu rei que, pessoalmente, ficava na situação de vassalagem.

Temendo futuras complicações, Afonso Henriques procura um apoio superior que livre o reino do leonês. Faz-se, por isso, e ao reino, vassalo da Santa Sé e promete o pagamento anual de quatro onças de ouro em sinal de vassalagem.

Coloca-se, pois, ao abrigo da doutrina daquela época, segundo a qual o legítimo poder dos príncipes derivava do Santo Padre. Precavia-se contra futuros acontecimentos. A vassalagem foi aceite e a Afonso Henriques foi reconhecido pela Santa Sé, mais tarde, em 1179, o título de rei.

Liberto agora das preocupações que o tinham levado à invasão dos territórios da Galiza, conseguido o objectivo desejado, D. Afonso Henriques despreza o senhorio de Astorga e volta toda a sua atenção para o Sul, para o território dos infiéis.

Na Primavera de 1144, os muçulmanos de Santarém atacaram Soure e derrotaram os cavaleiros Templários que lhes tinham saído ao encontro, numa daquelas incursões que habitualmente cristãos e muçulmanos faziam no campo contrário, mais para destruir as searas do que para conquistar território.

Por esta época, reinava entre os infiéis grande discórdia; travavam-se lutas intestinas a ponto de um deles, o Senhor de Mértola, ter solicitado o auxílio de D. Afonso Henriques contra os seus irmãos de crença. Chamava-se Ibu-Casi. O rei português atravessou o Tejo e foi juntar as suas forças às daquele muçulmano, praticando prodígios no ataque aos guerreiros contrários e na devastação do território.

Nesta longa caminhada por terras de infiéis, D. Afonso Henriques ganhou, além dos presentes com que foi recompensado, o conhecimento do território e das forças dos muçulmanos, o que lhe foi muito útil na sua acção futura; percorrera, batalhando, os distritos de Beja e de Mérida.

De volta ao reino, preocupa-se com o projecto de levar a sua conquista até ao Tejo, vencendo os dois focos mais próximos donde os inimigos lançavam as investidas sobre o território cristão. Esses dois focos eram Santarém e Lisboa. O primeiro seria tomado pela astúcia, o segundo pela força.

V

Casamento de D. Afonso Henriques

Decorria o ano de 1146. O monarca deu tréguas ao seu ardor combativo para celebrar o casamento com D. Matilde ou Mafalda, filha do Conde de Saboia e Mauriana, Amadeu III.

Não foi longa a lua de mel porque a actividade dos muçulmanos nas fronteiras meridionais levou novamente o jovem rei para a frente dos seus guerreiros. Deste casamento nasceram um filho e três filhas: Sancho, Mafalda, Urraca e Teresa. A rainha faleceu a 3 de Dezembro de 1158 deixando a todos de tenra idade. D. Sancho, que sucedeu ao pai no governo do reino, desde cedo manifestou ser valente, audaz, e o fiel continuador da obra paterna.

As vitórias alcançadas por D. Afonso Henriques tornavam-no respeitado; os príncipes cristãos procuravam a sua aliança e amizade.

D. Raimundo Berenguer, Conde de Barcelona, casado com D. Petronilha, rainha de Aragão, solicitou o casamento da filha mais velha do monarca português, D. Mafalda, com o herdeiro daquele estado que tinha também o nome de Raimundo. O Conde deslocou-se a Tui onde se encontrou com D. Afonso Henriques, assinando-se, a 30 de Janeiro de 1160, o contrato de

casamento desejado; este, porém, não se efectivou porque a infanta faleceu. Raimundo subiu, depois, ao trono de Aragão, com o título de Afonso II.

A segunda das filhas, D. Urraca, foi solicitada por Fernando II, rei de Leão. O casamento realizou-se entre os dois primos em 1165. Dez anos depois, aquele monarca, alegando o próximo parentesco com a esposa, repudiou-a, pelo que esta se recolheu a um convento, onde faleceu.

A mais nova das filhas, notada pela sua formosura, foi pretendida por vários príncipes. O rei de Inglaterra aspirava à sua mão, mas a tenacidade de Filipe de Alsácia, Conde de Flandres, venceu a relutância do monarca português em separar-se de D. Teresa que, depois de casada, mudou o nome para Matilde. Este casamento realizou-se na Flandres, em 1184, tendo a infanta saído de Portugal numa armada que propositadamente a veio buscar.

Em 1174 tinha casado D. Sancho com D. Dulce, irmã do rei de Aragão, Afonso II, aquele que teria sido o esposo de D. Mafalda se esta não tivesse falecido.

Renovava-se a aliança entre os dois Estados.

VI

Conquista de Santarém

Desde 1145, desde que Afonso Henriques voltara do auxílio prestado a Ibu-Casi, fizera propósito de alargar as fronteiras até ao Tejo, conquistando Santarém e Lisboa. Mas as duas cidades eram bem defendidas por grossas muralhas e aguerridos combatentes. Não possuía o rei português engenhos de guerra para delas se apoderar. À falta destes, iria servir-se da astúcia.

Manda Mem Ramires observar as muralhas de Santarém, ver qual o sítio mais vulnerável para uma escalada, estudar os arredores que permitissem mais cautelosa e rápida aproximação. Este volta confiante no êxito da empresa. Prepara-se a expedição que parte de Coimbra e acampa quatro dias depois em Pernes. Aqui é revelado o fim que o monarca tinha em vista. Escolhem-se 120 homens mais valentes e decididos; cada doze tomaria conta de uma das dez escadas construídas para o assalto. Mem Ramires marcha à frente a indicar o terreno, mas como as sentinelas inimigas estão alerta, espera-se que a modorra se aposse delas.

Mem Ramires sobe ao telheiro de uma olaria contígua à muralha e procura segurar nas ameias uma escada; esta cai e, ao ruído produzido, as sentinelas acordam.



Representação da conquista de Santarém, aguarela de Roque Gameiro (1917).

• • •

Mem Ramires, rápido, levanta nos ombros um dos seus que, alçado à muralha, amarra a escada por onde, lépidos, sobem o porta-bandeira e outros. O pendão real

é hasteado. As sentinelas estupefactas, estarrecidas, mal podem acreditar naquela visão. No cimo das muralhas, ao lado do estandarte de Portugal, apenas se encontravam três guerreiros. Suprema audácia! Outra escada foi arvorada; 25 homens atingem o cimo, abrem as portas, quebrando os ferrolhos à marretada; entram à porfia as tropas portuguesas. A resistência era já inútil; Santarém estava conquistada. Afonso Henriques ajoelhara no limiar das portas que se abriam, dando-lhe uma vitória há tanto tempo desejada. O dia 15 de Março de 1147 despontava e o sol iluminava no cimo das muralhas do mais próximo baluarte inimigo

o estandarte do rei de Portugal.

Santarém era portuguesa.

Este facto lançara entre os muçulmanos o desespero e o desalento; crescia a audácia e a confiança dos cristãos. Faltava ainda conquistar Sintra e Lisboa para ter o rio Tejo como limite meridional.

Esta última cidade aumentava a sua resistência com muitos dos vencidos da recente conquista.

Mas a segurança desta dependia da tomada das fortalezas dos infieis ao norte do Tejo. Agora, mais do que nunca, Afonso Henriques pensava na maneira de se apoderar dessas duas fortalezas.

VII

Conquista de Lisboa

Considerava o monarca português as suas forças diminutas para se lançar na aventura da conquista de Lisboa, quando teve notícia de que alguns barcos de cruzados demandavam o Douro. Eram os primeiros de uma armada de cerca de 200 navios pequenos, transportando 13.000 guerreiros, que se dirigiam à Terra Santa para combater os infieis. Tinham sido surpreendidos por uma tempestade e vinham esperar naquele porto português o resto da expedição. D. Afonso Henriques, ao saber da aproximação daqueles navios, escrevera ao Bispo do Porto, D. Pedro, no sentido de conseguir o auxílio daquela gente para a conquista de Lisboa. O bispo recebera a carta no dia 15 de Junho de 1147; a quase totalidade da armada entrou no Douro no dia seguinte.

Estes cruzados provinham de várias nações, tinham-se reunido na Inglaterra e dali haviam partido sob o comando do Conde de Areschot, de Cristiano de Gistell e de quatro condestáveis ingleses.

O Bispo do Porto falou-lhes, obtendo o seu auxílio. A armada partiu para o Sul e entrou no Tejo a 28 de Junho, trazendo a bordo D. Pedro e o Arcebispo de Braga. Afonso Henriques, aproxima-se de Lisboa, à frente de um poderoso exército, não inferior ao dos cruzados, e vai ocupar o alto da Graça.

Lisboa era cidade populosa, rica pelo comércio, bem defendida por uma muralha circular com torreões, donde partiam duas muralhas em direcção ao rio. Ao centro levantava-se o forte e inacessível castelo.

Numerosa era a população, contando-se, entre ela, mais de 154.000 homens.

Em volta das muralhas, e sob a protecção destas, concentrava-se também a população em subúrbios de difícil acesso.

No dia da chegada, os cruzados travaram as primeiras escaramuças com os muçulmanos. No dia seguinte, 29 de Junho, deu-se o desembarque. D. Afonso Henriques recebeu os auxiliares e com eles rectificou as condições

do auxílio não sem longa discussão e grandes exigências. Forçoso foi aceitar que os bens dos infieis, depois da conquista de Lisboa, pertenceriam aos cruzados assim como todos os resgates de vidas, etc.

Antes de estabelecer-se o cerco, foram feitas propostas de rendição, mas os muçulmanos recusaram-nas.

Assentam-se arraiais e Lisboa é cercada.

Os portugueses ficam no monte da Graça; à direita ficam os ingleses e normandos; os alemães e flamengos ficaram à esquerda daqueles.

Os arredores foram devastados; começaram as escaramuças com os que, provocados, saíam das muralhas ou que do alto delas e das casarias dos subúrbios arremessavam projécteis.

Dia a dia se praticam arremetidas e façanhas e assim se passam cerca de quatro meses.

O Inverno aproximava-se, D. Afonso Henriques, habituado à guerra de movimento, impacienta-se com aquela longa demora e, reunindo os vários chefes, propõe que se faça o assalto à cidade. Aceite esta proposta, começam-se os preparativos. Na cidade havia já fome. Portugueses e ingleses constroem uma torre móvel sobre rodízios, com 80 pés de altura; as catapultas, servidas cada uma por 100 homens que se revezavam, arremessam constantemente sobre a cidade 5.000 pedras em cada 10 horas. Os aríetes, que eram vigas compridas e grossas terminadas por cabeças de bronze, iam aluindo a pouco e pouco as pedras das muralhas; abriam-se minas, longos corredores subterrâneos por onde se procurava, num trabalho de sapa, destruir os alicerces das fortalezas.

A azáfama era constante. Um lanço da muralha abre brecha que os muçulmanos logo defendem ardorosamente.



Representação do Cerco de Lisboa, aguarela de Roque Gameiro (1917)

• • • •

A torre de madeira, revestida de peles de boi, é aproximada da fortaleza; toda ela vomita metralha arremessada dos seus vários andares e se aproxima até quatro pés da muralha; lança-se a ponte e apressam-se os guerreiros a penetrar no terreno inimigo, quando estes pedem tréguas depondo as armas.

Suspensa a luta, entregues reféns ao rei de Portugal, levanta-se no acampamento dos sitiados grande borbórinho, acusando os cruzados a D. Afonso Henriques de defensor dos muçulmanos. Pegam em armas para fazerem vingar as suas exigências, mas os portugueses preparam-se para repelir os revoltados e o seu monarca ameaça abandonar o cerco porque prefere ganhar o senhorio de Lisboa com honra, a obtê-lo por imposições, contra as leis da guerra.

Os muçulmanos entregavam-se; não tinha de valer o acordo feito se a cidade fosse tomada pela força; havia

que ouvir os vencidos e discutir as condições da rendição.

A enérgica atitude de D. Afonso Henriques levou os cruzados, no dia seguinte, a apresentarem desculpas e a fazerem juramento de lealdade enquanto estivessem em Portugal. Foram estabelecidas as condições em que os infiéis entregavam a cidade.

Uma guarda de 300 cruzados entraria na cidade e receberia dos habitantes todo o dinheiro e bens móveis que possuíssem, jurando nada terem escondido. Seria, em seguida, passada busca às habitações e se alguma coisa fosse encontrada, o dono, sofreria a pena de morte. Só depois poderiam sair os muçulmanos livremente. Assim se começou a fazer.

Enquanto D. Afonso Henriques, em luzido cortejo, acompanhado pelo Arcebispo de Braga, entrava na cidade e se hasteava na torre mais alta do castelo uma cruz a anunciar que Lisboa era cristã, os cruzados não respeitavam o pactuado e entregavam-se à mais condenável rapina e crueldade.

Desde a sexta-feira até à quarta-feira da semana seguinte os infiéis, saindo por três portas para isso designadas, foram abandonando a cidade. Dentro restavam os cadáveres e os moribundos, a desolação e a dor.

Alguns dos cruzados ficaram no reino; receberam terras e auxiliaram o povoamento. Guilherme, com os seus homens, fixou-se na Atouguia; Jourdan, estabeleceu-se na Lourinhã; e Alardo, em Vila Verde; etc.

A conquista de Lisboa provocou a rendição de Sintra e a ocupação de Palmela, abandonada pela guarnição.

O Tejo era o limite meridional do reino.

Mas não paravam aqui as ambições de D. Afonso Henriques. A guerra em breve ia recomeçar para combater os inimigos da Fé de Cristo, para alargar o território nacional.

A poderosa Alcácer seria o próximo objectivo.

VIII

Guerra ofensiva e defensiva

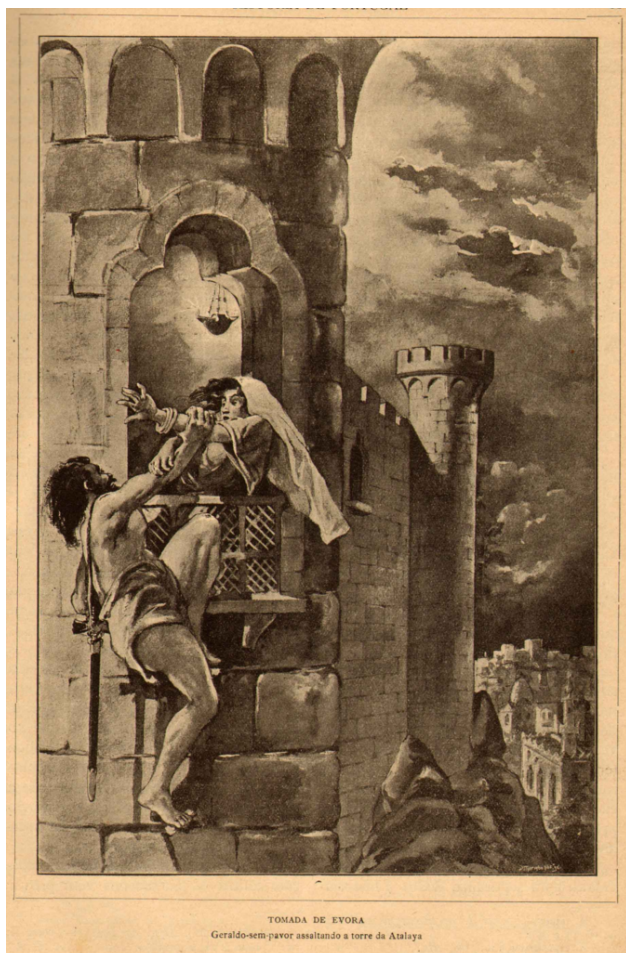
O monarca português continuava a guerra ofensiva, ao mesmo tempo que limpava todo o território da Estremadura de infiéis.

Em 1148, reúne 60 guerreiros e com eles vai atacar Alcácer do Sal; o inimigo, numeroso, sai-lhe ao encontro e dá-lhe combate; é ferido, mas regressa vencedor. Alcácer, situada na margem do Sado, a seis léguas de Almada, grande centro de comércio, cercada de pinhais, fortemente defendida, era presa tentadora para o génio arrojado e temerário de D. Afonso Henriques.

Em 1151, D. Gilberto, sacerdote inglês que o monarca fizera bispo de Lisboa, vai a Inglaterra pregar uma cruzada. Uma armada partiu daquele país e chegou a Portugal; Alcácer foi sitiada, mas sem resultado.

Em 1157, auxiliado por outra armada de cruzados que se dirigia para o Mediterrâneo, põe novamente cerco àquela praça, mas ainda não consegue o seu objectivo. Afonso Henriques não desiste e, no ano seguinte, volta a cercar Alcácer que é finalmente conquistada no dia 24 de Junho, depois de dois meses de combates contínuos.

Desta forma se ia dilatando o pequeno reino de Portugal. Os reis cristãos da Península procuram a aliança e amizade do de Portugal que, avançando pelo Alentejo, conquista Évora e Beja tendo sido esta ocupada em Dezembro de 1150. Quatro meses depois foi abandonada.



A tomada de Évora por Geraldo Sem Pavor, imaginada por Roque Gameiro e publicada em 1899 em "História de Portugal, Popular e Ilustrada".

• • • •

A fama das conquistas de D. Afonso Henriques tinha chegado até ao norte de África. O emir de Marrocos passa o Estreito de Gibraltar com 18.000 cavaleiros e vem vingar as inúmeras afrontas sofridas pelos seus irmãos de crença. O rei português não tem forças para combater tamanho poderio: os seus esquadrões são derrotados e perdidas as povoações conquistadas no interior do Alentejo.

Durante algum tempo, D. Afonso Henriques evita novas arremetidas contra os infiéis; mas, logo no ano seguinte àquela derrota, a gente dos concelhos, animada pelo exemplo do seu chefe e com a prática da guerra, toma a iniciativa de invadir os campos dos muçulmanos em aguerridas ofensivas.

Foi assim que Fernando Gonçalves conquistou Beja, em

1162, e que Giraldo Giraldes, o Sem Pavor, se apoderou de Évora e ofereceu a sua conquista ao Rei de Portugal. Em 1165, D. Afonso Henriques retorna a direcção das conquistas territoriais. Dirige-se pelo Alto Alentejo, penetra na Estremadura espanhola actual, e procura defender por aquele lado o território português, ocupando Moura, Alcouchel, Serpa e outras terras. Por este tempo levanta-se em guerra contra Fernando II, de Leão, porque este construíra junto da fronteira portuguesa o castelo de Ciudad Rodrigo. Manda contra o leonês o filho, D. Sancho, de 12 anos, que é derrotado em Arganal, em 1166. Enraivecido, invade a Galiza, ocupa grande parte daquele território, levanta o castelo de Cedofeita e vem depois, em 1169, atacar Badajoz, ocupada por muçulmanos, sob a protecção de Fernando II.

Este avança para o Sul e, à sua aproximação, D. Afonso Henriques sai a dar-lhe batalha, mas, tendo quebrado uma perna quando cavalgava à saída da cidade por ter batido com ela no ferrolho de uma das portas, foi feito prisioneiro obtendo a liberdade a troco da restituição das praças conquistadas ao leonês.

Inutilizado para uma guerra activa, doou à Ordem Militar dos Templários grande parte do Alentejo para que a defendesse dos ataques dos muçulmanos e, frequentemente, procurou, nas caldas de Lafões (S. Pedro do Sul), o tratamento e a cura da perna partida. Em 1169, Gonçalo Mendes da Maia, o Lidador, velho de 90 anos, fronteiro-mor de Beja, morre combatendo valorosamente os infiéis mas alcançando a vitória dos seus.

Em 1170, D. Afonso Henriques arma cavaleiro, em Coimbra, o filho D. Sancho. No ano seguinte, os infiéis reúnem 100.000 soldados e, atravessando o Alentejo, vêm cercar Santarém onde se encontrava o rei de Portugal. O rei de Leão reúne a sua gente e avança em defesa dos sitiados. Os muçulmanos, ao saberem da sua aproximação, levantam o cerco e retiram-se para não serem envolvidos entre duas forças.

Oito anos depois, é D. Sancho quem ataca os muçulmanos, à frente de um exército; passa o Guadiana, penetra na Andaluzia e devasta os arredores de Sevilha, saqueando o bairro de Triana e voltando a Portugal carregado de despojos.

Marrocos acusa esta ofensa; envia uma frota que entrou no Tejo, mas que se retirou sem ter causado prejuízos de relevo.

Esta ousadia dos infiéis levou D. Afonso Henriques a ordenar a organização de uma armada, pronta para evitar facto semelhante e para tirar desforra no ataque às povoações marítimas do território muçulmano.

IX

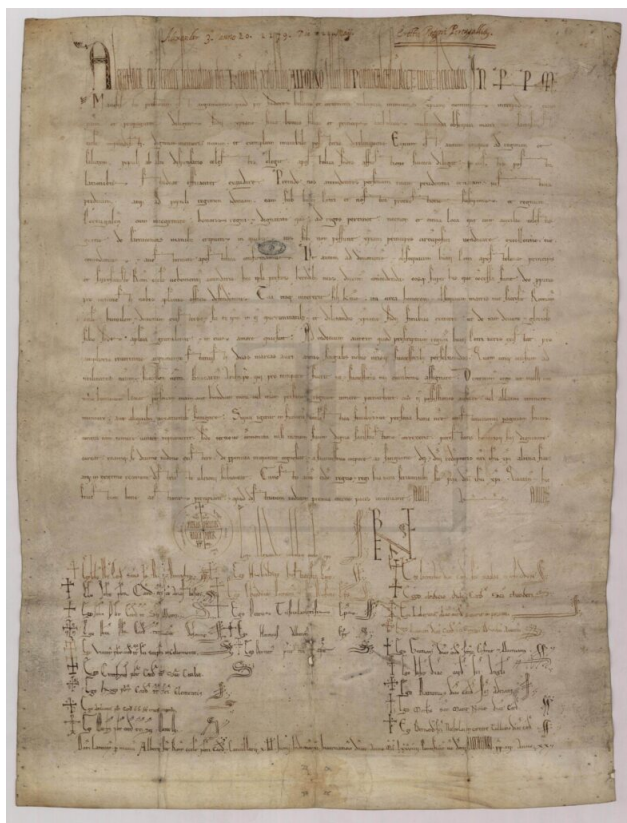
Rei de facto e de direito

Desde a batalha de Ourique, D. Afonso Henriques usava o título de rei, título este que lhe fora confirmado pelo Tratado de Zamora, em 1143.

Mas as ideias do tempo que davam aos Santos Padres o direito de sobrepor a sua autoridade à de todos os príncipes que, por vezes, depunham, e o receio de que o Tratado de Zamora nem sempre fosse respeitado, levaram o rei a oferecer a vassalagem do novo reino ao Sumo Pontífice para que, com o reconhecimento do título e sob a protecção da Igreja, todos tivessem como legítima a situação e não atentassem contra a soberania portuguesa.

Este acto de D. Afonso Henriques revela uma hábil política, por colocá-lo em pé de igualdade com outros reis cristãos da Península que se tinham tornado também vassalos da Santa Sé.

Acrescia ainda o facto de, no Tratado de Zamora, o rei de Portugal continuar a ser vassalo do rei de Leão pela tenência do Senhorio de Astorga.



A Bula Manifestis Probatum, que concedeu o tão desejado reconhecimento papal do Reino de Portugal no ano de 1179.

• • • •

Mais tarde, em 1160, na conferência de Celanova, realizada entre D. Afonso Henriques e Fernando II, de Leão, ter-se-ia ajustado o casamento deste monarca com

D. Urraca, e combinado a zona de acção de cada um nas terras a conquistar aos infiéis.

Numa política de boa amizade e de cooperação, para combater um inimigo comum e alargar o território, sancionara-se a independência do Condado.

Assim se explica a marcha de Fernando II sobre Badajoz, quando o Rei de Portugal pretendia apoderar-se desta cidade que ficava situada certamente na zona de influência das conquistas de Leão.

O Papa, a quem D. Afonso Henriques escrevera oferecendo vassalagem, depois de ter combinado, tudo leva a crer, com o Cardeal Vigo, os termos em que a devia fazer, faleceu pouco depois. Respondeu-lhe Pontífice Lúcio II que a aceitou, prometendo protecção moral e material, mas dando-lhe ainda o tratamento de *dux*.

Só em 1179, o Santo Padre Alexandre III confirmou o título de Rei de Portugal, e a posse de todos os territórios conquistados aos muçulmanos, a D. Afonso Henriques e a todos os seus sucessores. Era este o principal objectivo do Fundador da Nacionalidade para poder legar ao filho um território livre e independente, por direito de herança paterna e grandemente ampliado pela sua acção guerreira.

Mas o território nacional que ficava agora independente de facto e de direito, livre da legalidade de quaisquer pretensões dos reis cristãos da Península, sofreria, dentro em pouco, o ataque vigoroso das hostes muçulmanas.

Estes recordavam a destruição de Triana pelo jovem D. Sancho, em 1178.

Iacube, filho de Iúcufo, emir de Marrocos, invade o Alentejo e cerca Abrantes, mas é derrotado, em 1179.

Ataca Beja, mas é repellido pelo infante português. Volta e cerca Coruche no ano seguinte – 1180 – e destrói-a.

Animado com esta vitória, ataca Évora, sem resultado. D. Fuas Roupinho defende heroicamente Porto de Mós.

O Alentejo e parte da Estremadura são campo de contínuas correrias de cristãos e de muçulmanos. A luta desenrola-se também no mar. D. Fuas Roupinho, comandando a armada portuguesa, persegue a dos infiéis que se aproxima de Lisboa e derrota-a; temerariamente faz-se de rumo ao Sul, aproxima-se de Ceuta mas não pode resistir às forças navais poderosas que o inimigo ali concentra.

Ainda neste ano de 1180 D. Sancho é cercado em Santarém; D. Afonso Henriques acorre e derrota os infiéis.

A luta vai tomar maiores proporções. O poderoso emir de Marrocos, Iúcufo-Abu-Iacube, resolve passar o Estreito de Gibraltar e vir dirigir pessoalmente a campanha contra o rei de Portugal. Reúne um numeroso exército em Ceuta e dirige-se a Gibraltar em 1184.

Juntando as suas tropas às da Espanha muçulmana, veio

cercar Santarém naquele mesmo ano. Depois de 30 dias de acesa luta, os infiéis são derrotados e o poderoso emir é ferido de morte no campo de batalha, indo acabar os seus dias a Algeciras. Este feito ecoou por toda a Europa e causou a maior admiração.

X

A morte do Fundador

A vitória de Santarém foi já uma glória para D. Sancho, que em breve ficaria único senhor das rédeas do governo da Nação. Soldado formado na escola paterna, dera sobejas provas do seu valor guerreiro. Associado ao governo, aprendera a ser o fiel continuador da obra realizada.

Após a derrota do poderoso e numeroso exército inimigo, D. Afonso Henriques condenou os cativos à servidão, obrigando-os a acarretarem os materiais para a reconstrução de igrejas e fortificações. Dos despojos dos vencidos, o ouro, foi empregado na construção de uma arca para guardar as relíquias de S. Vicente que haviam sido trazidas do cabo que hoje tem aquele nome para a Sé de Lisboa.



Túmulo de Afonso Henriques no Mosteiro de Santa Cruz em Coimbra.

Antes, Fernando II, de Leão, ao saber que forças tão numerosas cercavam Santarém, resolvera vir em auxílio do sogro; este auxílio, porém, não foi necessário, embora se julgue que a notícia da aproximação das forças leonesas tivesse contribuído para a desmoralização das sitiadas.

D. Afonso Henriques viu a morte chegar sem a preocupação ou o temor de que a sua obra fosse destruída. Animava-o e consolava-o a última derrota infligida ao inimigo, símbolo do poder defensivo da Nação que formara. Deixava um chefe para o substituir e um povo unido, enérgico, forte; levantara o edifício da nacionalidade em condições de poder resistir à acção dos séculos.

Morria orgulhoso, mantendo-se à frente da Nação até aos últimos dias. Faleceu a 6 de Dezembro de 1185. Os seus restos mortais foram depositados na igreja de Santa Cruz, de Coimbra, onde os esperavam os de D. Mafalda. Mais tarde, foram trasladados para o rico mausoléu que D. Manuel I mandou fazer e que naquela igreja se pode admirar.

Descansava, enfim, o Homem que, em longos anos de duro batalhar, soubera construir uma nação e dar-lhe alicerces indestrutíveis no espírito de independência que nunca se perde, no vigor da acção que marca uma vitalidade nunca desmentida. Basta que surjam os chefes capazes de comandá-la para que ela se manifeste em todo o seu esplendor.

D. Afonso Henriques foi dominado pelo pensamento fixo da independência; por ela trabalhou toda a sua vida; a ela subordinou todos os seus actos. Esse pensamento alicerçou Portugal para os séculos sem fim.

O primeiro monarca português tornou-se credor da mais justificada admiração. Ele não foi apenas o duro vencedor de batalhas; foi o político hábil que iniciou o povoamento do território, a sua organização interna. Em sua volta, cerravam fileiras as classes sociais: o clero, a nobreza e o povo.

Desde os primeiros momentos viu a seu lado, em decidido apoio, os representantes da Igreja: desde o Cardeal Guido de Vico que, em Zamora, recebeu a incumbência de patrocinar a sua vassalagem ao Papa; desde o Bispo D. Paio Mendes que está a seu lado em S. Mamede; desde o Prior de Santa Cruz, D. Teotónio, que o acompanha a Santarém; e o Arcebispo de Braga, os Bispos do Porto e de Lamego que tomam parte na conquista de Lisboa, até aos freires das Ordens Militares Religiosas que formam o núcleo importante do seu exército e ocupam os castelos, principalmente os fronteiriços, como guarda avançada dos cristãos, prontos

para defesa do território e protecção das populações que ao abrigo das suas espadas cultivavam a terra e criavam os gados.

Alem da Nobreza que a seu lado sempre batalhou com denodo e onde avultam as figuras de Egas Moniz, Mem Ramires, D. Fuas Roupinho, Gonçalo Mendes da Maia, o Lidador, e tantos outros, contou sempre com o apoio decidido do povo, quer no campo da luta, quer no campo económico.

Ele domina e evita possíveis abusos ou violências, congregando a acção das três classes sociais em íntima colaboração para que dessa colaboração mútua resultasse o benefício de todos.

Não houve, por isso, lutas internas. A Nação formou-se numa unidade de pensamento e de acção.

A realeza era o braço forte que tudo regulava, garantindo direitos, estabelecendo deveres, mantendo o equilíbrio das classes.

A Nação fundamentou-se na força do poder central, apoiada na organização concelhia que caracterizou a estrutura política, civil e social, fortalecendo-a.

Era obrigação de todos tomar parte activa na luta contra os infiéis para defender a terra comum, para combater os inimigos da Fé de Cristo. Desta obrigação resultava a força do exército, levado ao campo de batalha, não por imposição do seu Senhor, mas por um imperativo moral que a todos irmanava.

D. Afonso Henriques é um hábil político que em cada um desperta dignidade e orgulho na liberdade de acção consciente e no respeito que todos os que cumprem lhe merecem.

Se protegia o clero, a classe mais culta daquela época,

fundando e dotando muitas igrejas e mosteiros, é porque dessa força advinha prestígio externo e auxílio interno, quer no campo de batalha, quer no progresso agrícola de que Alcobaça foi o exemplo mais característico, secando paúis, arroteando terras maninhas, transformando em terreno arável extensos matagais, introduzindo culturas, ensinando a trabalhar e a produzir.

Junto dos mosteiros fundavam-se as primeiras escolas. D. Afonso Henriques amava a terra que herdara e a que conquistara, amava o povo que o auxiliou no trabalho hercúleo de formar uma nacionalidade e desse amor nasceu aquele afecto que o eleva, que dele faz herói incontestado e lhe atribui a auréola de santidade.

Este sentimento perdurou e perdurará como gratidão das gerações a quem legou uma Pátria robusta e homogénea, alicerçada no favor da Igreja, na acção da Nobreza, no vigor do espírito municipal que se liga à terra com entranhado apego.

D. Afonso Henriques tornou-se objecto de um bem merecido culto nacional.

Tempo houve em que se procurou também a sua beatificação. Entre outras provas deste facto existe o livro dedicado ao Papa Bento XIII e a D. João V, escrito em latim e impresso em Roma no ano de 1728, no qual o Doutor José Pinto Pereira evoca dez argumentos justificativos da santidade de Fundador.

Deixando esta pretensão aos altos desígnios da Santa Sé, veneremos e glorifiquemos a memória do Homem que pela sua acção soube conquistar e organizar uma Nação que, nascida na luta contra os infiéis, se pode identificar, através dos séculos, entre todas, por dois elementos simbólicos: a Cruz e a Espada.

XI

Monumentos e Comemorações

Muitos são os monumentos históricos que por todo o País evocam a presença ou a memória de D. Afonso Henriques.

De todos eles, o Castelo de Guimarães é um dos mais representativos e preciosos documentos da nossa História. Fundado em 959, pela Condessa Mumadona Didaz, mulher do Conde Ermegildo Gonçalves, foi ampliado pelo Conde D. Henrique que dele fez a sua residência e a sede do seu Governo. Nele nasceu D. Afonso Henriques que, depois da batalha de S. Mamede, em 1128, ali estabeleceu a sua corte. Restaurado em 1940 e restituído à sua primitiva feição, o Castelo de Guimarães evoca o esforço heroico para a conquista da independência nacional.

Junto dele eleva-se a capela de S. Miguel onde foi baptizado D. Afonso Henriques, segundo é tradição. Desde a fronteira Norte do País até ao interior das terras do Alentejo, os castelos de Portugal, hoje quase todos

restaurados por efeito da patriótica decisão de salvaguardar da ruína o património nacional, são as testemunhas da luta contínua, persistente, para o alargamento do território e limitação das fronteiras da Nação. Eles evocam também a presença e a acção dos freires das Ordens Militares Religiosas que foram elementos activos no alargamento e na valorização económica das terras conquistadas, guardas avançadas contra os inimigos da Fé e da nacionalidade nascente. Os de Leiria, Santarém, Lisboa, Alcácer do Sal e outros viram os cristãos praticar feitos da maior heroicidade para os arrancar ao poder dos muçulmanos. Defendendo o território, protegendo as populações, lavrando a terra, fomentando riquezas, ficaram os freires da Ordem dos Templários nos castelos de Soure, de Pombal, de Ceres e de muitos outros e no castelo de Tomar que começaram a edificar em 1160; no de Leça, os freires da Ordem dos Hospitalários; no de Évora, que

evoca a façanha de Giraldo Giraldes, o Sem Pavor, os freires da Ordem de Calatrava, desde 1166; nos de Alcácer do Sal, de Almada e de Assumar, os de S. Tiago da Espada.

Outra relíquia evocativa é a espada de D. Afonso Henriques, guardada hoje no Museu de Soares dos Reis, na cidade do Porto. Mede de lâmina 835 centímetros. Até 1834 esteve junto do túmulo do Fundador, em Coimbra. Ali a foi admirar o rei D. Sebastião em 1570; mais tarde, em 1578, mandou-a pedir para a levar, porque era sempre vitoriosa, na expedição ao Norte de África. A espada, porém, não obrou o milagre desta vez; ficou esquecida a bordo e, por isso, pode voltar a Coimbra.

Entre os monumentos mandados levantar por D. Afonso Henriques, devemos destacar o templo da Sé de Lisboa; a igreja de S. Vicente de Fora, assim denominada por ficar situada em terreno exterior às muralhas de Lisboa; o Mosteiro de Alcobaça, começado a construir em 1152 e doado com as terras de Alcobaça aos monges da Ordem de Cister, também denominados «monges brancos» por usarem hábitos dessa cor. Estes monges, que já em 1119 se tinham vindo estabelecer em S. João de Tarouca, transformaram aquela região da Estremadura num centro notável de actividade agrícola e cultural.

A fundação do Mosteiro de Alcobaça foi resultante da promessa de D. Afonso Henriques, feita na ocasião em que se dirigia de Coimbra para a conquista de Santarém. Em cumprimento também de uma promessa, foi construído, em 1147, o Mosteiro de S. Vicente de Fora, cuja igreja foi reconstruída de 1582 a 1627. Nesta ocasião foi ali encontrada uma pedra com uma inscrição em língua latina, cuja tradução é a seguinte:

«Esta igreja foi fundada por EI-Rei D. Afonso I, de Portugal, em honra da bem-aventurada Virgem Maria e de S. Vicente, Mártir, em 21 de Novembro de 1147.»

No Museu Arqueológico, instalado no Convento do Carmo, em Lisboa, existe um busto de D. Afonso Henriques. É um trabalho tosco que se pode ver na primeira capela à direita da capela-mor. Esteve sobre uma das portas fortificadas de Santarém e veio para este museu nos meados do século XIX, trazido do Palácio das Alcáçovas.

No século XVI, o rei D. Manuel mandou fazer na igreja de Santa Cruz, de Coimbra, um rico mausoléu, um dos mais grandiosos monumentos funerários que possuímos, e para ali foram trasladados os restos mortais de D. Afonso Henriques.

A primitiva sepultura, na mesma igreja, foi aberta na presença daquele monarca no dia 25 de Outubro de 1515 e nessa ocasião foi testemunhado que o corpo estava «em carne e cabelo e dela saía cheiro mui suave». Foi mostrado ao povo e, depois, encerrado no rico mausoléu.



Escultura de D. Afonso Henriques, em Guimarães, da autoria de Soares dos Reis.

Referindo-se a este facto, dizia o insigne escritor daquele século, Francisco de Sá de Miranda, escrevendo a um amigo:

«Cidade rica do Santo
Corpo do seu Rei Primeiro
Qu'inda vimos com espanto
Há tão pouco, todo inteiro
Dos anos, que podem tanto».

Como se pode deduzir, Sá de Miranda também testemunhou o acontecimento.

Em Guimarães, foi inaugurada, em 1888, uma estátua ao Fundador da Nacionalidade, mandada levantar pelos habitantes daquela cidade. Esta estátua, em que D. Afonso Henriques é representado em traje guerreiro, é da autoria de Soares dos Reis.

Mais tarde, por ocasião do 8.º Centenário da batalha de S. Mamede, foi inaugurado no castelo de Guimarães, em 1928, um bronze de Abel Cardoso, obtido por subscrição pública, figurando D. Afonso Henriques de perfil.

Em 1940, realizaram-se em todo o País grandes festas nacionais comemorativas do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal.

Nesse ano foi exaltada a memória do nosso primeiro rei e foram percorridos todos os lugares que assinalaram a sua acção, em romagem patriótica.

Em Ourique, no Alentejo, foi levantado um padrão comemorativo, que se inaugurou no dia 15 de Maio daquele ano; ali esteve presente a espada de D. Afonso Henriques.

Poucos anos antes, outro padrão fora levantado em Vila Chã de Ourique, no concelho do Cartaxo, por ser este o lugar onde, para algumas pessoas, se teria dado a memorável batalha.

Angola associou-se às comemorações do Duplo Centenário, inaugurando na cidade de Luanda uma

majestosa estátua de D. Afonso Henriques, o herói da independência nacional.

No corrente ano de 1947, por iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa, estão-se realizando comemorações do 8.º Centenário da Conquista da cidade.

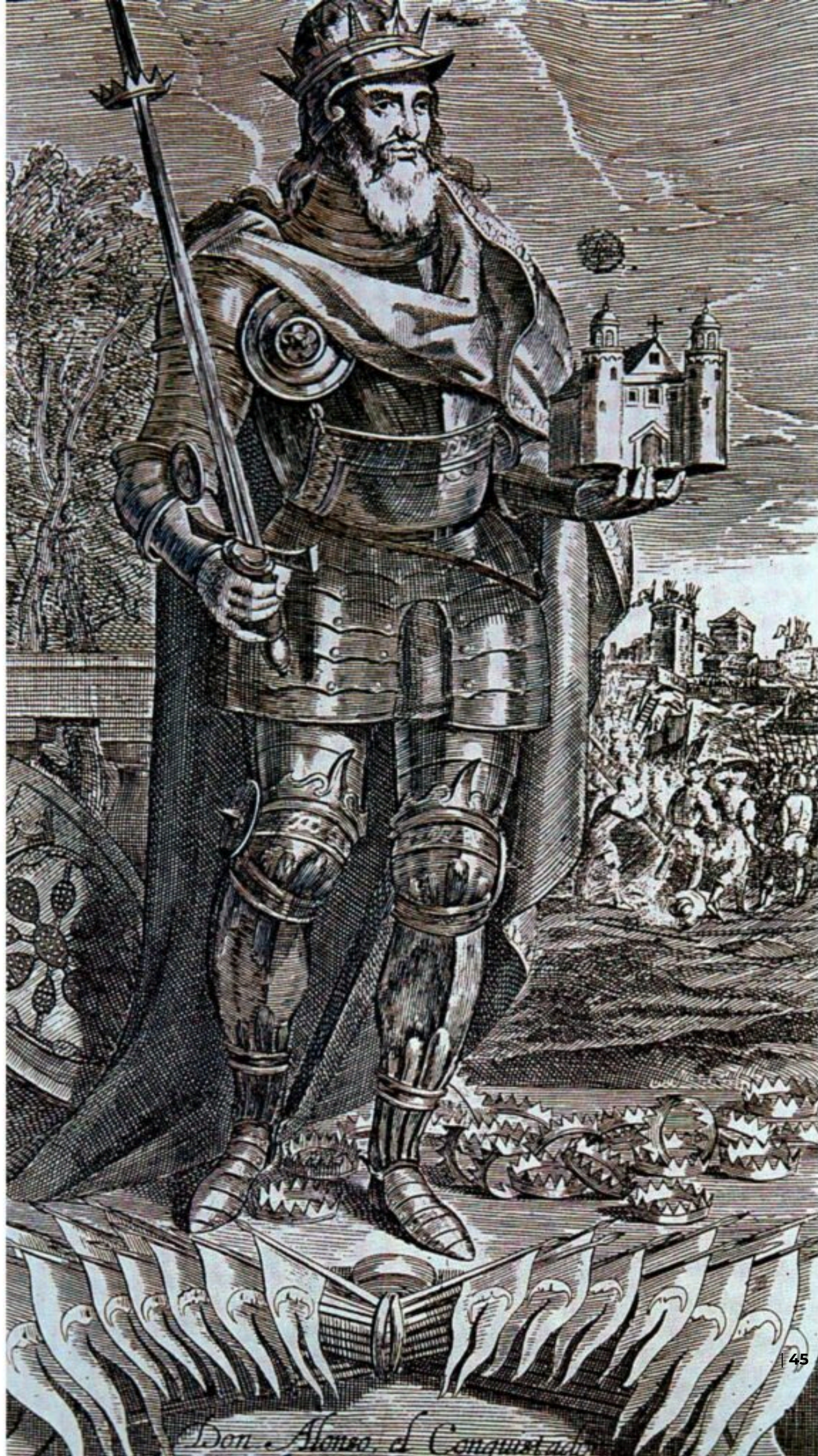
Todos os municípios do País, Ilhas e Colónias, num movimento de exaltação patriótica, colaboraram na evocação daquele feito histórico em que avulta a figura de D. Afonso Henriques.

E pelos séculos fora, portugueses e estrangeiros,

continuarão a recordar, como o têm feito até hoje, nas letras e nas artes, a acção desenvolvida pelo primeiro rei de Portugal, o seu valor guerreiro e a sua habilidade política, para construir uma nação e firmá-la em bases sólidas.

Essas bases são, principalmente, dois sentimentos herdados que sobrelevam todos os outros: o da independência e o da religião, símbolos de uma unidade de pensamento e de acção que, juntos, somam energias, mantêm vitalidade e desafiam a eternidade do tempo.

* Artigo publicado na colecção "Grandes Portugueses", editado pelo Secretariado Nacional da Informação (S.N.I.), 1947.



Don Alonso de Conquistador

D. Afonso Henriques: o seu governo, sob o ponto de vista político. *

Torquato de Sousa Soares

Não é a férula guerreira que avulta no pensamento e na actividade do nosso primeiro monarca; nem foi seu timbre lutar indiscriminadamente com a única preocupação de ampliar o território nacional.

Realmente, o que na sua personalidade sobressai e o impõe aos vindouros é a craveira ímpar de político clarividente - diria talvez melhor, de Rei - a quem cumpria visionar, na sua integralidade, todos os problemas de que, afinal, dependia a construção viável do estado português - problemas esses que não eram apenas, nem sequer principalmente, de ordem militar, apesar da extraordinária relevância destes ao longo de todo o seu reinado.

É que, se bem que o Condado Português se tivesse constituído em função da guerra contra os Mouros almorávidas, que ameaçavam subverter irremediavelmente toda a Cristandade hispânica, o que sobretudo estava em causa era a autoridade do rei de Leão e Castela, que, depois de reconhecida pelo Papa Gregório VII como superior à dos outros estados hispânicos - e por isso tinha assumido a dignidade imperial - não se compadecia com a formação de novos reinos completamente desintegrados dessa mesma autoridade. E, assim, longe de provocar o espírito de divisão, o que, verdadeiramente, a Santa Sé, propiciava não era a formação de novos estados cristãos, mas, pelo contrário impedia-la.

Consequentemente, o propósito do nosso Príncipe, de conseguir a plena soberania de Portugal, distratando-a, sem qualquer limitação, da autoridade do rei de Leão e Castela colidia frontalmente com a consecução daquele objectivo e, portanto, também com o compromisso, formalmente tomado pela Santa Sé, de acatar esse pensamento, reconhecendo D. Afonso VI como *Rex Hispaniae* - título este que, na terminologia política da Cúria Romana, correspondia à dignidade imperial (1), sendo, portanto, ao seu utente que unicamente cabia a iniciativa da reconquista de qualquer parcela do território peninsular ocupado pelos Sarracenos. E isto tinha, para a independência de Portugal, uma relevância sem par, pois não é sequer admissível que a sua personalidade moral se pudesse afirmar e perpetuar, se o seu território se limitasse à região compreendida entre o Minho e o Tejo, que constituía o Condado Português, tal como foi concedido a D. Teresa por seu pai, D. Afonso VI, imperador da Hispânia.

Certo é, porém, que já D. Henrique tentara alargá-lo primeiro para a Galiza e depois para Zamora e Astorga,

propósito esse retomado por D. Teresa, que chegou a senhorear os distritos de Toronho e de Orense (2); e certo é que, pelo menos nos últimos anos da sua vida, a infanta-rainha senhoreara ainda o de Límia (3).

Não obstante, nem pelo facto de passar a usar o título de rainha, a sua autoridade se tornou independente do rei de Leão.

Realmente, foi D. Afonso Henriques que, como legítimo depositário da autoridade antes estabelecida por seu avô, não se limitou a aceitá-la tal como a havia herdado.

Encarnando valorosamente o ideal da independência irrestrita do poder de que era titular - ideal de que o Arcebispo de Braga, D. Paio Mendes, se não foi o promotor, teria sido, pelo menos, o dinamizador perspicaz e arguto - o nosso Príncipe havia de saber pô-lo em prática com notável sagacidade.

De facto, D. Afonso Henriques, tendo-se armado cavaleiro em Zamora - onde os azares de uma política insidiosa tinham levado o Arcebispo de Braga, tão injusta e duramente caluniado, a exercer transitoriamente a autoridade episcopal (4) - realizava assim o primeiro acto de uma política de ostensiva autonomia (5).

É que o nosso Infante não foi armado cavaleiro como súbdito do seu monarca, mas como monarca ele mesmo, retirando de sobre o altar de S. Salvador, por suas próprias mãos, a espada que havia de cingir, como era próprio dos reis (6).

Este acto, de tão grande transcendência política, teria ocorrido a 14 de Maio de 1122, dia da festa de Pentecostes (7), seguindo-se-lhe alguns anos de acalmia adentro das fronteiras do Condado, até que a morte de D. Urraca, em Março de 1126, havia de dar azo à eclosão de graves perturbações (8).

Já então se tinha instalado em Coimbra, certamente por indicação do conde Pedro Froilaz - a quem D. Teresa se teria dirigido para obter auxílio na direcção da luta contra os Almorávidas (9) - Fernando Peres, seu filho, que, crescendo em influência junto da Infanta, a quem se uniu (10), passaria a acalantar veleidades de sucessão do governo de toda a Terra Portuguesa, em prejuízo dos inauferíveis direitos de D. Afonso Henriques.

Da revolta contra a autoridade do rei de Leão e Castela na luta que, logo após a morte de sua mãe, havia de deflagrar, primeiro por iniciativa dos próceres asturianos, leoneses e galegos e, no ano seguinte, pela do próprio Fernando Peres e D. Teresa, resultaria, depois de obtida a submissão daqueles próceres, a invasão de Portugal por forças leonesas e galegas - estas sob o

comando do próprio prelado compostelano (11). O nosso Príncipe manter-se-ia, porém - certamente de acordo com o Arcebispo de Braga e os barões portugueses que o rodeavam na sua corte de Guimarães - alheio à revolta, o que lhe valeria ser investido governador de Portugal (12), visto sua mãe, incursa no crime de felonía, ter perdido automaticamente o direito de exercer essas funções (13).

De resto, depois da investidura de armas na catedral de Zamora, não podia deixar de ser reconhecida a D. Afonso Henriques, pelo menos em princípio, a maioridade política, que - de acordo com o direito vigente - lhe conferia o direito de governar o Condado, mesmo em vida de sua mãe (14). Mas D. Teresa, certamente coagida por Fernando Peres, não lho concedeu, tanto assim que, tendo Afonso VII perdoado o seu crime na reunião de Ricovedo, realizada nesse mesmo ano de 1127 (15), novamente voltou para Coimbra, aí continuando a exercer autoridade ao lado do conde galego.

A sua posição era certamente anómala, visto que, como dissemos, só abusivamente ela podia, após a maioridade de D. Afonso Henriques, exercer funções directivas no Condado Português (16).

Não obstante, o jovem Infante não deixaria de a acatar, tudo levando a crer que, de certo modo, D. Teresa havia de colaborar com ele para lhe transmitir o poder efectivamente exercido pelo conde galego.

É mesmo de crer que tenha sido por pressão nesse sentido exercida por D. Teresa sobre Fernando Peres - que dispunha do apoio não só dos magnates de Toronho e Límia, mas também do próprio irmão, Vermudo, senhor de Viseu - que o conde galego teria ido, em companhia da nossa Infanta, encontrar-se no castelo de Faria com D. Afonso Henriques, que já então exercia também autoridade no Condado Português, a partir de Guimarães, onde tinha estabelecido a sua corte (17). Certo é, porém, que esta tentativa de acordo, não podendo ser levada a bom termo, havia, certamente, de contribuir para agravar o dissídio (18).

A atitude que, no seguimento desses sucessos, continuava a manter o Arcebispo D. Paio, está bem patente no diploma de D. Afonso Henriques, de 27 de Maio de 1128, menos de um mês antes do recontro de S. Mamede, que lhe confere amplos privilégios "*ut sis adjutor meus*" (19). E não de menor importância teriam sido, certamente, as gestões de D. Teresa, que - tudo leva a crer - tinha, se não apoiado seu filho, pelo menos feito tudo quanto estava ao seu alcance para neutralizar o arreganho belicoso de Fernando Peres (20). Este, porém, não desistiu do seu propósito; mas, não tendo encontrado o apoio que provavelmente esperava, foi desbaratado no campo de S. Mamede, nas proximidades de Guimarães, onde o nosso Príncipe lhe ofereceu combate (21).



Batalha de São Mamede - a primeira tarde Portuguesa

Nem por isso, porém, D. Teresa - cónsua de que seria essa a melhor maneira de ajudar o filho - abandonaria o conde galego, seguindo com ele para o distrito de Límia, ao sul de Orense, onde havia de permanecer até à morte, ocorrida dois anos depois (22).

É realmente provável que D. Teresa continuasse a exercer toda a sua influência no sentido de evitar nova investida de Fernando Peres que, de facto, só havia de atacar abertamente o Príncipe português já depois da morte da Infanta, com o apoio de seu irmão Vermudo, que ainda tinha a tenência de Seia (23).

Não obstante, D. Afonso Henriques não se intimidaria apesar de os seus domínios terem de sofrer, ao sul, as correrias dos Mouros (24) e, entretanto, a ofensiva do próprio D. Afonso VII, de que uma vez obtido o apoio do rei de Aragão, resultaria o soberano leonês firmar um acordo de tréguas válido por dois anos (25).

Mas na Páscoa de 1137 o nosso Infante rompe de novo hostilidades, iniciando uma acção ofensiva, agora com o apoio do rei de Navarra - o que mostra bem a atenção que dedicava ao desenvolvimento dos sucessos que então ocorriam na parte oriental da Península, procurando tirar deles o maior proveito possível (26). E daí uma nova intervenção de Afonso VII, já então sagrado imperador na catedral leonesa (27).

De facto, à ocupação de Tui por Afonso Henriques, respondeu prontamente o Imperador, levando-o a firmar, a 4 de Julho de 1137, um pacto em que, não obstante o reconhecimento implícito da autoridade do nosso Infante em Portugal, se marcava nitidamente a situação de superioridade do rei de Leão e Castela (28). Mas este, certamente ansioso por pôr termo à pendência com seu primo para assim se poder dedicar inteiramente à resolução dos problemas relativos a Aragão e Navarra e, depois, enfrentar os Mouros em Oreja, para aí se dirigiu logo em seguida (29), provocando um considerável movimento de tropas sarracenas, não só de proveniência peninsular, mas também africana, com o objectivo de as enfrentarem junto a essa praça sarracena (30).

Então D. Afonso Henriques, cónscio da oportunidade que as circunstâncias de momento lhe ofereciam de castigar os Mouros, que pouco antes tinham derrotado os portugueses nas proximidades de Leiria (31), organiza, por sua vez, uma expedição que havia de os surpreender longe da fronteira (32).

Mas o exército muçulmano, que se empenhava em socorrer os sitiados de Oreja, ter-se-ia voltado contra ele, encontrando-o em Ourique (33), certamente em posição adrede escolhida, pois o combate que então se travou, havia de oferecer ao nosso Príncipe uma nítida vantagem de manobra que, apesar da superioridade numérica do exército inimigo, lhe permitiu alcançar a vitória (34). Reza a tradição, corrente no terceiro quartel do séc. XIV, ter sido durante o combate que então se travou, que o nosso Infante recebeu, no peito, cinco ferimentos em forma de cruz (35); mas a tradição do milagre, isto é, do aparecimento de Jesus crucificado, só se formaria, certamente, mais tarde, talvez em consequência da guerra que então mantivemos com Castela, propícia à exaltação dos valores nacionais (36).

Seja, porém, como for, já hoje se não pode duvidar que foi em consequência da batalha de Ourique - provavelmente logo em seguida - que D. Afonso Henriques começou a usar o título de rei, - o que representa obtenção da independência de Portugal (37). Não obstante, manteve a mesma posição em face de Afonso VII, que, realmente, continuou a não reconhecer a independência de Portugal, o que levaria, mais uma vez D. Afonso Henriques investir contra o Imperador, para o que se aliou com o rei de Navarra, que continuava a hostilizá-lo (38).

De facto, não hesitaria invadir de novo o território orensano - o que levaria, por sua vez, o rei de Leão e Castela a tornar a invadir Portugal (39).

Dispondo apenas de forças certamente muito inferiores em número, D. Afonso Henriques não se atreveu a oferecer-lhe combate, limitando-se a atacar a guarda-avançada que se destacara do exército leonês, conseguindo assim vencê-la, matando e aprisionando muitos dos seus elementos (40). A ocasião era excelente para oferecer a paz ao Imperador, que a aceitou de boa vontade, reunindo-se então os dois chefes militares em ágape fraternal, de que muito provavelmente, como supõe Herculano, resultou o reconhecimento do título de rei ao nosso Príncipe (41).

Mas nem por isso o Papa deixaria de tratar D. Afonso Henriques por *dux*, embora não recusasse a homenagem que, pouco depois, por intermédio do Cardeal Guida de Vico, legado pontifício, o nosso rei lhe prestava, procurando reforçar a sua vinculação à Santa Sé, não só directamente pela entrega, embora nem sempre pontual, do censo que se obrigara a pagar (42), mas também indirectamente, através de novas comunidades monásticas *mullius dioceses* que, por sua vez, se obrigavam a oferecer especiais tributos ao Papa (43). E,

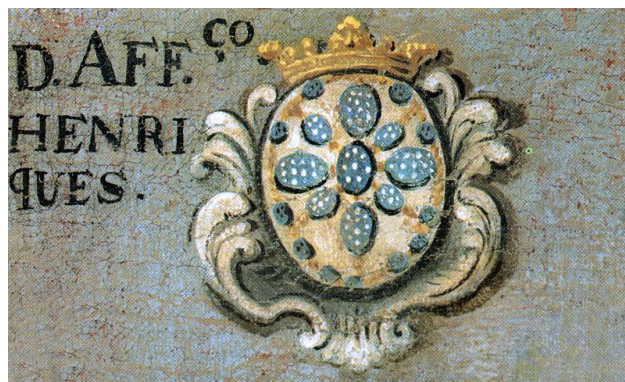
além disso, não deixava de alardear os serviços prestados à Cristandade com o prosseguimento da reconquista e a criação ou restauração de novas dioceses (44).

De facto, à conquista fulgurante de Santarém, em Março de 1147 (45), logo se seguiria a de Lisboa, a 24 de Outubro seguinte, depois de um assédio de cerca de quatro meses em que haviam de colaborar cruzados nórdicos de que certamente o nosso rei se tinha aproximado por meio de emissários que não só o puseram ao corrente dos preparativos da expedição, mas também da data aproximada da sua chegada, de que não podia ter deixado de tomar conhecimento com antecedência (46). Realmente, um acontecimento de tal envergadura havia fatalmente de implicar - tal como o casamento do nosso Rei, no ano anterior - a manutenção de assíduas relações com a Europa transpirenaica, em que a Inglaterra, então muito ligada à França, participaria largamente.

Já então o Arcebispo de Braga, D. João Peculiar, que sucedeu a Paio Mendes no exercício do seu *munus*, tinha assumido o encargo de promover as negociações com a Santa Sé, passando, por isso, a ser o melhor colaborador do nosso rei no desenvolvimento de uma política que abrangia simultaneamente o problema da primazia de Braga, e a incorporação, nessa arquidiocese, dos bispados portugueses que tinham pertencido à antiga metrópole de Mérida, cujos direitos jurisdicionais tinham sido concedidos a Santiago de Compostela (47).

Foi uma áspera pendência, que havia de se prolongar ainda por muitos anos, a reclamar um tacto político a que nada devia faltar - desde a decisão corajosa e firme até à prudência paciente e optimista.

Mas, além deste difícil dissíduo, há ainda a considerar um outro aspecto da política do nosso rei: o que diz respeito à formação de novos agregados populacionais, a contribuir também para a consolidação da monarquia.



Brasão de D. Afonso Henriques

Impunha-se, realmente, a adopção de uma verdadeira política de povoamento a concretizar-se na concessão de privilégios não só aos Moçárabes de Santarém e de

Lisboa, e aos Mouros que aí tinham ficado depois da conquista destas cidades (48), mas também aos grupos de colonos estrangeiros nórdicos, provenientes dos cruzados que nelas se quisessem fixar (49). Além disso, D. Afonso Henriques havia de conceder algumas dezenas de cartas de povoamento (50), entre as quais a doação, aos monges de S. Bernardo de Claraval, da herdade de Alcobaça, sob pena de a perderem se, por incúria, a deixassem ficar deserta (51).

Por outro lado, uma vez conquistada Lisboa e, logo em seguida, ocupadas as praças de Almada e Palmela, que os Mouros tinham abandonado, urgia, para que o novo reino se pudesse tornar viável, o alargamento, para o sul, do território do próprio Condado.

Ora, a sua ocupação transcendendo os limites da doação feita à Infanta D. Teresa por D. Afonso VI, não podia deixar de ser considerada como um acto de agressão à monarquia leonesa-castelhana, a quem, como representante da ideia imperial, competia a iniciativa da Reconquista.

Viu-se por isso, o nosso rei obrigado a suspender as operações militares contra os Sarracenos durante mais de dez anos (52), que tanto foi o tempo que mediou entre a conquista de Lisboa e a morte de Afonso VII, a marcar o fim do Império Hispânico pela sua divisão nos reinos de Leão e de Castela, politicamente autónomos. É certo que, nem por isso, caberia a D. Afonso Henriques o direito de reconquistar o território ao sul do Tejo; mas a oportunidade para o obter era então muito propícia, tendo, tanto mais, em conta os conflitos que surgiram entre os dois herdeiros do Imperador, que o nosso Rei logo aproveitaria, tentando aproximar-se do Monarca leonês, em cuja corte, de facto, se encontrava poucos meses depois da morte de Afonso VII (53).

Aconteceu, porém, que a autoridade interna de Fernando II, rei de Leão, havia de deteriorar-se, a tal ponto que se viu forçado a aproximar-se do seu irmão, o rei Sancho III de Castela.

A posição do nosso monarca tornar-se-ia por isso, extremamente grave, como mostra o tratado de Sahagún, então firmado pelos dois irmãos - tratado esse que punha em risco a própria soberania do rei de Portugal, impedindo frontalmente o direito de empreender qualquer conquista além do Tejo, se é que não ia mesmo ao ponto de lhe negar o direito de existir como soberano de um estado autónomo (54). Mas um acontecimento fortuito - a morte do monarca castelhano, ocorrida apenas um ano após a do Imperador, seu pai (55) - havia de tornar inoperantes as disposições desse tratado, tanto mais que o rei de Castela deixava como sucessor um único filho de tenra idade (56). E daí ter Fernando II podido acalentar veleidades imperialistas, que a Santa Sé, de certo modo, sancionou, reconhecendo-lhe o direito de se intitular "*rex Hispaniae*" (57).

Mas nem por isso D. Afonso Henriques se intimidaria; e, aproveitando-se das dificuldades levantadas à autoridade

do rei de Leão em Castela, em defesa dos direitos do seu pequeno rei, passa corajosamente a desenvolver uma estratégia política que ia desde a pressão a exercer sobre o monarca leonês, para conseguir a revisão da fronteira setentrional e oriental, até ao reconhecimento do direito de reconquistar aos Mouros os territórios ao sul do Tejo, que tinham constituído o convento jurídico pacense (58). E, simultaneamente, havia ainda, com um tacto político de superior quilate, de desenvolver uma acção directa sobre a Santa Sé, para a levar ao reconhecimento pela Igreja e, portanto, pela Europa transpirenaica, da irrestrita independência de Portugal.

Foi, realmente, uma acção de grande envergadura, a exigir o desenvolvimento de uma firme actuação política que só um governo dispondo de valores perfeitamente integrados no pensamento do rei, e capazes de eficazmente o dinamizarem, estaria em condições de levar a efeito. E assim é que, enquanto D. João Peculiar e os seus acesores se empenhavam, na Santa Sé, por demover o Papa a reconhecer a soberania portuguesa - o que, de facto, conseguiram (59) - o nosso Rei procurava obter ligações com estados cristãos extrapeninsulares, com o propósito de firmar alianças de carácter político, mas também económico, que pudessem contribuir para o equilíbrio da nossa balança comercial, propiciando a elevação do nível de vida da nossa população (60). E, entretanto, Geraldo o Sem Pavor, aparentemente por conta própria, mas de facto sob a orientação do nosso rei, batia-se heroicamente no Alentejo, conseguindo alargar consideravelmente o território nacional (61). Mas nem por ter conseguido triunfos tão assinalados, D. Afonso Henriques se furtaria a ser vítima da sua própria decisão intemerata. Quero referir-me à intervenção que teve no cerco de Badajoz, em 1169, quando Fernando II o atacou, por sua vez, em defesa dos Muçulmanos refugiados na alcáçova.

Feito prisioneiro pelo Leonês, o nosso Rei logo havia de abandonar a efectiva direcção do Estado, sendo substituído por seu filho único varão, D. Sancho, que, ainda Infante viria a dar provas de assinalado mérito militar (62).

A libertação de seu velho pai obrigá-lo-ia, no entanto, a ceder a D. Fernando II os territórios que ele tinha ocupado ao norte e a leste, para além do Condado Portugalense (63) sem, no entanto, ser privado das terras já conquistadas ao sul, naturalmente para além de uma fronteira pré estabelecida (64).

A D. Sancho cabe, realmente, a responsabilidade dos sucessos ocorridos depois desta data, apesar de os diplomas da chancelaria continuarem a ser outorgados em nome do velho rei. É esta a opinião, bem documentada, entre outros, do nosso grande diplomata Rui de Azevedo, que aceitamos, muito embora não seja presumível que o velho monarca se alheasse inteiramente dos negócios do reino, que viria a ser, ainda em sua vida, vítima de uma grande ofensiva do

amir de Marrocos Yusuf que pôs Santarém em risco de perder-se (65).

Mas o amir morreu logo em seguida, em consequência de ferimentos recebidos numa acção surpresa levada a bom termo pelos sitiados (66), e a sombra do nosso velho rei continuava a projectar-se com uma persistência exemplar, frente a todas as contrariedades e a todos os atropelos, que tanto dificultavam a sua acção.



Estátua de D. Afonso Henriques na Expolima, em Ponte de Lima

Depois de estudar este reinado com espírito isento, embora nem sempre justo, Herculano, o grande mestre da nossa historiografia contemporânea, presta a D. Afonso Henriques a derradeira homenagem, ao invocar a gratidão nacional que o aureola, fazendo dele o símbolo vivo da Pátria, que nos aponta o dever de a defendermos e prestigiarmos sempre, aonde flutue a sacrossanta bandeira das Quinas. E a voz de Herculano ecoa ainda no coração de todos os verdadeiros Portugueses.

NOTAS

(1) Realmente, a Cúria romana só reconhecia o título de Imperador ao soberano do sacro-Império Romano-Germânico, a quem unicamente era atribuído. Na Hispânia esse título só abusivamente começou a ser usado pelos reis visigodos e, depois pelos leoneses, que se consideravam seus herdeiros. Mas Fernando II nunca o tomou, limitando-se a usar, para garantir a sua supremacia sobre todos os outros reis cristãos hispânicos - que lhe dava a exclusividade do direito de

reconquista - a designação de *Rex Hispaniae*, que equivalia a toda a Península cristã e muçulmana, e estava de acordo com a bula papal que lhe conferia esse privilégio.

(2) É certo que a partilha do reino, que D. Teresa obteve de sua irmã, incluía alguns territórios mais, mas essa divisão parece que nunca se efectivou, sendo mesmo passageiro o domínio exercido por D. Teresa sobre Toronho e Orense.

(3) É o que parece depreender-se de documentos a que se refere Luiz Gonzaga de Azevedo na sua *História de Portugal*, vol. III, pág. 230.

(4) Vid. o diploma cit. por Luís Gonzaga de Azevedo, *ibid*, pág. 135 nota 2.

(5) Nem se compreende a ida de D. Afonso Henriques para Zamora senão pelo propósito de afirmar a sua maioridade, tornando-o assim independente da autoridade de D. Teresa (Vid. J. M. Ramos y Loscertales: *La sucession del Rey Alfonso VI*, in "Anuário de História del Derecho Español" tomo XIII, pág. 59). Ramos y Loscertales refere-se ao direito navarro, mas era esse direito que servia de norma na monarquia leonesa depois da ascensão de Fernando Magno, como observámos no estudo sobre *O governo de Portugal pelo conde D. Henrique de Borgonha* in "Revista Portuguesa de História", tomo XIV, pág. 369 e nota 13.

(6) Daí o relevo que lhe dá o analista, notável em epítome que geralmente se limita a apontar os sucessos. Vid. "Port. Mon. Hist.", *Scriptores*, pág. 11, col. 1.^a, e *Crónica do Conde D. Henrique, D. Teresa e Infante D. Afonso*, ed. actualizada, por A. Magalhães Basto, pág. 367.

(7) A data que a *Chronica Gothorum* estabelece para este evento é a de 1125, mas trata-se nitidamente de um erro do copista, como já assinalámos no estudo sobre *O governo de Portugal pela Infanta-rainha D. Teresa*, in "Colectânea de Estudos em honra do Prof. Doutor Damião Peres"; pág. 114.

(8) Vid. o estudo cit. na nota anterior, pág. 115-116.

(9) *Ibidem*, págs. 114-115.

(10) A sua permanência em Portugal, ao lado da Infanta, é assinalada desde Janeiro de 1121 (*Ibid*, pág. 114). Da sua união com a Infanta resultou o nascimento de uma filha, referido num documento que encontrámos há anos no *Tumbo de S. Martin de Juvia* (escrit. 24, fl. 7). Foi já publicado por Santiago Montero Díaz no "Buletin de la Universidad de Santiago de Compostela", VII, pág. 78-79, cit. por Damião Peres in *Como nasceu Portugal*, pág. 114.

(11) Vid. o que a este respeito dissemos no estudo atrás citado (nota 7), a pág. 116.

(12) Refere-o um documento do *Tumbo de Lorenzana*, que se encontra no Arquivo Histórico Nacional de Madrid (fls. 76-77). É datado de VII *idus setembris Era C.^a LXV.^a, post. M.^a* correspondente a 7 de Setembro de 1127, que diz: *Imperante Portugalis adefonsus filius Henrici comes*".

(13) Vid. nosso estudo sobre *O governo de Portugal pela*

Infanta-rainha D. Teresa cit., pág. 117-118.

(14) Dissemo-lo atrás, na nota 5.

(15) Vid. nosso estudo cit, na nota 12, pág. 117-118.

(16) Já o dissemos atrás, na nota 5.

(17) É o que se depreende de um diploma que refere a esse encontro entre D. Teresa, Fernando Peres e D. Afonso Henriques. (Este diploma, creio que ainda inédito, foi-nos assinalado por Rui de Azevedo, que o teria encontrado na Biblioteca Nacional).

(18) Daí o avanço de Fernando Peres sobre Guimarães, acompanhado por D. Teresa, de que resultaria o reconcontro travado em S. Mamede, nos arredores dessa cidade, como observa a *Chronica Gothorum*.

(19) Vid. "Documentos medievais Portugueses" *Documentos régios*, doc. 89, pág. 112. (20) É a ilação que me parece poder tirar-se dos acontecimentos que se seguiram, em que D. Teresa não deve ter intervindo, pelo menos directamente.

(21) Vid. o excelente estudo que sobre *A batalha de S. Mamede* escreveu o General Luís de Pina (Lisboa, 1979).

(22) A presença de D. Teresa em Límia, em seguida à derrota de Fernando Peres, em que não devia ter colaborado, como já observámos, deve significar, a nosso ver, o seu desejo de neutralizar o impulso ofensivo do conde galego, o que realmente conseguiu. De facto, até à morte de D. Teresa, parece não ter sequer intentado abrir hostilidades contra D. Afonso Henriques; nem mesmo se inimizou com ele, como mostram alguns documentos citados por Luís Gonzaga de Azevedo, na sua *História de Portugal*, vol. 111, pág. 155-156.

(23) *Ibid*, tomo IV, pág. 3.

(24) De "correrias obscuras das fronteiras muçulmanas, facções unicamente de roubos e mortes, sem nenhuma consequência política, e que mais importavam aos habitantes das povoações limítrofes do que ao comum do país", as designa Herculano. (Vid. *História de Portugal*, t. I, pág. 407 da última edição, com prefácio e notas críticas de José Matoso).

(25) A invasão de Portugal ter-se-ia feito pelo vale do Tâmega, de acordo com um documento (*memória de tréguas*), chegando os leoneses a tomar Ribeira, que julgo ser Ribeira de Pena, por altura da Páscoa de 1134 (Vid. art. intitulado *Dos documentos interessantes para la História de Portugal* da autoria de José Maria Lacarra, in "Revista Portuguesa de História" t. III, pags., 291-305).

(26) Vid. A. Herculano, *História de Portugal*, t. I. pág. 418 e segs. na edição de A. Matoso; Luís Gonzaga de Azevedo: *História de Portugal*, vol. IV, pág. 10-11; e Luís G. Valdeavellano: *História de España*, II, pág. 438 da edição de 1980.

(27) *Ibid.*, pág. 907. Afonso VII foi sagrado Imperador no domingo de Pentecostes de 1135.

(28) Sobre este tratado deve ter-se sobretudo em conta o excelente estudo de Paulo Merêa *O tratado de Tui de 1137* do ponto de vista jurídico, in "Revista Portuguesa de História" t. VI, pág. 95-115, e em *História e Direito*

(Escritos dispersos), t. I, pág. 275-306.

(29) Vid. Valdeavellano, *História de España*, t. I da edição de 1980, págs. 441-442.

(30) Além de Valdeavellano, cit. na nota anterior, veja-se a chamada *Chronica Gothorum*, in *Port. Mon. Hist., Scriptores*, págs. 12-13, e *Chronica do conde D. Henrique, D. Teresa e Infante D. Afonso*, de Fr. António Brandão, ed. actualizada com uma introdução de A. Magalhães Basto, pág. 268; e ainda Pe. Miguel de Oliveira: *Ourique em Espanha*, que não obstante a apresentação de uma tese insustentável, revela excelentes qualidades de erudição e de crítica. Vid. especialmente, o capit. I - Fontes históricas, págs. 13-18.

(31) Em "*MCLXXV evenit infortunium super Christianos in Tomar*", nas proximidades de Leiria. (Vid. *Chronica Gothorum*, in *Porto Mon. Hist. Scriptores*, pág. 12, col 1.^a págs. 268).

(32) Sobre o lugar da batalha, tão controvertido, Vid. sobretudo A. da Costa Veiga in *Anais da Academia Portuguesa da História*, vol. I, pág. 15 e segs.

(33) A versão longa da chamada *Chronica Gothorum* oferece o testemunho mais fiel e elucidativo do desenvolvimento desta batalha. Vid. a respeito desta crónica, Pe. Luís G. de Azevedo, *Hist. de Portugal*, vol. IV, pág. 194-198; e Pierre David: *Études historiques de la Galice et la Portugal du V. au XII siècle*, págs. 280-290.

(34) Vid. Costa Veiga: *A tradição de Ourique no que respeita à localização da batalha e à aclamação régia*, in "Anais" da Academia Portuguesa da História, vol. I, págs. 17-32. (35) Vid. *Discours prononcé le 14 Juillet 1380 en presence de Charles V, par Martin, évêque de Lisbonne, ambassadeur du roi de Portugal*, in "Bibliothèque de l'Ecole des Chartes" (1891), já cit. por Gama Barros: *História da Administração Pública em Portugal nos sécs. XII a XV*, t. II, págs. 142-143 da reedição. (A passagem que se refere aos ferimentos recebidos em Ourique por D. Afonso Henriques está transcrita naquele estudo de N. Valais, *ibid.*, págs. 511-512).

(36) Que nos conste, a primeira alusão ao "milagre" é feita na *Crónica de D. Afonso Henriques*, que o Pe. Carlos Tarouca publicou em ed. da Academia Portuguesa da História, *Crónicas dos sete primeiros Reis de Portugal*, vol. I, pág. 42. Esta crónica deve ter sido escrita nos princípios do séc. XV. Nela, o cronista limita-se a dizer que Jesus crucificado apareceu a D. Afonso Henriques em visão; e é só depois de nova crise das nossas relações com Castela, que Duarte Galvão, na sua crónica de D. Afonso Henriques, figura o nosso Príncipe a falar com Jesus, que se mantém silencioso. Mas já nos fins do séc. XVI, durante a dominação espanhola, o "milagre" é ampliado, travando-se então vivo diálogo entre Jesus e D. Afonso Henriques, Vid. o *Memorial* de Pero Ruiz Soares, I (Leitura e revisão de M. Lopes de Almeida, Coimbra, 1953, págs. 345-348; e a *Terceira Parte da Monarchia Lusytania*, por Fr. António Brandão, Lisboa, 1690, págs. 161-164).

(37) Ainda a este respeito. Vid. C. Erdmann: *De como D. Afonso Henriques assumiu o título de Rei*, na versão portuguesa de J. Providência Costa, especialmente a págs. 17-23.

(38) Vid. *Chronica Adefonsi Imperatoris*, pág. 58 e segs, e L. G. Valdeavellano: *História de España*, II, págs. 437-438 da ed. de 1980.

(39) Vid. a respeito desta invasão, Costa Veiga, págs. 61 e segs, in *Anais da Academia Portuguesa da História*, vol. I, pág. 61 e segs.

(40) É a versão da *Chronica Adefonsi Imperatoris*, que só contradiz a *Chronica Gothorum* relativamente à iniciativa do pedido de paz. É, porém, evidente que não foram os enviados do Imperador que vieram à presença do Arcebispo de Braga, D. João Peculiar - o que, realmente, não faz muito sentido, mas este que se dirigiu, como emissário de D. Afonso Henriques, ao Imperador, a solicitar a paz, que foi firmada *in perpetuum*.

(41) "*Convenerunt namque in uno tentorio ab eo pariter imperator et Rex Portugallis et oscullati sunt invicem et comederunt et biberunt in unum, et locuti sunt soli secretius et sic remeavit unusquisque in propria in pace*", diz a *Chronica Gothorum* (Port. Mon. Hist., Scriptores, I, pág. 13, col. 1.^a), Herculano refere o sucesso, mas sem indicar que o nosso Infante tivesse sido proclamado rei pelo Imperador, o que parece ter-se verificado, tanto mais que no próximo encontro de D. Afonso Henriques com seu primo, em Zamora (4-5 de Outubro de 1143), este, no documento leonês que o refere, já o designa como rex. Devemos, porém, notar que nem por isso paz de Valdevez, talvez em 1141, como supõe Costa Veiga.

(42) Vid. Erdmann: *O Papado e Portugal no primeiro século da História portuguesa*, págs. 49-50, da versão de Providência Costa. Coimbra, 1935. Vid. também o nosso artigo sob o título de *Enfeudação de Portugal à Santa Sé*, no "Dicionário de História de Portugal" dirigido por Joel Serrão, vol. II, págs. 34-35 (A ideia de Erdmann, expressa a pág. 47 do seu cit. estudo, de ter sido então que "se concluiu a paz duradoira" resulta de uma confusão, pois essa informação, dada pela *Chronica Adefonsi Imperatoris*, a pág. 69 da edição de Sánchez Belda, que Erdmann cita, diz respeito à paz de Valdevez, talvez em 1141, como dissemos na nota 41).

(43) É o caso dos mosteiros de Santa Cruz, Grijó, S. João de Tarouca e Refoios de Lima. Vid. Erdmann, *O Papado e Portugal*, cit. na nota 42, a págs 53 e 58.

(44) Assim, a de Lisboa, ainda em 1147 e, nesse mesmo ano, as de Lamego e Viseu até então ligadas à de Coimbra, e, depois, a de Évora, em 1166.

(45) Com a convivência, segundo creio, dos Moçárabes da cidade, com quem D. Afonso Henriques teria previamente combinado o ataque iniciado ainda na calada da noite. (46) Não obstante a opinião de Mons. Miguel de Oliveira, que diz não ter havido "combinação anterior, nem sequer a certeza de que as naus (dos cruzados) aportassem ao Douro". Vid. o seu artigo

intitulado *S. Bernardo e a conquista de Lisboa*, in "Revista Portuguesa de História", t. XI, págs. 13 e 15. Mons. M. de Oliveira entende, com razão, que S. Bernardo não interveio nos preparativos da expedição, como supõe L. G. de Azevedo; mas isso não quer dizer que D. Afonso Henriques se não entendesse previamente com os cruzados ainda antes da tomada de Santarém. É que não me parece possível explicar os sucessos relativos à conquista das duas cidades sem um acordo prévio com eles.

(47) Pela bula de Calixto II, de 27 de Fevereiro de 1120 (Vid. López Ferreiro: *História de la Iglesia de Santiago*, t. IV, pág. 8 e segs., e págs. 3-5 do Apêndice de Documentos).

(48) Os Mouros forros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer receberam, mesmo, carta de foral em 1170 (Vid. *Port. Mon. Hist., Leges et Consuetudines*, págs. 396-397, e *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Régios*, n.º 304, págs. 400-401).

(49) Vid., a este respeito, Herculano: *História de Portugal*, t. III, pág. 52 e VIII, pág. 257 e segs. da 7.^a edição definitiva; e Rui de Azevedo, in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, pág. 52 e segs.

(50) Desde a de Guimarães em 1128 (em aditamento à concedida pelo conde D. Henrique em 1096), até às de Santarém, Coimbra e Lisboa em 1179.

(51) Vid. *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Régios*, n.º 243, a págs. 297-298.

(52) Herculano atribui a suspensão das hostilidades contra os Mouros à falta de tropas, embora suponha que, quatro anos após a tomada de Lisboa já D. Afonso Henriques se preparasse de novo para a luta, procurando "engrossar o seu exército com gente estrangeira, fazendo levar em Inglaterra" (*História de Portugal*, t. I, pág. 537 da última edição). A verdade, porém, é que, após duas tentativas, Alcácer do Sal só foi tomada pelo nosso rei em 1160 (Confr. Huici Miranda: *Los Almorávides en Portugal*, in "Anais" da Academia Portuguesa da História, II Série, vol. 5, e pág. 19 da separata).

(53) Vid. Júlio González: *Regesta de Fernando II*, págs. 23 e 346.

(54) Afonso VII, o Imperador, morreu a 21 de Agosto de 1157 (ibid, pág. 21), e Sancho III, de Castela, a 31 de Agosto do ano seguinte.

(55) Vid. as reflexões que sobre este tratado fizemos na "Revista Portuguesa de História", t. III, págs. 529-530.

(56) Afonso VII, que havia de vencer os Mouros em Navas de Tolosa, nasceu em 1155, tendo, portanto, então apenas três anos.

(57) A partir de 1162, Vid. in *Regesta* cit. além da pág. 251, a págs. 56-57, onde se menciona o tratado de Agreda, de que resultou a supremacia do rei de Leão, inclusivamente sobre o seu sobrinho, a quem concebe a dignidade de pai, tutor e defensor.

(58) Assim o acreditamos pelas razões expressas nas nossas *Reflexões para o estudo das Origens do povo*

português (pág. 53 e segs.), e ainda pelo facto da determinação da fronteira, mais tarde despovoada, se ter feito, pelo menos em alguns sectores, em face de limites materialmente expressos no próprio terreno, como observou Alberto Sampaio in *As vilas do norte de Portugal* ("Estudos históricos e económicos", págs. 46-47).

(59) Realmente, pela bula de 23 de Maio de 1179, o Papa Alexandre III reconhecia solenemente a independência de Portugal sem qualquer restrição, que dava ao nosso rei o direito de iniciativa da reconquista daquelas terras sobre as quais não tivessem direito quaisquer outros estados peninsulares, como já tivemos ocasião de assinalar na conferência sobre *O reconhecimento "de jure" da independência de Portugal*, realizada na Academia das Ciências de Lisboa em 1979.

(60) Nomeadamente com a Inglaterra e a Flandres. De facto, as relações comerciais com estes países devem-se ter desenvolvido notavelmente, a ponto de mantermos, talvez já nos fins do séc. XII, uma feitoria comercial em Bruges (Vid. Gama Barros: *História da Administração pública*, t. X, págs. 199:-298).

(61) A respeito das acções militares de Geraldo, deve ver-se David Lopes: *Geraldo, o Cid Português*, in "Revista

Portuguesa de História", T. I, págs, 93-104; e ainda Hínici Miranda: *Los Almohades em Portugal*, in *Anais da Academia Portuguesa de História*, II Série, vol. 5, além da conferência intitulada *Significado nacional da reconquista cristã de Évora*, no Boletim n.º 8 da Junta Distrital de Évora, a pág. 17 e segs.

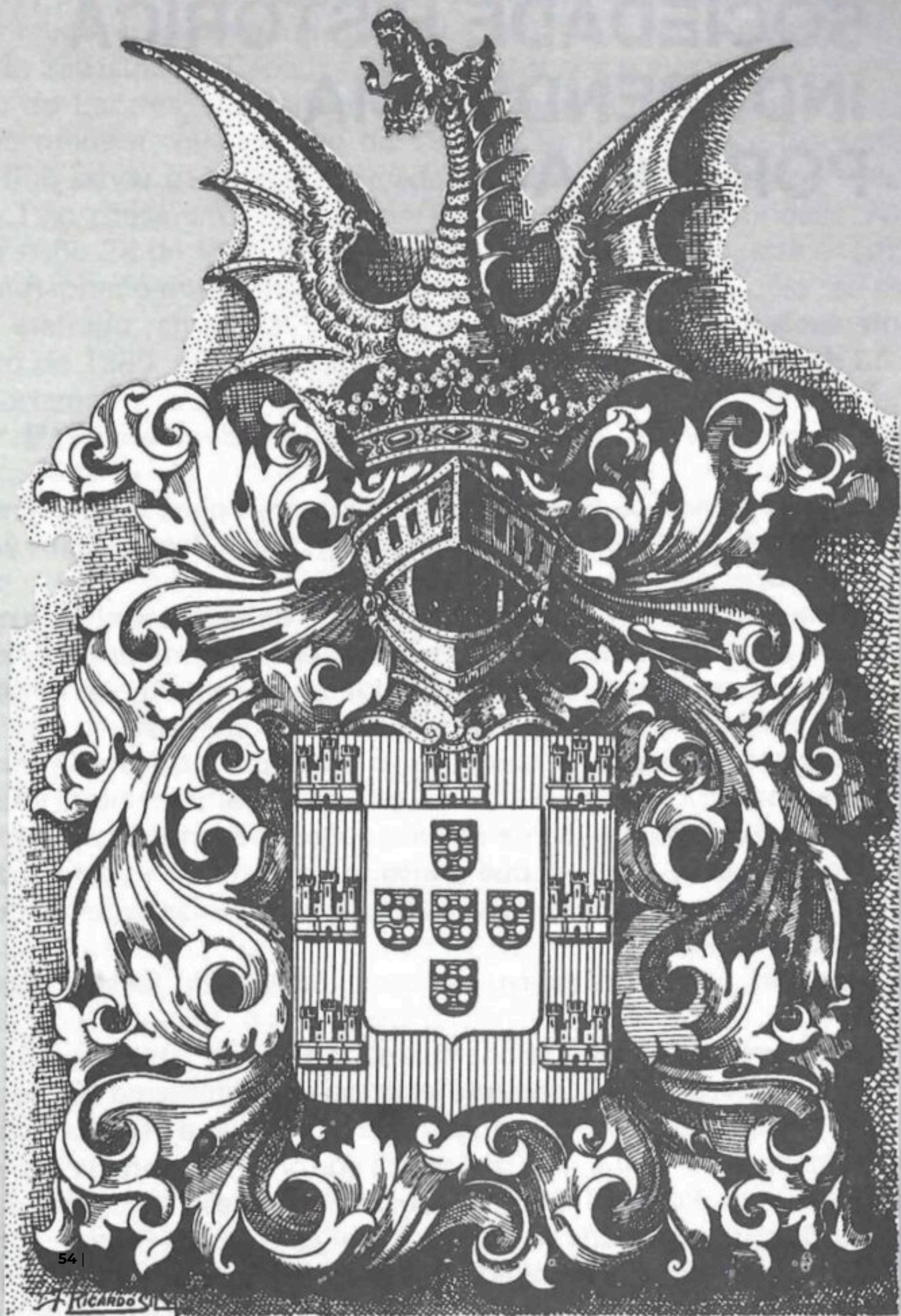
(62) Realmente, com 23 anos, comandou a expedição que em 1178 o levaria às portas de Sevilha.

(63) O território de Toronho (de Tui a Pontevedra) e o de Riba-Côa, que D. Afonso Henriques recebera de Fernando Mendes, o Braganção (Vid. o excelente estudo de Rui de Azevedo: *Riba-Côa sob o domínio de Portugal no reinado de D. Afonso Henriques. Anais da Academia Portuguesa da História*, 2.ª Série, vol. 12).

(64) De acordo com um diplomado conde D. Henrique, que em 1097 se apresenta "dominante a flumine Mineo usque in Tagum" (*Port. Mon. Hist., Diplomata et Chartae*, doc. N.º 849).

(65) Vid. Huici Miranda, no estudo já cit. na nota 52, pág. 31 e segs. (66) *Ibid.*, *ibid.*

* Conferência proferida na Sociedade Histórica em 13 de Julho de 1979.



O expressivo emblema da Sociedade Histórica da Independência de Portugal *

Francisco de Simas Alves de Azevedo

Começarei, como me compete, por agradecer as palavras que a meu respeito foram ditas pelo Exmo. Senhor Eng.º Pinto Bastos, Digm.º Vice-presidente desta Sociedade.

Agradecimento que evidentemente não posso deixar de juntar ao que formulo pelo convite recebido para falar numa sessão cultural desta Sociedade, venerável pela antiguidade, respeitável pelos seus inequívocos intuitos patrióticos, que no Palácio da Independência está... no seu posto.

Agradecimento que é tanto mais efusivo quando é motivo de honra e alegria para mim proferir uma conferência, aqui, precisamente neste Palácio da Independência. Aqui, onde se sente ainda o nobre ambiente da casa dos nobilíssimos Almadás, aqui, onde, o que muito mais conta, se está num dos santuários da Pátria portuguesa, Pátria que tão poucos santuários tem e que nem sempre os sabe respeitar. Assim possam as minhas palavras não ser indignas do local onde as pronuncio!

Porque me propus falar sobre o tema anunciado?

Porque considero particularmente expressivo o emblema da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, que não é aliás a insígnia social nem figura na respectiva bandeira, mas sim marca editorial e timbre de papel.

São as armas de Portugal. Melhor não se poderia escolher para ser usado por agremiação cuja actividade se resume afinal ao culto da Pátria.

Acertadamente não foi escolhida a modalidade das armas nacionais em uso oficial sob nenhum dos regimes na vigência dos quais tem vivido esta Sociedade. Efectivamente não devem ser as armas do Estado usadas por ninguém, a não ser pelo próprio Estado.

Inclui a modalidade usada pela Sociedade Histórica da Independência de Portugal as quinas, derivadas do que foi adaptado pelo Fundador da Nacionalidade, inclui o dragão, datando da Guerra da Independência o qual no período da Restauração, será, ainda, muito usado.

Concretizou-se este emblema em primoroso desenho do talentoso artista, já desaparecido, João Ricardo Silva, qualificado colaborador que foi de Afonso de Dornelas, e doutros heraldistas, entre os quais quem vos está falando ainda teve a honra de se contar.

João Ricardo Silva inspirou-se em monumentos de arte heráldica do século XVI, embora o tenha feito sem se libertar da influência do gosto oitocentista.

É indispensável enunciar a descrição completa do emblema em causa.

Em escudo do tipo francês moderno: de prata, 5 escudetes de azul posto em cruz, carregados cada de 5 besantes de prata; bordadura de vermelho carregada de 7 castelos de prata (lapso;

deveriam ser de ouro). Elmo de ouro, aberto, posto de frente. Coroa real aberta. Timbre: um dragão sainte de ouro. Paquife de prata.

Entrando no tema deste conferência cumpre-me dizer algo sobre cada uma das partes componentes do referido emblema, começando pela mais antiga, as quinas.

Símbolo incostestável e incontestado de portugalidade são efectivamente os cinco escudetes postos em cruz, emblema que os séculos e as mudanças políticas têm respeitado.

Há, pois, que compilar algumas informações sobre as origens e a evolução das nossas quinas.

Tudo leva a crer que derivam duma cruz azul que figuraria em fundo branco, na bandeira de D. Afonso Henriques, bandeira esta a aproximar da dos condes reinantes de Barcelona (cruz vermelha em fundo branco), da dos condes reinantes de Sabóia (cruz branca em fundo vermelho), da dos reis de Aragão (cruz branca em fundo violeta), da dos reis da Dinamarca (cruz branca em fundo vermelho) e da dos reis da Suécia (cruz amarela em fundo azul).

(Não posso deixar de lembrar que o sogro de Afonso I era um conde de Sabóia).

Quando se deu - na primeira metade do século XII - o aparecimento dos brasões de armas, pelo emprego simultâneo dos mesmos elementos emblemáticos, na bandeira e no escudo dos soberanos e dos senhores feudais, tal cruz seria fixada ao escudo de Afonso Henriques por pregos de cabeça circular, talvez dispostos em grupos.

Produto da estilização do acabado de descrever será o que se vê nos selos de autoridade de dois dos filhos de Afonso Henriques, Sancho I (1195) e Matilde, condessa de Flandres (1197), o desta senhora não só mais bem conservado do que o de seu irmão, o 2.º rei dos portugueses, como também divulgado, em excelente moldagem, pelos Arquivos Nacionais de França.

Ambos apresentam 5 escudetes dispostos em cruz, cada com um número elevado e indeterminado (quantos cabem na superfície) de besantes, os laterais deitados e apontados ao centro (entende-se por "besante" uma superfície circular prateada ou dourada, cujo nome foi aquele por que era conhecida, ao tempo, na Europa Ocidental, certa moeda do império romano do oriente ou bizantino).

Existe um selo atribuído ao próprio Afonso Henriques, apresentando elementos praticamente iguais aos que figuram nos de seus filhos. Apenso a documento de 1133, é, porém, de duvidosa autenticidade.

Nas moedas que se pensa terem sido cunhadas no reinado de Fundador da Nacionalidade, e nos dos seus sucessores até fins do século XIII, o que se vê, na maioria dos casos, são 5

escudetes postos em cruz (laterais deitados) cada geralmente com 4 besantes, também em cruz.

Durante o século XIV, nos selos reais e nas moedas o número de besantes em cada escudete vai-se lentamente estabilizando em cinco. Já então podemos falar, portanto, de quina, nome da face do dado com 5 pontos, colocados 2, 1, 2, mais frequente disposição, na arte heráldica, de 5 figuras iguais.

As mais antigas referências documentais à quina datam já do século XV, concretamente de 1424 e 1433.

Um poeta catalão do século XIV - Bernat de So - descrevendo em *La Visio*, a bandeira do rei de Portugal diz que tem "cinco dados". Quanto às cores das quinas, azul e prata, - as cores de Portugal, como foi enfaticamente lembrado quando da revolução de 1820 - já um codice iluminado francês do século XIII - o armorial *Winbergen* - as mostra.

A forma dos escudetes mais frequentemente usada - inclusivamente na actual bandeira portuguesa - é a que em arte heráldica se chama escudo espanhol ou português; aparece pela primeira vez nos selos e moedas de D. Sancho II. Será, desde então, uma das formas mais usadas, em monumentos de diferentes características e épocas.



Gravura e água-forte Retrato de D. Sancho II de Portugal, "o Capelo". Ilustração de "Philippus Prudens" de Caramuel (1639).

• • • •

A uniformização da posição dos escudetes dá-se por volta de 1485 por decisão de D. João II, ficando desde então os laterais

colocados lateralmente como os restantes. Preocupou-se este notável soberano que se pudesse pensar estarem os dois escudetes laterais deitados por simbólico castigo, o que não era verdade (conhecem-se efectivamente, alguns casos de modificação na posição ou características de figuras emblemáticas como punição aos respectivos portadores).

Aproximável da referida cruz em azul é o "sinal" ou signum, espécie de assinatura desenhada em geral consistindo fundamentalmente numa cruz, por vezes latina, contida dentro de um círculo (donde a expressão de "sinal rodado" ou "roda"), polígono ou estrela, usado pelos soberanos cristãos da península ibérica e por outros potentados - como por exemplo, Teresa, mãe de Afonso Henriques - desde cerca de meados do século XI.

Por vezes aos sinais rodados - usados em Espanha até fins do século XV, entre nós parece que só até meados do século XIII - se juntam, ou mesmo se substituem, elementos do que virão a ser as armas nacionais dos estados respectivos.

É o caso do que tem sido considerado o mais antigo monumento da arte heráldica portuguesa: um sinal rodado de Afonso Henriques, desenhado em documento datado de 1183 (datação aliás recentemente posta em dúvida) em que a cruz está substituída por escudetes postos em cruz - cada um com 5 besantes também postos em cruz - os laterais deitados, os inferiores voltados para cima.

Duas explicações da origem e significado das quinas foram outrora apresentadas. A mais divulgada fala das 5 Chagas de Cristo, aparecido a Afonso Henriques antes da Batalha de Ourique, dos 30 dinheiros por que Judas vendeu o seu Mestre, e dos 5 reis mouros vencidos na referida batalha. A outra explicação alude a 5 feridas no corpo do próprio Afonso Henriques, recebidas na mesma batalha.

Encontramos a primeira, com variantes, nas *Crónicas breves de Santa Cruz de Coimbra*, textos datando dos séculos XIV-XV. A segunda consta dum discurso de D. Martinho, bispo de Lisboa, pronunciado em França, em 1380. Não são tais explicações de aceitar por posteriores aos acontecimentos e contrariadas pelos monumentos e mentalidades contemporâneos.

Merecem-nos, porém, respeito e interesse dada a sua antiguidade e dado o facto de Camões ter integrado a primeira dessas tradições em "*Os Lusíadas*"!

Para se poder fazer uma comparação da idade das quinas com a dos emblemas nacionais de outros estados, lembrarei remontarem, total ou parcialmente, a cerca de 1150-1250 as mais antigas armas nacionais da nossa civilização, actualmente vigentes, as da Espanha, Bélgica, Holanda, Grã-Bretanha, Dinamarca, Noruega, Suécia, Polónia, Checoslováquia e Áustria, sendo ainda anteriores as da Alemanha (ocidental). Ainda antes de serem "quinas", os 5 escudetes azuis foram emoldurados por castelos de ouro em fundo vermelho, por decisão de D. Afonso III (defensor e visitador do reino de 1246 a 1248, rei de 1248 a 1279) em lembrança da sua família materna, neto que era do prestigioso Afonso VIII de Castela, el de las Navas (reinante de 1158 a 1214), o qual, como seu emblema, adaptara um castelo de ouro em fundo vermelho.

(O futuro Afonso III terá procedido assim para evitar

confusões - politico-militarmente - dos seus emblemas com os do irmão Sancho II, a quem vinha substituir no governo; desaparecido Sancho II, conservou o que adaptara).

Lembrarei - sem aprofundar, que o assunto é complexo e encontra-se bem estudado, embora não completamente divulgado entre nós - alguns factos a respeito destes castelos e da sua presença nas armas de Afonso III.

Assim, segundo um ilustre heraldista espanhol, contemporâneo, Faustino Menendez-Pidal, as suas cores - ouro e vermelho - são, possivelmente, as das armas de Inglaterra, sugeridas a Afonso VIII pela emblemática ostentada - documentalmente se sabe - no enxoval de Leonor de Inglaterra, com o qual o castelhano casou em 1170, e que era irmã de Ricardo Coração de Leão, rei de Inglaterra de 1189 a 1199, o primeiro a usar os 3 leopardos de ouro em fundo vermelho. Sobre a adopção dos castelos pelo nosso Afonso III, aos quais gerações mal informadas dos factos, e desconhecedoras da mentalidade medieval, quizeram dar conteúdo comemorativo da conquista do Algarve, lembrarei o seguinte.

Dos 10 netos varões de Afonso VIII (filhos de filhas), só dois - Sancho II de Portugal e Luís IX (S. Luís) de França - que não tinham motivo para modificar as armas de seus reinos - não incluíram castelo ou castelos em seus brasões. Note-se ainda que dos oito restantes, cinco usaram bordaduras de castelos envolvendo as armas paternas: Afonso de Molina, infante de Leão, Afonso III, rei de Portugal, Fernando de Serpa, infante de Portugal, Carlos de França, conde de Anjou, Afonso, infante de Aragão.

Antes de substituir seu irmão Sancho II, o futuro Afonso III viveu em França, como é bem sabido, integrado na feudal idade francesa, conde de Bolonha pelo casamento.

O que não será tão sabido embora publicado já no nosso país é que na sua qualidade condal, o "Bolonhês" usou curiosas armas; escudo dividido por um traço vertical, castelos em número indeterminado, numa das metades, na outra, combinação das armas da consorte com as armas do soberano e primo-direito, o rei de França. Rei de França, note-se, que muito provavelmente armara cavaleiro o jovem Afonso, antes de o casar com Matilde de Bolonha.

(Claro que são conhecidos casos de adopção das armas do padrinho de cavalaria).

Dos escudetes paternos, nem vestígio nas armas do conde de Bolonha!

É que Afonso era, para a burocracia da corte de Branca de Castela e de Luís seu filho, antes do casamento com a condessa de Bolonha, apenas o "senhor Afonso sobrinho", forma de evitar confusões com outro primo-direito, Afonso de França, conde de Poitiers, e ao mesmo tempo, lembrar ser sobrinho da influente rainha-mãe. (E já agora, lembrarei eu que este Afonso de Poitiers também dava metade da superfície do seu brasão aos maternos castelos castelhanos...).

Um códice inglês, elaborado em vida de D. Afonso III, o Wallford's Roll, atribui ao rei de Portugal: de vermelho, castelos de ouro em número indeterminado, e um lambei de azul. Outra modalidade das armas condais do futuro Afonso III, em que este azul, aqui sim, é um vestígio das armas paternas?

(O lambel - por vezes em Portugal chamado banco de pinchar - é uma figura cuja origem parece estar na origem do uso de - nas batalhas ou torneios - os filhos para se distinguirem de seus pais, se presentes, atarem a seus escudos uma tira de tecido, com recortes pendentes. Virá assim a funcionar - já no século XIII - como modo de tornar diferente as armas dos membros de uma família em relação às do respectivo chefe).

O número dos castelos, nas armas de Portugal virá a estabilizar-se em sete, na segunda metade do século XVI, número a que nenhum conteúdo simbólico parece ser de aceitar a atribuição.

Desde fins do século XIV as armas de Portugal serão encimadas pela coroa real aberta tal como se verifica contemporaneamente noutras monarquias da Europa Ocidental.

É no tempo de D. Fernando (rei de Portugal de 1367 a 1383), é a época da Guerra dos Cem Anos e do seu prolongamento para a Península Ibérica, do conseqüente convívio internacional que explicará esta e outras inovações nos costumes heráldicos portugueses.

Devo dizer que no emblema da Sociedade Histórica da Independência de Portugal se verifica um certo anacronismo ao serem usados os tracejados convencionais dos esmaltes e metais heráldicos numa modalidade das armas reais portuguesas em que se incorporou a referida coroa aberta. Já tal coroa tinha caído em desuso quando se inventou e - ainda mais tardiamente - se divulgou em Portugal a convenção dos tracejados.

No desenho de João Ricardo Silva a coroa assenta num elmo aberto posto de frente, o que está certo. Efectivamente o elmo posto de frente, aberto ou gradeado, é usado sistematicamente para as armas de soberanos, desde o século XVI, embora haja, evidentemente, monumentos anteriores que o mostram. Do elmo solta-se abundante e muito bem delineado paquife que emoldura o escudo um pouco à maneira de certos monumentos de arte heráldica francesa seiscentista.

A origem do paquife tem sido explicada pela pequena capa que era usada pelos cavaleiros para proteger a nuca do aquecimento excessivo causado pelo Sol na cota de malha ou na armadura. Espadeiradas a retalhariam, ou conhecida a moda do vestuário medieval a recortaria. De tudo isto souberam artistas tirar partido, sobretudo desde o período do gótico final.

O artista representou o paquife como sendo branco, sombreado, o que não deveria ter feito pois a regra artístico-heráldica é de o representar com pelo menos as cores fundamentais das armas. No nosso caso azul, prata, ouro e vermelho, ou algumas destas como fizeram os distintíssimos artistas que iluminaram o Livro do Armeiro-Mor (vermelho e prata) e o Livro da Torre do Tombo (vermelho e ouro).

Sobre a coroa assenta o timbre, no desenho do qual João Ricardo Silva mostrou a sua capacidade de se inspirar com bastante respeito, mas em todo o caso sem servilismo, em bem escolhidos modelos que adiante referirei.

O dragão ou serpente alada, representado sainte da coroa, posto de frente ou de perfil (olhando em frente, à esquerda, como neste caso, ou à direita do observador, tudo

independentemente da posição do elmo) com ou sem os membros anteriores visíveis, é o timbre do rei de Portugal, desde o reinado de D. João I.



D. João I.

• • • •

Motivo da sua adopção não se sabe, de certeza, tendo sido apresentadas algumas hipóteses. Assim o heraldista Armando de Matos lembra que Tomás, conde de Lancaster, tio-avô de esposa de D. João I, a inglesa Filipa de Lancaster, usava como timbre um dragão.

Não parece ser razão de peso embora a relação com uma influência inglesa seja de aceitar. Efectivamente segundo a opinião do reputado heraldista francês barão Hervé Pinoteau, com a qual concordo inteiramente, o rei de Portugal resolvendo - por influência inglesa - timbrar as suas armas (o que tanto quanto se sabe nenhum dos seus antecessores fizera) escolheria uma cimeira bastante corrente na Europa, tomando como modelo a do rei de Aragão.

Deverei lembrar que é precisamente D. João I que adapta como padroeiro a S. Jorge - de que o dragão é tributo - deixando Santiago, para evitar confusões, nas lutas com os castelhanos. Virá ainda a propósito lembrar o culto que a S. Jorge presta a monarquia aragonesa, culto esse aliás é, o de toda a cavalaria... Documento evidentemente apócrifo atribui a adopção do dragão, a que chama "serpente de Moisés", a Afonso Henriques. Com certa lógica emblemática, ter-se-ia escolhido a dita serpente por ser "figura de Cristo", o que está de acordo com a interpretação cristã do Velho Testamento.

Efectivamente evocando o corpo de armas - os 5 escudetes - a Pessoa de Cristo, pelas Suas chagas, o timbre das mesmas armas revocá-lo-ia por animal personificando-O.

É transcrito este documento em espanhol, por Manuel de Faria e Sousa na sua edição comentada de "Os Lusíadas", Madrid 1639, pgs. 84-7, e apresenta-se como sendo uma carta de Afonso Henriques, relatando o milagre de Ourique e mandando os seus descendentes que usem as armas que descreve.

Parece-me que a inspiração para o verdadeiro autor do documento, que julgo posterior ao século XVI e ligado à historiografia alcobacense, seria a empresa (emblemata pessoal) do infante D. Fernando, duque da Guarda, filho de el Rei D. Manuel I, empresa representada em várias iluminuras encomendadas pelo grande coleccionador que foi.

Usou este príncipe um dragão, sobre uma haste, conjunto acompanhado pelas palavras SALUS VITAE - salvação da vida - em clara alusão ao que se diz em Números 21, 9: "E Moisés fez uma serpente de metal e pô-la sobre uma haste; e era que, mordendo alguma serpente a alguém, olhando para a serpente de metal ficava vivo".

Acontece, porém, que do uso deste timbre pelo Rei de Portugal não são conhecidas fontes anteriores a D. João I.

Isto não quer dizer que personagens contemporâneas de Afonso Henriques, não tivessem ornado o capacete com um elemento emblemático.

É o caso de Ricardo Coração de Leão que no seu segundo selo grande se fez representar com um leão igual ao que ostentava no escudo, pintado numa espécie de crista que nos elmos servia para amortecer as espadeiradas.

Este e outros casos análogos são testemunho que não há notícia tenha chegado a Portugal.

Devem ser os monumentos mais antigos das armas reais de Portugal, com o dragão, os que se podem ainda hoje ver no Mosteiro da Batalha.

Ostentam-no a chave da abóbada da vasta capela chamada "do Fundador", e uma interessante pedra de armas sobre a porta sul da Igreja, quase certamente construída ainda em vida de D. João I. Em ambos é o animal fabuloso representado de frente. No selo real, porém, o dragão só apareceu com o neto de D. João II, D. Afonso V. Num selo de chancelaria deste soberano, apenso a documento datado de 1450, o dragão, de perfil, é muito bem visível e expressivo.

Belíssimas representações artísticas das armas reais portuguesas, com a sua cimeira, datam do reinado de D. Manuel I, sobrinho de D. Afonso V, e a quem o património heráldico português deve imenso.

Belíssimas representações entre as quais se inclui o padrão oficial das armas do rei de Portugal, a esplêndida iluminura do armorial chamado Livro da Torre do Tombo (começado antes de 1521, acabado antes de 1541) com o dragão de ouro, de frente, olhando à esquerda do observador. Nele acertadamente se inspirou João-Ricardo Silva para o desenho em estudo.

O Livro da Torre do Tombo, dada a sua qualidade de armorial oficial é a melhor fonte para o conhecimento da cor do dragão do rei de Portugal ser a do mais nobre dos metais.

Note-se que a adopção do ouro é certamente anterior a

princípios do século XVI, é muito provável que se tenha verificado simultaneamente com a adopção do próprio dragão, em fins do século XIV.

Dos armoriais estrangeiros, pelo menos um, anterior ao Livro da Torre do Tombo, indica o ouro para o dragão. Na devida altura será citado.

Ainda no século XVI, o dragão começa, por motivo ignorado, a aparecer a verde, o que se pode ver no Atlas, manuscrito e iluminado, de Fernão Vaz Dourado, de cerca de 1576.

Voltando aos monumentos da arte heráldica manuelina, vale a pena falar numa pedra de armas, soberbo baixo relevo no claustro do Mosteiro dos Jerónimos.

O dragão, de corpo volumoso e expressão enigmática, de ídolo, foi representado de frente, olhando em frente, com uma elaborada coroa aberta. O seu aspecto estranho levou um ocultista, António Telmo, a considerar a já então secular e bem conhecida cimeira do rei de Portugal, como sendo o *baphomet* dos Templários...!

Algumas edições da antiga tipografia portuguesa - igualmente do reinado de D. Manuel I, são também fontes para o estudo do timbre real português.

Merece referência, até pela projecção político-cultural da obra que as ostenta, a representação das armas reais que ilustra o primeiro livro das Ordenações manuelinas, publicado em 1521. O dragão, de frente, olhando à direita do observador, abre as garras sobre os florões da coroa da qual foi representado sainte. Já no século XV se sabia no estrangeiro qual era a cimeira do rei de Portugal.

Assim no famoso Armorial Equestre do Tosão de Ouro e da Europa (de cerca de 1450) a espectacular figura de cavaleiro que é o "Roy de Portugal" tem como timbre, sainte da sua coroa aberta, um dragão de ouro, posto de frente (embora se veja a três quartos dada a posição da cabeça do cavaleiro) com os membros anteriores visíveis.

Para o autor do Armorial chamado de Antoine de Clemery, de origem lorena, compilado no fim do século XV, mas seguindo fontes mais antigas, o timbre do rei de Portugal é um busto de dragão, de prata.

O grande armorial alemão quatrocentista designado por Conrad Grunenberg, atribuí, em 1483, ao rei de Portugal, como cimeira uma cabeça de dragão, encimando aliás armas fantasistas.

Já meio século antes outro armorial germânico, o Wappenbuch von Donaueschingen (cerca de 1433) timbra as armas, certíssimas, do rei de Portugal com um dragão, admiravelmente estilizado, sainte, de perfil.

Tenho ainda presente uma fotografia da página portuguesa do armorial designado por de Conrad Schnitt (existente no Staatarchiv da Basileia), atribuível ao século XV, que igualmente timbra as armas reais portuguesas, correctamente representadas, na modalidade usada desde D. João I a D. João II, com um esguio dragão sainte, posto de perfil. Não tenho de momento notícias de qual a cor atribuída pelos autores dos três últimos armoriais citados (Grunenberg, Donaueschingen e Schnitt) ao dragão real português. Julgo que deverá ser de ouro.

Se no fim do século XVI, o rei D. Sebastião é o último soberano a usar o dragão no selo, no século seguinte este animal fabuloso isolado, representa a monarquia portuguesa ou até Portugal.

Outro não é o simbolismo numa curiosíssima estampa que ilustra a obra *Lusitania liberata ab injusto Castellanos dominio* da autoria do célebre estadista restauracionista Dr. António de Sousa Macedo, publicada em Londres em 1645.



"*Lusitania liberata ab injusto Castellanos dominio*", da autoria do Dr. António de Sousa Macedo (1645).

Vê-se um dragão, possante, coroadado com coroa real fechada, atacando e vencendo um leão, o qual só pode representar Castela-Leão, a Espanha, cujo rei deixou de ser o dos portugueses, no 1.º de Dezembro de 1640. É o único dragão emblemático português, de que tenho conhecimento, levando coroa sobre a cabeça. A coroa é muito semelhante à que encima as armas portuguesas no frontispício doutra obra importante e da literatura restauracionista, o Manifesto do Reyno de Portugal, Lisboa 1641.

No século XVIII o dragão vai caindo em desuso como cimeira

real. Parece ser nessa época, aliás, que as armas reais começam a aparecer tendo como suportes dois dragões, evidentemente derivados do timbre. Os monumentos mais antigos de que tenho conhecimento são do tempo de D. José I (1750-1777). Numerosos casos se encontrarão até ao fim da monarquia. À rainha D. Maria I (1777-1816), por exemplo, é atribuída a seguinte composição, de evidente inspiração francesa: escudo, elmo, coroa, suportes dois dragões de ouro, cada segurando uma bandeira, à esquerda, branca com as cinco quinas (o chamado "Portugal-antigo"), à direita, vermelha com sete castelos de ouro (as erradissimamente consideradas armas do reino do Algarve), colar da Ordem de Cristo, pavilhão vermelho semeado de quinas e castelos, encimado por um dragão de ouro.

Escrevendo pouco depois da proclamação da república, o historiador e eminente heraldista Braamcamp Freire na sua excelente *Armaria Portuguesa*, descreve as armas do rei de Portugal, "de 1826 a 1910": "Brasão completo": de prata, cinco escudetes de azul em cruz, cada um carregado de cinco besantes de campo; bordadura de vermelho carregada de sete castelos de ouro. Elmo de ouro, aberto, posto de frente, sobrepujado da coroa real. Timbre; dragão alado nascente de verde. Paquife e virol de prata e azul, ouro e vermelho.

* Conferência proferida na Sociedade Histórica em 13 de Março

Suportes: dois dragões alados de verde, cada um segurando um estandarte de prata, hasteado de ouro e carregado dos cinco escudetes das armas. Manto de púrpura forrado de arminhos e sobrepujado da coroa real. Grito de guerra: "SAN JORGE". Claro que não foi só no território europeu de Portugal que se fez uso do dragão real.

Apenas um exemplo: no baluarte de Santa Luzia da fortaleza de Diu (Índia) interessantíssimo baixo relevo acompanhado de inscrição datada de 1650 inclui as armas reais com coroa fechada e sainte desta o dragão, de frente, olhando à esquerda. São aliás raros os monumentos em que o dragão timbra uma coroa real fechada.

Procurei analisar o emblema desta Sociedade.

Tempo demasiado ocupei aos que me deram a honra de me ouvirem. Muito mais tal emblema mereceria a um heraldista, e a um português. Mas agora, para terminar, apenas direi que possa esta Sociedade Histórica da Independência de Portugal continuar a usá-lo nas suas publicações e nos seus timbres, enquanto existir, e possa existir enquanto exista Portugal, independente e civilizado, que o mesmo é dizer respeitador da sua História.

Tenho dito.

de 1980.



“A Pátria Portuguesa é obra coletiva dos portugueses e de modo muito particular dos seus Soldados” *

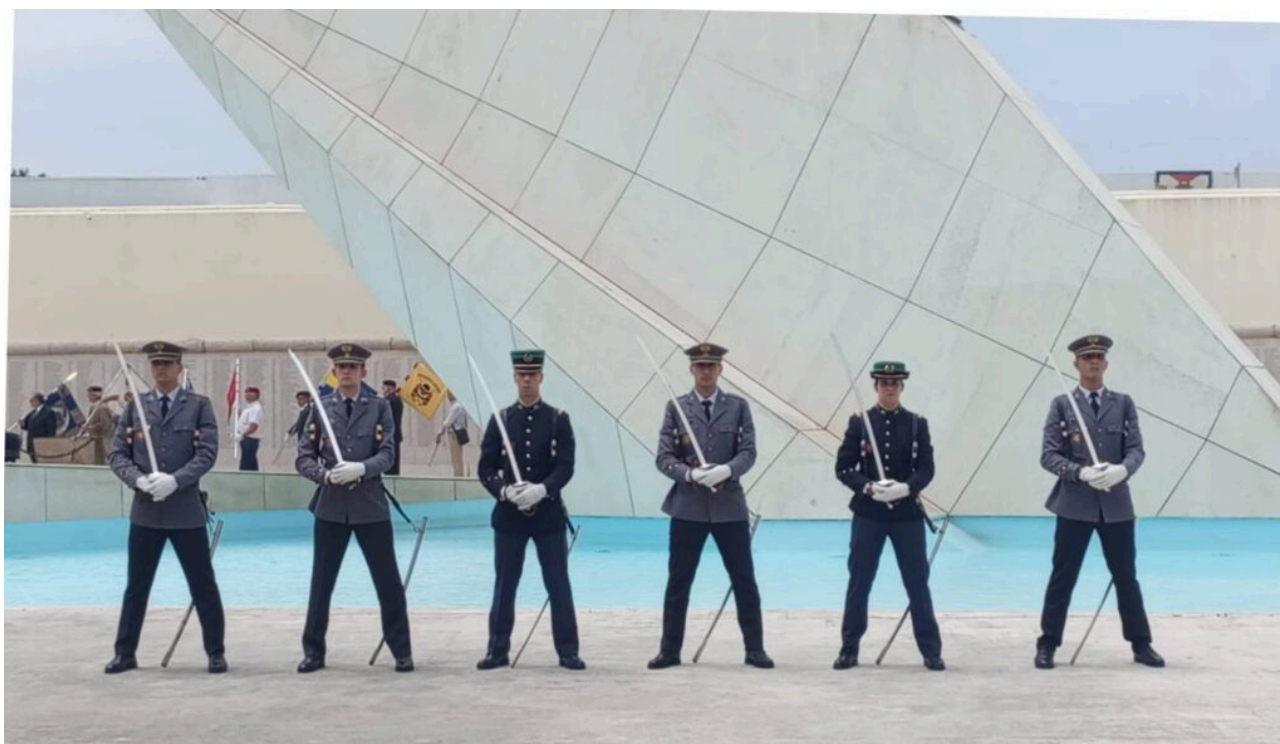
Paulo Júlio Lopes Pipa de Amorim

Exmo. Senhor Presidente da Comissão Executiva da Cerimónia de Homenagem Nacional aos Combatentes, Major General Avelar de Sousa,
Meu General,

Concedeu-me Vossa Excelência, a singular oportunidade e o raro privilégio de intervir nesta Cerimónia, do maior sentido e significado para todos os Combatentes. Sinto-me muito honrado e sensibilizado pela distinção que me confere de, em nome dos Portugueses, homenagear todos aqueles que deram e dão o melhor de si, até a própria vida, por esta Pátria que amamos.

Permita que, na sua pessoa, enalteça o papel determinante e fundamental das Associações de Combatentes, as quais se têm constituído como permanentes e indefetíveis guardiãs da memória de todos os que combateram por Portugal, participando, uma vez mais, de forma massiva e empenhada, na concretização desta Cerimónia.

Muito mais que o ponto de encontro e polo de união, dos que tiveram e têm a subida honra de envergar o uniforme das nossas Forças Armadas, transversais a todas as épocas e a todas as gerações, as Associações têm desempenhado um papel fundamental sempre, onde e como os Combatentes necessitam, constituindo-se, múltiplas vezes, perante a mudez institucional, como o único respaldo e a voz da consciência pública na defesa da própria Instituição Militar.



Excelentíssimas Autoridades Civas, Militares e Religiosas,
Militares das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana,
Elementos das Forças e Serviços de Segurança,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,
Caros Combatentes,

A Pátria Portuguesa é obra coletiva dos portugueses e de modo muito particular dos seus Soldados, tendo sido forjada na dureza das batalhas e na esgotante demanda das descobertas e conquistas, com a força do braço e a genialidade da mente.

Por entre perigos e esforços sobre humanos, em terra, no mar e no ar, milhares de heróis, muitos dos quais anónimos, passando por privações e provações, firmaram fronteiras, descobriram mundos, defenderam Impérios e aprenderam a lidar com o assombro e o quebranto, a transfigurar o receio e o pavor, a sofrer com o insucesso e a sorrir com a vitória, fazendo do perigo o alimento do espírito.

Moldaram, fizeram e refizeram a História de Portugal, mas não puderam erguê-la com facilitismos e comodidades, medo da morte e da vida, mas pelejando, rezando e sofrendo.

Cada um deu, na humildade ou grandeza dos seus préstimos, tudo quanto sabia e podia, e por isso lhe somos devotadamente gratos.

Assim, neste Dia de Portugal, em que no Território Nacional e nos quatro cantos do Mundo, milhões de portugueses se recolhem e comungam connosco os mesmos sentimentos de devoção e orgulho na nossa imortal Pátria, assim como de exaltação e de reconhecimento a todos os que, tal como vós, ao longo de quase 900 anos combateram pela sua liberdade e independência, começo por evocar e homenagear os melhores de todos nós, os que tombaram oferecendo generosamente o seu bem mais precioso, no estrito respeito pela grandeza dos valores, que presidem à doação integral do Combatente, ao cumprir o juramento com o sacrifício da própria vida.



Caros Combatentes,

A vossa presença e participação nesta Cerimónia, é a demonstração que ser Soldado de Portugal é para toda a vida e que os inquebrantáveis vínculos que vos unem, alicerçados na camaradagem e no espírito de corpo, tendo sido forjados nas condições extremas da vereda estreita e agreste, que tantas vezes vos separou de todos aqueles que, ombro a ombro, convosco combateram e morreram, não têm paralelo na nossa sociedade.

Uma especial referência, a todos os que combateram na defesa do Território Nacional, dum Portugal pluricontinental, em que o Ultramar era parte integrante da Nação, encontrando-se hoje, como é vosso timbre, massivamente aqui presentes.

Vós, sois dos últimos “Guerreiros do Império”, os representantes dos cerca de um milhão de bravos que, independentemente do processo político a que obedeceram, de forma estoica e abnegada, sem a espera da paga ou de recompensas de qualquer natureza, por Portugal combateram, defendendo estoicamente a Bandeira Nacional no Estado Português da Índia, vencendo militarmente uma guerra travada nas picadas mais perigosas e nos locais mais ínvios das matas de Moçambique, das florestas e “chanas” de Angola e das “bolanhas” e do “tarrafo” da Guiné e que, com feridas no corpo e na alma, após o regresso de uma guerra a que foram chamados, se viram estigmatizados e quase ostracizados pela sua condição de Combatentes.

Mesmo neste Portugal esdrúxulo e envergonhado, que não segue o exemplo Universal do culto aos que combateram pelo seu País, não deixa de ser irónico que, perante as atitudes pírias e complacentes das mais altas figuras do Estado, aqueles que faltaram ao chamamento da Pátria tenham sido reabilitados, legitimados e até mesmo enaltecidos e condecorados pelas “boleias” e pelos “contorcionismos” dos ciclos políticos e os que, como vós, não traíram nem desertaram, tenham sido um anátema para sectores obscuros da nossa sociedade que, apostados em reescrever a História, múltiplas vezes os demonizaram e mimosearam com os mais soezes impropérios.

Mas, por mais que essas almas menores, tentem denegrir o vosso carácter, a vossa resiliência, a vossa coragem e o vosso patriotismo, vós sois a grande inspiração e a referência das atuais gerações de Combatentes, que hoje também aqui homenageamos. Homens e mulheres que, no âmbito das Organizações Internacionais em que o País está inserido, ou em missões unilaterais do Estado Português, em terra, no mar ou no ar, tão longe de “casa” quanto os interesses nacionais o exigem, com ausências prolongadas, também acompanhadas de dor e luto, têm sido determinantes na continuidade do Esforço Militar Português, sempre pugnando pelo referencial comum a todos os que combateram por Portugal – o devotado amor à Pátria que um dia juraram defender e pela qual, durante a sua História, tantos verteram o seu generoso sangue, na defesa deste “chão sagrado” onde nasceram.



Excelentíssimas Autoridades

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Caros Combatentes,

Este é também um momento propício ao exercício da memória, pelo que, apesar de muitos deles estarem fisicamente longe de nós, não esquecemos, pelo muito que lhes devemos, os militares portugueses de ascendência africana que, de forma honrosa e valorosa, combateram e morreram por Portugal.

E, quando falamos dos nossos “Irmãos de Armas” Africanos, raras vezes a memória não nos leva para os trágicos acontecimentos ocorridos, numa das páginas mais negras da nossa História Contemporânea.

Em 1975, as novas e “progressistas” autoridades portuguesas, abordaram o problema ultramarino com um critério de grande e cristalina simplicidade, baseado na cor da pele: África era para os negros e Portugal para os brancos. Assim, por força do Decreto-Lei 308/75, todos os Portugueses residentes nas Províncias Ultramarinas, que não eram de ascendência europeia, nomeadamente os combatentes de origem africana que, como cidadãos nacionais, tinham servido as Forças Armadas, perderam, automaticamente, a nacionalidade portuguesa, sem qualquer direito de opção.



Traídos pela Pátria que defenderam, abandonados à sua sorte, inúmeros destes Combatentes acabaram fuzilados, muitas das vezes com as suas próprias famílias, pelas autoridades dos novos Países. E os que lograram sobreviver, depois de torturados e humilhados em “campos de reeducação”, foram obrigados a fugir e a procurar refúgio em contextos e em locais que tornaram os sonhos quase impossíveis.

Durante décadas, os cúmplices morais desta barbárie, quais Pôncio Pilatos, lavaram as mãos, procurando cobrir esta vergonha com o silêncio e a omissão, bem como com as triviais narrativas, forjadas para tranquilizar a sua boa consciência.

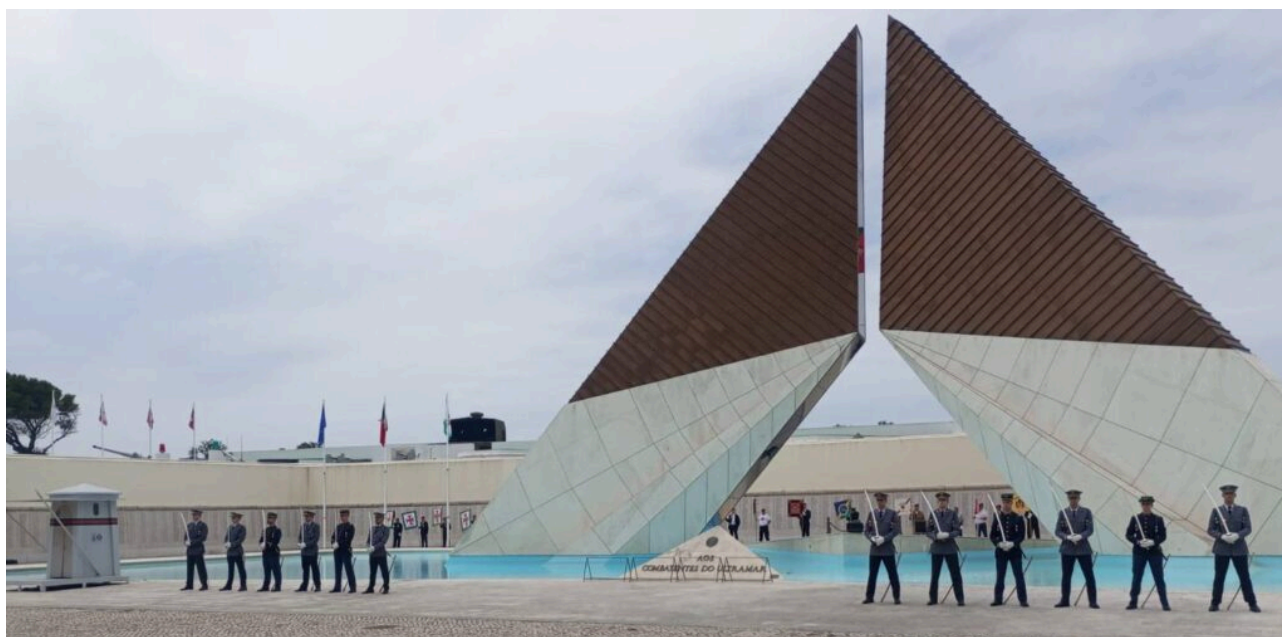
Passados cinquenta anos sobre estes ignóbeis acontecimentos, quando hoje assistimos a tantas facilidades e expedientes na obtenção da nacionalidade portuguesa, dada de “mão beijada” a quem vem de latitudes que nada têm a ver com a Lusofonia, a devolução da cidadania portuguesa aos militares africanos que juraram fidelidade à Pátria, combateram por Portugal e que querem ser Portugueses, é um imperativo ético e a única forma que nos faz estar bem com a nossa consciência, pela quebra do pacto sagrado da Nação com esses homens.

Não se trata de confessar e pedir desculpas às vítimas, como hoje uma mentalidade woke, que se “metastizou” na nossa sociedade, tornou habitual exigir. Trata-se sim, de corrigir uma cabal injustiça, nos poucos casos em que, a “Lei da Vida”, ainda permite que tal seja possível e de, ao fazê-lo, nos reconciliarmos connosco mesmos e com o primado dos valores e dos preceitos que formam e enformam o Estado de Direito que nos orgulhamos de ser.

Permitam-me, para finalizar, uma última reflexão, alusiva à nossa fatal idiossincrasia, de alheamento e permissividade, perante os ciclos da História, sendo particularmente dramático, quando áreas da soberania do Estado acumulam problemas que se arrastam, agravam e perpetuam no tempo.

Nas últimas décadas, a Defesa Nacional foi passando para um plano meramente secundário que, é justo que se diga, apenas nos últimos tempos, tal como os Militares e os Combatentes, tem estado a ser tratada com alguma

preocupação e dignidade. Só na última década, num verdadeiro ataque à condição militar, com as medidas completamente inócuas e avulsas para recrutar e reter recursos humanos, as Forças Armadas perderam mais de 30% dos seus efetivos e as verbas destinadas à Defesa, com as sucessivas reduções orçamentais, acrescidas de artifícios impeditivos da sua execução, encontraram outros e muito questionáveis destinos, deixando as nossas Forças Armadas, de forma displicente e irresponsável, à beira da rotura e da inoperacionalidade.



Mas, infelizmente, se olharmos aos últimos conflitos em que Portugal esteve envolvido, constatamos que, face à inépcia das sucessivas tutelas políticas, este é, ciclicamente, o nosso “fado”.

Assim, quando evocamos todos aqueles que combateram e morreram, enterrados na gélida lama das trincheiras da Flandres e no escaldante pó africano da Primeira Guerra Mundial, fica-nos o seu exemplo de estoicismo e abnegação, tão característicos dos Combatentes portugueses, mas também nos fica a dura lição da sua total impreparação para o conflito, com trágicas consequências e custos humanos elevados.

Estes referenciais de imediatismo, de improvisação e de facilitismo, incompatíveis com os requisitos de aprontamento de forças militares, ficaram igualmente bem patentes no início do Conflito Ultramarino, em que muitos de vós estiveram envolvidos, na falta de efetivos, de meios e de experiência, com que as Forças Armadas foram lançadas naquele novo tipo de guerra e na maneira de a conduzir; assim, como no final do século passado, quando nos confrontámos com a necessidade de aprontar, projetar e manter as primeiras Forças Nacionais Destacadas, como elemento da ação externa do Estado, no cumprimento das nossas responsabilidades de segurança partilhada e cooperativa, em resposta aos riscos e ameaças induzidos pelas alterações no Sistema Político Internacional. Hoje, em determinados círculos políticos, apoiados por manobras de influenciadores, media e redes digitais, visando manipular e formatar as mentalidades dos cidadãos, ainda há quem continue a pensar, ou a dizer que pensa, que a conflitualidade se compadece com quimeras e amatorismos e não percebe que há décadas em que nada acontece e dias que valem por décadas, pelo que os aparelhos militares, de preparação complexa, rigorosa e demorada, requerem um permanente estado de prontidão, de atualização e de desenvolvimento.

Assim, uma vez mais, “batemos no fundo”, coincidentemente, em tempos de grande incerteza geopolítica e perante uma conjuntura internacional, em que o Mundo em geral e a Europa em particular vivenciam tempos de insegurança e ameaça, sem paralelo desde os finais da Segunda Guerra Mundial, provando-se, uma vez mais, que “os países não têm inimigos perpétuos nem aliados eternos”.

Em suma, como o tempo não perdoa a quem o perde e os ventos da História recomendam ações imediatas, a inexplicável situação de penúria a que chegaram as nossas Forças Armadas exige medidas de emergência, consubstanciadas em muita vontade e seriedade política, para que se evite o descalabro de novos “milagres de

Tancos”, como sucedeu na nossa participação na Grande Guerra, em que os Combatentes a única coisa que realmente tinham era a sua heroica coragem.



Caros Combatentes,

Apesar de estarmos aqui a pisar as terras do mítico “Velho do Restelo”, símbolo dos pessimistas e temerosos de ontem e de hoje, os Combatentes sempre provaram que, independentemente das más lideranças que, infelizmente, pululam na nossa História, são daqueles que nunca recuam nem vacilam perante as tempestades que vierem e que escolhem sempre a esperança e não o medo. E, foi precisamente deste icónico local à beira Tejo que, ao longo dos séculos, partiram homens da vossa ténpera, aqueles que olhando o horizonte obscuro e desconhecido nada temeram, dando novos mundos ao Mundo, numa das maiores gestas da História da Humanidade, provando que ser parco em território, reduzido em população e escasso em recursos não limita a capacidade de um povo em inventar e construir o seu destino.

Assim, imbuídas dessa vossa energia individual e coletiva, venerando a grandeza de todos aqueles que sofreram no corpo e na alma o preço do dever cumprido, estou certo que, olhar o futuro com a responsabilidade do excelso legado de que são portadoras, continuará a temperar as almas das futuras gerações de Combatentes, as quais continuarão a gritar bem alto o brado que nos une, que nos galvaniza e nos levará sempre à vitória: Viva Portugal.

* Discurso do Coronel Pipa de Amorim no Encontro Nacional de Homenagem aos Combatentes, junto ao

Forte do Bom Sucesso, no dia 10 de Junho de 2025.



Evocação do trigésimo sexto aniversário da Comissão Portuguesa de História Militar: a nobre missão de promover a história militar portuguesa *

Ana Isabel Xavier**

É uma honra estar aqui convosco, na Academia Portuguesa da História, para o encerramento desta sessão solene de evocação do trigésimo sexto aniversário da Comissão Portuguesa de História Militar, que tem como nobre missão promover a história militar portuguesa. Uma instituição que se mantém atual e relevante e que agora recebe novos membros efetivos e correspondentes no seu Conselho Científico, a quem aproveito para formular votos de um excelente mandato.

É na História – no estudo do passado que é a nossa História – que encontramos respostas para muitas questões do nosso presente.

A História ajuda-nos a compreender a forma como nos fomos construindo como país, refletindo os feitos alcançados e as adversidades por que passámos.

Quanto aos sucessos, a História ajuda-nos a recordar as mulheres e os homens que, com a sua postura, as suas ideias e a sua perseverança moldaram o país. E, nos feitos de outrora, inspiramo-nos para almejar mais para o país, para nós e para os que nos sucederão.

No que toca às adversidades, recordamos aqueles que lutaram para ultrapassar as mais exigentes dificuldades, enaltecendo os seus heroicos sacrifícios. É na preservação dessa memória que renovamos o compromisso de respeitar a dedicação daqueles portugueses, de não esquecer as provações passadas e de agir, hoje, do modo mais honroso e virtuoso que nos for permitido em cada momento.

É nesta dualidade que se revela a necessidade de conhecer o passado, mas sobretudo de transformar esse saber em lições. Ao mérito da investigação, junta-se o imperativo de promover a literacia, nomeadamente em Defesa, junto dos nossos concidadãos, para que os valores que retiramos do passado possam ajudar a melhor construir o futuro.



Nesta sessão solene foi proferida, com grande eloquência, pelo Professor Doutor Gonçalo Couceiro Feio, a Conferência “A arte portuguesa da guerra no tempo de Camões”. Que período tão apropriado para recordar! “No tempo de Camões”, o Império Português expandiu-se nas Américas, em África, na Ásia e na Oceânia. Na mesma época em que as naus portuguesas navegavam os mares mais remotos – como a expedição naval liderada por Diogo da Rocha às ilhas Carolinas, no Pacífico –, campanhas militares portuguesas exploravam terras no interior profundo dos continentes, como a expedição de Francisco Barreto ao Zimbabué.

A adicionar a outras tantas, novas feitorias portuguesas eram estabelecidas nos territórios que são hoje o Quênia e a Somália, no Irão e no Sri Lanka, em Mianmar e na Tailândia, expandindo uma rede global militar e comercial portuguesa por territórios que hoje pertencem a mais de 50 países, da Terra Nova, no Canadá, a Nagasaki, no Japão.

Nascia o primeiro Império Global da História – para muitos considerada a génese da Globalização.

Camões morre em 1580, poucos meses antes de Portugal perder a sua independência, que não de jure. Todos sabemos como a perda de facto teve um custo pesado. Sem ela, Portugal rapidamente viu esvaír-se o seu poder e os portugueses viram os seus interesses preteridos. Mas mantiveram a vontade de recuperar a sua independência.

É importante reter que, no período de apenas uma vida, o País que Camões conheceu foi do apogeu até ao ponto mais difícil e desafiante da sua História.

Felizmente, essa história não acabou aí, continuando até aos dias de hoje. Com sucessos e alguns insucessos. Com avanços e alguns recuos. Que traduzem a dinâmica de um país vivo, autónomo e independente.

Esta história, que também é nossa e que também ajudamos a construir, deve continuar a inspirar-nos nos dias de hoje, mas sobretudo deve servir de alerta para os desafios a que estamos sujeitos.

Hoje, o ambiente internacional está cada vez mais instável, imprevisível e inseguro. As ameaças à ordem multilateral comprometem o Sistema Internacional, até aqui baseado em regras transnacionais, e reforçam o recurso à Lei do Mais Forte e ao transacional, o que se traduz em ameaças e riscos óbvios para os pequenos e médios Estados. Ao longo dos seus 76 anos de vida, que no dia de hoje se assinalam, a Aliança Atlântica tem dado um enorme contributo

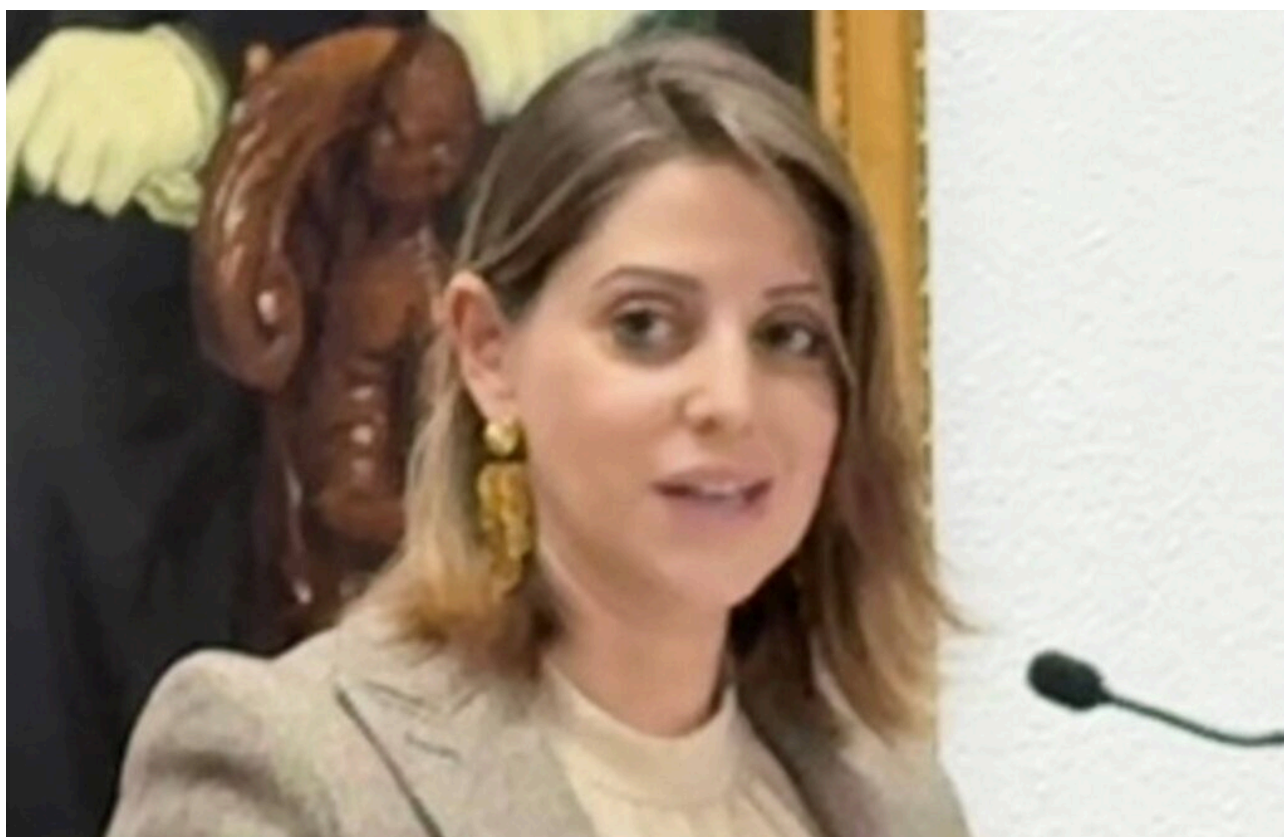
para a observância das regras que permitem a estabilidade internacional.

Neste contexto, defender a nossa Nação é garantir o controlo sobre o nosso destino coletivo. É garantir autonomia, liberdade e segurança e a presença numa rede de alianças e parcerias internacionais, mas também serviços essenciais, como a saúde, a educação, a justiça, e as redes de apoio social, nos moldes por nós decididos.

Sem um Portugal soberano, capaz de assegurar autonomamente a concretização da vontade dos Portugueses, perderíamos o controlo sobre o que é mais importante para as nossas vidas e ficaríamos à mercê de decisões numa qualquer capital distante. É isto que torna a Defesa Nacional tão importante.

A Defesa Nacional é a linha de frente contra ameaças que podem condicionar o nosso modo de vida. É o garante da capacidade de resposta a ameaças externas por meios militares, mas é também a sustentabilidade contra uma crise energética, a proteção contra ciberataques a infraestruturas críticas, a colaboração na resposta a catástrofes ou a segurança económica contra pressões externas. A Defesa Nacional protege o que é nosso, afirma a soberania. Com quase 900 anos de História, sabemos quão valiosa é essa soberania, quais os sacrifícios que foram necessários para a obter, manter e recuperar e qual o pesado preço a pagar quando a perdemos ou dela abdicamos.

Reafirmo, por isso, a necessidade de fortalecer, de forma consistente, a literacia em Defesa, pela dimensão estratégica que assume junto dos nossos concidadãos, desde logo dos mais jovens.



Os desafios do passado não diferem muito daqueles que defrontamos hoje. Como outrora, cabe-nos agora continuar a escrever a história desta Nação Valente, assumir o compromisso de zelar pelo que nos foi legado e perpetuar esse legado para as próximas gerações. Por mais difíceis que os desafios atuais nos pareçam, contamos com o legado histórico que nos sustenta, convocando a uma reflexão sobre a sua importância e longevidade. Por isso, é fundamental preservar a nossa História, especialmente a nossa história militar, para que ela nos oriente e alerte, nos inspire e ensine, a superar os obstáculos, os riscos, as ameaças e os desafios com que hoje estamos confrontados. Sei que o excelente trabalho da Comissão, no cumprimento da sua muito relevante missão, nos permitirá continuar a escrever novos capítulos da nossa história coletiva.

Daí que a Comissão tenha sido condecorada, pelo Presidente da República, em 2023, como Membro Honorário da

Ordem de Sant' Iago da Espada, destacando os serviços prestados em prol da promoção da cultura e da história militar Portuguesa.

Contamos, igualmente, com o contributo de todas as entidades que colaboram com a Comissão nesta nobre missão, assinalando, hoje, a Marinha, a Força Aérea e a Guarda Nacional Republicana, galardoadas com o Medalhão de Honra da Comissão Portuguesa de História Militar.

E contamos, sobretudo, com as pessoas, como o Coronel Aniceto Afonso, hoje também agraciado com o primeiro galardão de mérito e carreira da Comissão Portuguesa da História Militar.

Os meus parabéns a todos!

A concluir, testemunho e agradeço, na pessoa do Major-General João Vieira Borges, o papel de serviço público que a Comissão Portuguesa da História Militar desenvolveu nestes 36 anos, recordando os seus antecessores - o Tenente-General Alexandre de Sousa Pinto e o Tenente-General Manuel Themudo Barata -, pelo impulso fundamental que deram ao trabalho da Comissão!

Bem-hajam!

Muito obrigada.

* Discurso da Secretária de Estado da Defesa Nacional, Prof. Doutora Ana Isabel Xavier, por ocasião do encerramento da sessão solene de evocação do XXXVI aniversário da Comissão Portuguesa de História Militar

**Secretária de Estado da Defesa Nacional



Major Piloto Aviador António Lourenço de Sousa Lobato: Homenagem ao Homem e ao Militar *

João José Brandão Ferreira **

Introdução

“E outros em quem poder não teve a morte”.

Camões, “Lusiadas”, I, 14

Hoje não estamos apenas a apresentar um livro – e não deixa de ser uma ironia que quanto menos as pessoas lêem, mais títulos há no mercado - de um autor como tantos outros. Tal deve-se a que se trata da 3ª Edição distinta do mesmo livro, a 1ª das quais viu a luz do dia, em 1995, através da Editora “Erasmus” mas, sobretudo, por se tratar também de homenagear postumamente a figura do autor, que se distinguiu com invulgar lustre quando, como militar da Força Aérea, cumpriu uma comissão de serviço na então Província da Guiné, nos anos 60 do século passado. E quero desde já, afirmar que na história militar dos últimos 150 anos e em todo o

mundo, não há muitos casos que se lhe possam igualar. Houve ainda uma quarta e quinta edição, de autor, com a chancela de DG Edições (ou seja, Daniel Gouveia), em que o António Lobato distribuiu pelos amigos, datada de 2014, onde acrescenta um interessante capítulo sobre o que fez a seguir a ter regressado a casa, o que também é transcrito na actual edição.

Curiosamente pediu-me um “prefácio” para essa edição que eu escrevi, mas que acabou por não sair. Nunca soube a razão e também nunca lhe perguntei. Está hoje, na sua totalidade entremeada na minha fala.

Devo ainda dizer que, a “rádio observador” entrevistou o António Lobato cerca de um ano antes dele falecer e fez um programa radiofónico sobre o que o actual livro versa, em seis episódios, intitulado “O Sargento da Cela 7”.

Introito

“Se algum dia desaparecer não te preocupes, voltarei sempre.”

António Lobato, para sua mulher
(Bissau, 21 de Maio de 1963).

Para se ser herói um dia, não custa muito. Pode até resultar de um acto fortuito, um impulso generoso, um fugaz de bravura, um rasgo temerário. Agora ser herói por sete anos e meio, numa espécie de morte lenta, é já muita coisa e demonstra uma fibra diferente; uma resistência e determinação invulgar. Já não é apenas fruto de um acto de dádiva espontâneo, ou de valentia (que, de certo, resulta de um interior que se moldou nesse sentido), mas também de temperança de uma escolha racional e emocional sempre renovada! Lobato foi, por isso, herói todos os dias. E, algo espantoso, nunca, mais tarde, se envaideceu do seu “eu” e foi ultrapassando todo e qualquer trauma por si experienciado!

E, foi, da experiência como militar da Força Aérea, sobretudo no período que passou na sua comissão de serviço na Guiné – prevista para durar dois anos e que se estendeu quase por dez – que trata o livro que ora se apresenta aos seus futuros leitores.

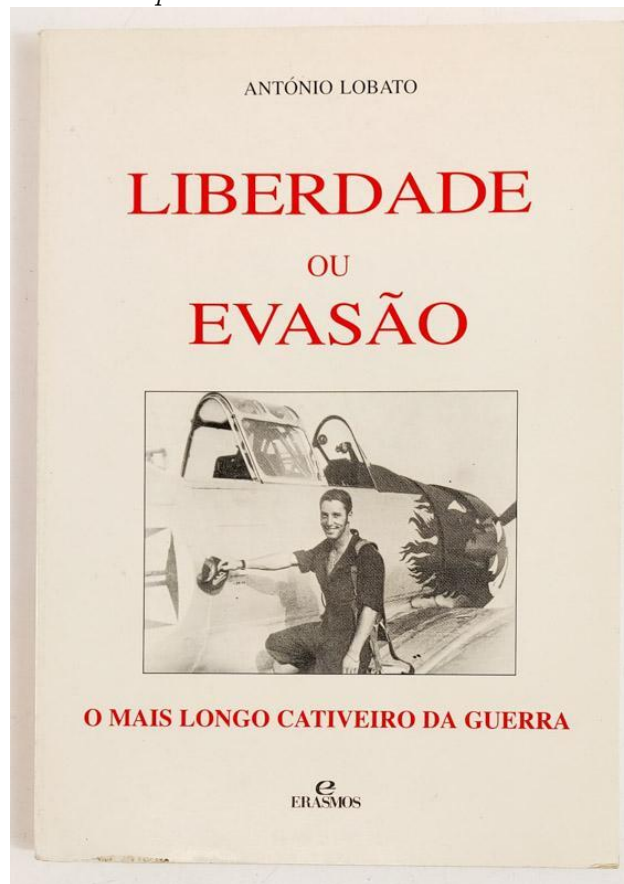
E o que mais fere a nossa vista, durante a leitura da narrativa da sua experiência, é a luta do seu ser, para sobreviver; a descoberta dos recônditos da sua alma; o domínio das emoções, adaptando-as à racionalidade do momento; o fortalecimento dos princípios do seu carácter a fim de enfrentar as opções que se lhe foram figurando. Lobato venceu-se a si próprio em situações limite.

E tal representa uma espécie de tratado que corre

transversalmente várias ciências sociais.

O livro

“Se serviste a Pátria que vos foi ingrata, vós fizestes o que devíeis e ela o que costuma.”



Capa do Livro «Liberdade ou Evasão»

Sêneca

Ligava-me ao António Lobato, uma longa amizade que nasceu da camaradagem militar, quando nos cruzámos pela primeira vez na Base Aérea 1, em Sintra, no já longínquo ano de 1978. O seu “olho clínico” lá me físgou para seu adjunto, certamente na benemérita preocupação em o aliviar na tarefa em que tinha sido investido pelo comandante da unidade.

Desde então mantivemo-nos em contacto em diversas actividades, a maioria das quais integrava quase sempre um “golpe de mão” gastronómico, de saudosa memória.

Foi promovido por distinção a tenente (era segundo sargento quando foi capturado na Guiné), e admitido no quadro de pilotos aviadores, depois de uma recepção algo conturbada, aquando do seu regresso à Metrópole – dando seguimento ao aforismo de Sêneca de “se serviste a Pátria que vos foi ingrata, vós fizestes o que devíeis e ela o que costuma”.

O seu espírito livre e empreendedor aliado a uma grande ânsia de viver – a que não é, certamente, estranho o longo período de cativo a que foi submetido e também uma certa exigência que mantinha consigo e com os outros – levou-o a abandonar o serviço activo no posto de major.

Foi homem de Carácter e forte Personalidade, com alguns traços de autocracia, mas sempre com bom fundo e recta intenção. Na vida civil fez de tudo um pouco: foi aviador, empresário, jornalista, gestor de imobiliária, director de empresa, etc.

Após a sua libertação, em 22 de Novembro de 1970 numa notável operação militar (que, aliás, nunca existiu), comandada pelo mítico Comandante Alpoim Calvão, sete anos e meio depois de ter sido capturado, em 22 de Maio de 1963 (exactamente à

mesma hora do mesmo dia em que seis anos antes teve o seu primeiro acidente aéreo grave), refez a vida com a jovem mulher que tinha deixado como viúva de um homem vivo, pouco tempo depois de terem casado. A Maria dos Anjos manteve-se à altura do marido, pois nunca desistiu, abandonou ou desesperou. Para ela vai, também, a minha homenagem. Tiveram dois filhos, o Cícero e o Marco, estiveram bem casados e pode-se dizer que conseguiram uma vivência muito razoavelmente construída. Ainda existirão histórias com final feliz? Parece que sim.

Mas esta história podia ter acabado muito mal em várias ocasiões. Lobato escreveu um livro (ele escrevia muito bem), onde conta o sucedido em África, numa narrativa em discurso directo, despida de artificialismos ou figuras de estilo. É nua e crua. Nela tudo é simples e factual, não há ponta de afectação nem tentativa de exaltação ou complexo de vítima. É um retrato autêntico com alguma emoção racional e racionalidade emotiva, à mistura. Poderá parecer um pleonismo mas recomendo a sua leitura.

De toda a sua epopeia creio haver a realçar três aspectos:

* A sua vontade de sobreviver

* A sua “obsessão” em escapar ao cativo

* A determinação em honrar a sua condição de militar e português.

A sua vontade em sobreviver revela-se em tudo o que fez no cuidado que colocou na salvaguarda da sua condição física e, sobretudo, psíquica; ele conta-nos o seu consciente e subconsciente, tratando-se de uma vivência humana única e riquíssima, que muito pode aproveitar a outros.

O desejo de fugir é, outrossim, parte desta luta pela sobrevivência, para além de ser um dever militar, de qualquer prisioneiro de guerra. Tentou a fuga três vezes e três vezes foi capturado, sendo que, da última vez, desfrutou de quase uma semana de liberdade antes do azar da recaptura. Mais uma vez se provou que não há prisões completamente invioláveis, face a um indivíduo determinado.

Por último, o Sargento Lobato não virou a cara, não se acobardou, não negociou, não tergiversou, não cedeu a ameaças, chantagens ou falsas amizades; não traiu, mesmo em face de promessas ou perigos. Por tudo isto ele merece o título de herói. Que grande exemplo!

Ninguém, em seu juízo perfeito, faz alguma ideia de como reagiria nas condições que António Lobato viveu. Por isso têm o benefício da dúvida. Mas sobre Lobato não há dúvidas, ele teve mesmo aquele comportamento. E, por estatística, sabemos que tal comportamento está apenas destinado a uns poucos bravos de carácter.

Quanto mais não fosse por “bom senso”, a Força Aérea e toda a Instituição Militar, devia ter tratado este homem com especial deferência, em vez de o ter votado ao quase olímpico abandono. É muito lamentável que assim tenha ocorrido.

Desde sempre o Major António Lobato foi um cidadão anónimo que muito poucos conhecem e nem as novas gerações de militares ouviram falar, quando o seu exemplo devia ser lido em todas as escolas do nosso País.

Mas, ao invés, ainda o insultamos, aviltando-nos!

Pois que dizer daqueles que, entre nós, traíram, desertaram e se puseram ao lado dos inimigos de Portugal e foram, entretanto, sendo promovidos, condecorados e outorgadas pensões pecuniárias? Quero até salientar que somos até servidos por um Presidente da República que chegou a condecorar o responsável maior pela captura do Lobato (além, por exemplo, de ser o primeiro responsável por nos terem morto quatro oficiais e 3 civis que estavam desarmados, em encontro que estava combinado e, não contentes com isso, ainda lhes retalharam o corpo à catanada).

Parece-me, pois, haver algo de muito errado nisto tudo!

Sem embargo, a dívida que temos para com ele não prescreve... E a partir de hoje tem de ser paga.

Por isso devia ser objecto de uma distinção adequada, pois para isso revelou ter o “Valor, a Lealdade e o Mérito”. Julgo não necessitar acrescentar mais nada.

Homenagem ao Homem e ao Militar

“Age como se tudo dependesse apenas de ti e reza como se tudo dependesse de Deus; não é uma oração, mas é um conselho.”

António Lobato

A aldeia de Sante, Freguesia de Paderne, Concelho de Melgaço, terras onde nasceu Portugal, foi o berço de

quem hoje homenageamos.

Creio que seria de toda a justiça que lá passasse a figurar em destaque uma lápide com os seguintes dizeres:

“O Major Piloto Aviador António Lourenço de Sousa Lobato ingressou na Força Aérea, como voluntário, em 1957, tendo frequentado o curso de pilotagem P3/57, sendo promovido a 2º Sargento Piloto Miliciano, em

1959.

Entre 1959 e 1961 foi instrutor de pilotagem na antiga Base Aérea 7, em S. Jacinto, sendo louvado pelo respectivo Comandante.

Em 26 de Julho de 1961, embarcou para a Província da Guiné, cujo Teatro de Operações fazia parte da Zona Aérea da Guiné e Cabo Verde, da 1ª Região Aérea.

Nesta então província ultramarina, prestou serviço no Aeródromo Base nº 2, nas suas esquadras operacional e de transporte, tendo ajudado à implantação do dispositivo da Força Aérea naquele território – numa tradição que vinha já de 1917, quando se deu a primeira projecção do Poder Aéreo português, para África, em plena I Guerra Mundial - a partir praticamente do zero, e onde mereceu também, louvor do Comandante da Zona Aérea.

Após a emergência violenta da subversão na Guiné, com o ataque ao quartel de Tite, em Janeiro de 1963, o Sargento Lobato passou a participar activamente nas acções de contra guerrilha tendo efectuado 366 missões aéreas, totalizando 1.156 horas de voo.

No regresso de uma dessas missões (para a qual se ofereceu, estando de folga), no dia 22 de Maio de 1963, tendo o T-6 que pilotava sido atingido por fogo inimigo, pediu ao seu “asa” que passasse por baixo do seu avião para verificar o seu intradorso.

Nesta manobra o jovem piloto que constituía a sua parelha, colidiu com o seu avião, despenhando-se em seguida.

Esta colisão obrigou o então Sargento Lobato a efectuar uma aterragem de emergência numa zona onde se fazia sentir a acção do inimigo.

Sem meios de defesa foi capturado por um grupo de aldeões afectos à subversão, que o agrediram, desferindo-lhe dois golpes de catana na testa e nas costas.

Após o que foi entregue a um grupo armado, de guerrilheiros e posteriormente levado a pé para território da República da Guiné-Conacri cujo governo era manifestamente hostil a Portugal mas que oficialmente não estava em guerra com o Estado Português.

Neste país esteve prisioneiro durante sete anos e meio, em Kindia e Conacri, tendo sido libertado na sequência da operação “Mar Verde”, em 22 de Novembro de 1970. De regresso à então Metrópole, foi promovido, por distinção, a tenente com antiguidade de 1967, ingressando no quadro permanente dos oficiais pilotos aviadores.

Foi promovido a capitão em 1972 e a major em 1979, após frequentar o Curso Geral de Guerra Aérea. Passou à situação de reserva em 1981.

Durante toda a sua carreira militar cumpriu com zelo e espírito de serviço todas as missões de que foi incumbido;

Durante o período em que esteve prisioneiro do Partido

para a Independência da Guiné e Cabo Verde em território da então Província da Guiné e na República da Guiné - Conacri se houve de modo muito corajoso e segundo os ditames da Virtude e da Honra;

Em todas as circunstâncias agiu conforme a fórmula do Juramento de Bandeira, que efectuou, em compromisso livre e público;

Nunca em qualquer circunstância traiu a sua Pátria, os valores que a sustentam, tão pouco os deveres militares, apesar de instado repetidas vezes a fazê-lo por parte do inimigo, nomeadamente através do seu dirigente máximo, que lhe chegou a oferecer a liberdade num país da Europa de Leste – na altura sob tutela da União Soviética - ou na Argélia, em troca do seu repúdio público das missões de que tinha sido incumbido e contra o seu país;

Cumpriu os deveres de qualquer prisioneiro de guerra, que é o de não revelar quaisquer segredos ao inimigo e o de tentar a fuga o que fez por três vezes com evidente risco de vida, obtendo sucesso na sua última tentativa, sendo recapturado mais tarde, por perseguição contra si movida;

Viveu privado de liberdade em condições degradantes e em muitos casos de grande sofrimento e isolamento, por um período de tempo muito elevado (sete anos e meio); Apesar de todas as dificuldades nunca colaborou com o inimigo revelando, outrossim, raras qualidades e virtudes militares e de carácter, de que se destacam a Probidade, a Discrição, Lealdade e Patriotismo, Coragem (moral e física), bravura e intrepidez, abnegação, constância e resignação e, finalmente, Honra e Valor – que são a síntese de todas as outras – fazem dele um exemplo a apontar não apenas à Instituição Militar, mas a toda a Nação Portuguesa e ao Mundo.

Ou seja, e em síntese, a acção do Major António Lobato, como combatente em operações reais, demonstrou um valor militar excepcional, revelado num período extenso de tempo e sem quebra de ânimo e sempre debaixo de ameaça da sua eliminação física.

Tal comportamento pela sua raridade, apenas encontra paralelo em muito poucos exemplos nas campanhas militares do mundo inteiro, conferindo insofismável lustre às armas portuguesas.

O valor da sua conduta não se revela apenas no âmbito militar, mas também na sua fidelidade à secular Pátria Portuguesa nunca se furtando ou desertando do combate que era de todos, muito menos traindo a Nação que lhe deu o berço.

A frase com que justificou a sua atitude para não assinar a declaração em como estava contra a guerra, o que lhe daria a liberdade prometida, de “com que cara é que eu iria aparecer no largo da minha aldeia?”, é bem reveladora do carácter do Major e cidadão, António Lobato, sendo em simultâneo, um misto de humildade e grandeza de alma.

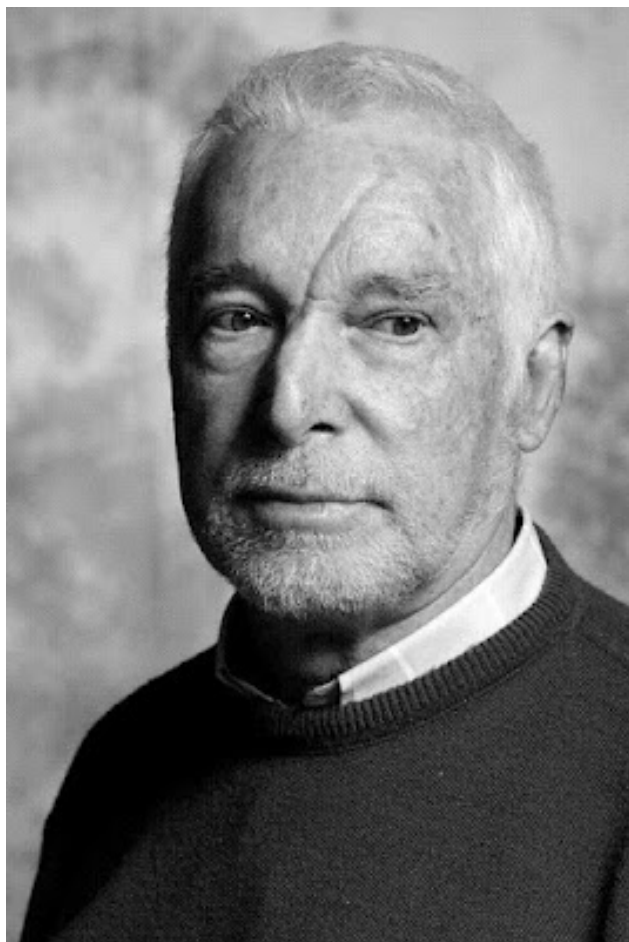
O Major Piloto Aviador António Lobato foi, pois, um

combatente de excepcional valor, que honrou os pergaminhos da Força Aérea e das Forças Armadas Portuguesas e um patriota exemplar, daqueles que sustentam a Nação Portuguesa há quase 900 anos e a quem o Pai fundador, Afonso Henriques, não desdenharia ter como seu companheiro de armas. O Major Piloto Aviador António Lobato é, assim, credor de que os seus actos sejam considerados feitos

excepcionais de heroísmo militar e cívico, bem como actos e serviços de idêntica excepcionalidade, de abnegação e sacrifício pela Pátria, de ser louvado publicamente e apontado como exemplo aos vindouros como digno continuador dos nossos “egregios avós”. As terras de Melgaço reconhecidas e orgulhosas de um dos seus filhos.”

Mas nada disto está lá escrito, ainda...

Conclusão



... ..

“O Militar deve regular o seu procedimento pelos ditames da Virtude e da Honra, Amar a Pátria, e defendê-la com todas as suas forças até ao sacrifício da própria vida, guardar e fazer guardar a constituição em vigor e mais leis da República, do que tomará compromisso solene segundo a fórmula adoptada, e tem por deveres especiais os seguintes: (seguiram-se 55 deveres).
Preâmbulo do Artigo 4.º do RDM

Se há pessoa que cumpriu o preâmbulo do Art.º 4.º do RDM – o daquele tempo, pois a versão actual não presta e deve ser revista urgentemente – artigo que era e tal não pode ser mais eloquentemente descrito do que no texto do grande embaixador Franco Nogueira, no seu livro “Um político Confessa-se” (Diário: 1960-1968). Diz ele a páginas 272 e 273:

“Lisboa, 28 de Dezembro – Há quatro ou cinco anos que se encontra preso na República da Guiné o sargento-aviador português Lobato. Raptado pelos terroristas, estes têm-no conservado preso com a conivência de Sekou Touré. Preso conjuntamente com criminosos de delito comum, subalimentado, em condições de suprema degradação, e tudo isto num clima que derrota os mais animosos. Tudo tenho tentado para libertar aquele no nosso sargento: a Cruz Vermelha, a Comissão Internacional de Juristas, o governo francês, as Nações Unidas. Tudo em vão. Há dias, as autoridades guineanas disseram que estavam prontas a libertar Lobato se este assinasse um compromisso: se solto, não voltaria a combater em África. Pois Lobato respondeu que não só não assinaria como declarou que, se liberto, logo pediria à autoridade militar portuguesa para tornar ao combate. Parece que perante tanto patriotismo e tanta coragem moral, as autoridades da Guiné ficaram estupefactas, e impressionadas. Falei no assunto ao general Gomes de Araújo. Este tomou o caso muito sério, e reuniu os chefes de Estado-maior das três armas: por unanimidade, resolveram que se não podia autorizar aquele militar a tomar tal compromisso, nem mesmo o governo tem poderes para o permitir. Assim o transmiti para Paris. Mas que notável português, e que exemplo para os meninos de cá que vão a cursilhos, são pacifistas, têm teses, são muito superiores, são muito evoluídos, e consomem-se em discutir com um embevecimento provinciano se a Pátria deve ou não existir. Lobato, serenamente, anonimamente (pois ele não sabe que nós sabemos da sua atitude), não tem teses, não está propriamente a par da consciência universal – e está pronto a morrer.”

Fecho

“Acabo sempre triste com a visita deste homem, onde se adivinha uma inteligência aguda, uma sabedoria helénica e uma bondade quase paternal, mas que baixa o olhar

quando o encaro e parte mais triste do que eu fico.”
António Lobato (sobre as visitas de Amílcar Cabral) – ou a vitória do prisioneiro sobre o seu carcereiro...

O testemunho de vida que o Major António Lobato nos deixou, deve ser perpetuado e apontado como exemplo cívico, ético e moral, à Nação dos Portugueses. Este livro que, em boa hora, a Liga dos Combatentes entendeu reeditar, serve esse propósito. Mas outras iniciativas devem ser tomadas:

- O Ministério da Educação que melhor se chamaria da Instrução, pois a educação cabe mais à família fazê-lo – deveria incluir num dos textos das disciplinas de História Pátria ou de Português, a saga de António Lobato – como no meu tempo de escola se aprendia o “exemplo do Alcaide de Faria”, ou o gesto de D. João de Castro em dar as suas barbas como penhor do empréstimo ao socorro de Diu (ao contrário de algumas ideias sinistras que se tentam inculcar hoje às crianças indefesas);
- A sétima arte tem neste âmbito, vasta matéria para pôr em película;
- Direi que não ficaria mal à Câmara de Melgaço promover uma homenagem a um dos seus mais ilustres filhos da terra, descerrar-lhe um busto e dar o seu nome a uma rua principal;
- A própria Liga dos combatentes, caso não haja nada testamentário em contrário e a família não se oponha, podia equacionar transladar o seu corpo para um lugar de destaque num dos seus talhões;
- Facultar-se a experiência descrita no livro a entidades académicas e científicas, adequadas, para que o seu agir possa contribuir para melhor conhecimento da natureza humana. Quanto à Força Aérea e, ou, demais instituições militares, têm ainda muito pela frente para fazer em prol da figura de António Lobato – e ao fazerem-no só estarão a prestigiar-se a si mesmas:
- Dar-lhe um lugar de destaque no Museu do Ar; - Fazê-lo patrono de um curso da Academia da Força Aérea;
- Dar o seu nome ao Centro de Treino e Sobrevivência da Força Aérea (sito na Base aérea 6, Montijo);

- Retirar ensinamentos da sua acção para acrescentar ao Manual de Sobrevivência;
- Fazer o levantamento de todas as acções levadas a cabo pelas autoridades do Estado Português de então, para o libertar;
- Promover palestras periódicas sobre o seu testemunho de vida;
- Editar um livro oficial sobre a sua figura;
- Promover uma homenagem de reconhecimento ao mestiço francês Joseph Chambord Lambert, por ter ajudado A. Lobato na sua fuga da prisão de Kindia;
- Finalmente, condecora-lo, a título póstumo com a Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, no Dia de Portugal, comemorado a 10 de Junho, pois o seu valor, lealdade e mérito, está fora de causa e, podendo ser igualado, dificilmente pode ser ultrapassado.

* A Justiça dos homens não podendo ter sido feita em

vida, ao menos que o seja um dia.

Tal servirá também para nos redimir, como comunidade, do seu sacrifício ter acabado por ter sido em vão.

E para que, sobretudo, possamos reganhar o orgulho em sermos portugueses e ter esperança no futuro da Pátria comum que hoje, como noutras alturas da História, se encontra tão abalada e até, nalgumas consciências, ferida de morte.

Não em vão escreveu Camões, que antes de ser poeta, foi militar: “E aqueles que por obras valerosas se vão da lei da morte libertando; cantando espalharei por toda a parte, se a tanto me ajudar o engenho e arte”.

É o caso do Major Piloto Aviador António Lourenço de Sousa Lobato.

* Texto lido na apresentação do livro “Liberdade ou Evasão”

** Oficial Piloto Aviador (Ref.)



General Baptista Pereira: presente!

João José Brandão Ferreira *

“As guerras podem ser travadas com armas, mas são ganhas pelo homem”.

George S. Patton (General, Exército dos EUA)

Faleceu de morte natural, aos 88 anos de idade, o General Piloto Aviador José Baptista Pereira, nascido em Lisboa, em 1936. Era baptizado e foi, tanto quanto se sabe, um bom cristão e católico. Era viúvo e deixou uma filha e dois netos.



Baptista Pereira

• • • •

As minhas primeiras palavras vão para a família e amigos mais chegados, a quem apresento sentidas condolências. Para além da sua família natural, Baptista Pereira pertencia à grande Família Militar, por ter sido instruído no Colégio Militar, onde fez toda a vida liceal e, depois, por ter ingressado na Força Aérea, via Escola do Exército, para onde entrou, em 29 de Outubro de 1954. Pode assim dizer-se que foi soldado desde os 10 anos. É preciso preservar e valorizar esta família, a que também pertencemos, independentemente das queixas que possamos ter uns dos outros. Ela transcende-nos e está para além de nós.

Baptista Pereira era um devoto da sua família natural, um “menino da luz” de sempre e para sempre e um dedicado servidor da sua (nossa) Força Aérea (FA). Ao estarmos aqui presentes frente aos seus restos mortais, homenageando-o pelo que foi em vida; encomendando-o a Nossa Senhora do Ar e acompanhando-o à sua última morada terrena, também estamos a preservar e a dar continuidade a essa grande família.

O General Baptista Pereira foi ainda um bom português e defensor da sua Pátria.

Alferes Piloto Aviador, desde 1 de Novembro de 1958, subiu com facilidade todos os postos até General de três estrelas - gozando da característica talvez única em todas as Forças Armadas Portuguesas, e desde sempre, de ter superado os anos de serviço que esteve como oficial general, relativamente ao tempo de permanência em todos os restantes postos como oficial do quadro permanente.

Baptista Pereira ocupou quase todas as altas funções dentro da FA, tais como Comandante da Academia da FA; Director do Instituto de Altos Estudos da FA; Inspector-geral da FA; Comandante Operacional dos Açores; Presidente do Conselho Superior de Disciplina;

Presidente da Comissão Histórico Cultural da FA e Director da Revista Mais Alto, algumas das quais em acumulação.

Comandou três esquadras, e a Base Aérea das Lajes e fez uma Comissão de Serviço em Moçambique entre 1961 e 1966, tendo operado a partir da Beira, em Nampula, onde foi Comandante de Grupo e 2.º Comandante, e em Lourenço Marques, terras ultramarinas de saudosa memória.

Voou 17 tipos de aeronaves diferentes (maioria de transporte), possui 17 louvores e 10 condecorações e, tendo passado à reserva em 18 de Outubro de 1998, logo nesse dia, meteu o requerimento para permanecer na reserva activa. Cumpriu 47 anos de serviço.

De facto foi sempre “activo” até morrer, tendo já na situação de reforma, desempenhado acção cívica na Liga dos Combatentes, na Sociedade Histórica pela Independência de Portugal, na Associação dos Antigos Alunos do Colégio Militar e na Comissão Científica da Comissão Portuguesa de História Militar e tirado uma licenciatura em História.

Tive o grato prazer de com ele servir na Academia da Força Aérea, altura em que se implementaram várias inovações, e onde testemunhei um episódio revelador do seu carácter e ténpera: organizando-se pela primeira vez um curso de páraquedismo como actividade extracurricular para os cadetes - de que ele foi um grande impulsionador - veio também a frequentar o mesmo, tendo-se sujeitado a todo o treino requerido. Foi assim e até hoje, o único oficial que, sendo general, tirou

um curso para se atirar borda fora de um avião em bom estado!

E, mais tarde, quando exercia funções que já não requeriam qualquer actividade aérea, mostrou interesse em cumprir mínimos de voo semestrais, para o que se veio a qualificar na aeronave FTB C-337, mas não se ficou pela qualificação no avião, cumpriu todo o treino operacional.

Será que o descrito representa um pormenor? Não creio. Era sim revelador do seu espírito aeronáutico que se quis manter activo e “operacional” até ao fim da sua carreira, ao mesmo tempo que dava o exemplo.

O General Baptista Pereira era um homem de Bem, simples, bem - disposto, com trato urbano e lhano e em nada afectado. Cumpria a sua missão sem alarde e não se punha em bicos de pés. Era um homem de consensos e não dava murros na mesa, embora tal possa ser necessário fazer, quando a situação o exige.

Era íntegro e nunca deixou ficar mal a Força Aérea nem o seu país. Amigo do seu amigo não se lhe conhecem vilanias nem vícios, que sendo pouco próprios, são próprios da natureza humana.

Hoje desaparece mais um pouco da Força Aérea que eu conheci.

Meu General, Comandante, camarada e amigo, parta descansado para a sua derradeira viagem. Ficará para sempre na memória de quem o conheceu.

Até sempre.

* Oficial Piloto Aviador (Ref.)



Portugal, o que foi e o que é ... no contexto do seu território

Orlando da Rocha Pinto*

Fez precisamente setenta anos no mês de janeiro de 2024 que o Doutor Alberto Iria (1909-1992), então diretor do Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa, escrevia uma introdução para o “Catálogo” que ele próprio dirigiu da “Exposição Histórica / Comemorativa do IV Centenário da Fundação de São Paulo / 1554 - 1954”, de 343 + 3 páginas, o qual se iniciava com as fotografias em grande formato dos Presidentes da República de Portugal e do Brasil, General Francisco Higino Craveiro Lopes e Dr. Getúlio Vargas respetivamente e depois uma outra, da imagem em relevo do “Padre Manuel da Nóbrega, Fundador de São Paulo”, executada em placa de bronze e realizada em 1938 pelo escultor Francisco Franco (1885-1955), em que se inicia com o role dos “Expositores” seguindo-se de imediato com a enorme lista de “Documentos” em número de 261 e depois pela “Cartografia”; “Pintura e Desenho”; “Gravura”; “Escultura”; “Fotografia”; “Numismática”; “Aditamento” apontando neste “Documentos” e respetivas “Estampas” e por último a “Corrigenda”, cuja dita exposição foi apresentada pelo

ano de 1954 no Palácio Galveias / Lisboa.

Por sua vez, tal efeméride era na terra americana de expressão portuguesa também aclamada sob o título de “Exposição Histórica de São Paulo no Quadro da História do Brasil”, iniciada e desenvolvida pelo primeiro presidente da Comissão Executiva das Comemorações do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo, Francisco Matarazzo Sobrinho e continuada depois pelo Dr. Guilherme de Almeida, como tão bem sublinhou Jaime Cortesão (1884-1960) ao ilustrar o êxito do evento no seu trabalho literário de “A Fundação de São Paulo, Capital Geográfica do BRASIL”, editado por Livros de Portugal - Rio de Janeiro, 1955. Além deste, não poderemos esquecer, entre outros textos para apontar tal acontecimento, a obra de Vitorino Nemésio (1901-1978), publicada pela comissão brasileira do mesmo centenário, sob o patrocínio do Ministério dos Negócios Estrangeiros intitulada “O Campo de São Paulo / A Companhia de Jesus e o Plano Português do Brasil (1528-1563)”, vinda a lume esta, ainda em 1954, no próprio ano do “IV Centenário da Fundação de São

Paulo”.

Cidade de São Paulo, que é hoje a quinta mais populosas do Mundo, com mais de 12 milhões de habitantes, sendo atualmente o principal “centro financeiro e económico” do Brasil, em que ficou estabelecida a sua fundação a 25 de janeiro de 1554, data em que foi celebrada a primeira missa no local por padres jesuítas¹ no sítio denominado de “Pira-tininga”, que na língua nativa queria dizer “um lugar seca-peixe” ou “o peixe a secar”, segundo informação do missionário Padre Jesuíta José de

Anchieta,² e aqui desde logo, o mestre escola da Companhia de Jesus que foi o primeiro de nome António Rodrigues, ensinava, conforme consta na obra de Serafim

Leite S.I. (1890-1969)³ os meninos a “ler e a escrever e a cantar” e também, sem sombra de qualquer dúvida, lhes era prestada a catequese.

Portugal, além de comemorar o significativo evento através de bibliografia, museologia e medalhística, também o fez no campo da filatelia, criando-se um selo alusivo ao “IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo pelo Padre Manuel da Nóbrega” com os valores de 1\$00; 2\$30; 3\$50 e 5\$00, na cor respetiva para os valores ditos de “bistre, azul, cinzento-verde e verde” com gravação do professor Baiardi “sobre baixo-relevo de Barata Feio”, que foram impressos “em talhe doce (sic)

por Enschede en Zonen, Holanda”,⁴ para Portugal metropolitano



1554 Quarto Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo - 1954

com extensão às ilhas dos Açores e Madeira, cujo primeiro dia de circulação se deu em Portugal Continental, a 17 de dezembro de 1954, como se apresenta no envelope selado e carimbado. Todavia tinha-se alargado a dita comemoração para o restante Portugal de então, ou seja: Angola; Cabo Verde; Guiné; Índia; Macau; Moçambique; S. Tomé e Príncipe e Timor,

que para o efeito, desde logo se promulgou pela Portaria nº 14.850 de 20 de abril de 1954, em que se mandava “emitir e pôr em circulação em todas as províncias ultramarinas, selos comemorativos do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo”,⁵ que foram litografados na Casa da Moeda todos os seus representantes, iguais na sua forma, diferindo contudo na cor, valor e dístico a que província ultramarina se destinava. Assim: Angola, com o valor de 1\$00, cor “sena natural e preto”; Cabo Verde, 1\$00, cor “verde e preto”;



Comemorativo do 4º Cent. da Fundação de São Paulo 1554-1954

Guiné, 1\$00, cor “magenta e preto”; Índia, 2 Tangas, cor “azul-ardósia e preto”, cujo 1.º dia de circulação se deu a 2 de outubro de 1954; Macau, 39 avos, cor “laranja, preto e verde”, cujo 1.º dia de circulação foi a 4 de agosto de 1954; Moçambique, 3\$50, cor “cinzento, preto e amarelo”; S. Tomé e Príncipe, 2\$50, cor “azul cl. e preto” e Timor, 16 avos, cor “laca-acaju e preto”.⁶



Padre Manuel da Nóbrega 1554-1954 Fundador da Cidade de São Paulo

Através e pela filatelia apontada nota-se a presença de Portugal, quase que se poderia dizer, nos quatro cantos do mundo, aliás como depois a situação é aludida pelas armas heráldicas dos territórios ultramarinos⁷ na placa-medalha executada ainda no ano de 1974 pela Gravuni de A. C. Tavares Ld.^a, que temos o gosto de a apresentar,⁸ alusiva ao “Dia da Administração Militar - Rainha Santa Isabel” onde no seu reverso consta o mote: “Cumprir Para...Bem Servir”



Dia da Administração Militar - Rainha Santa Isabel - Bem Servir - 1974

• • • •

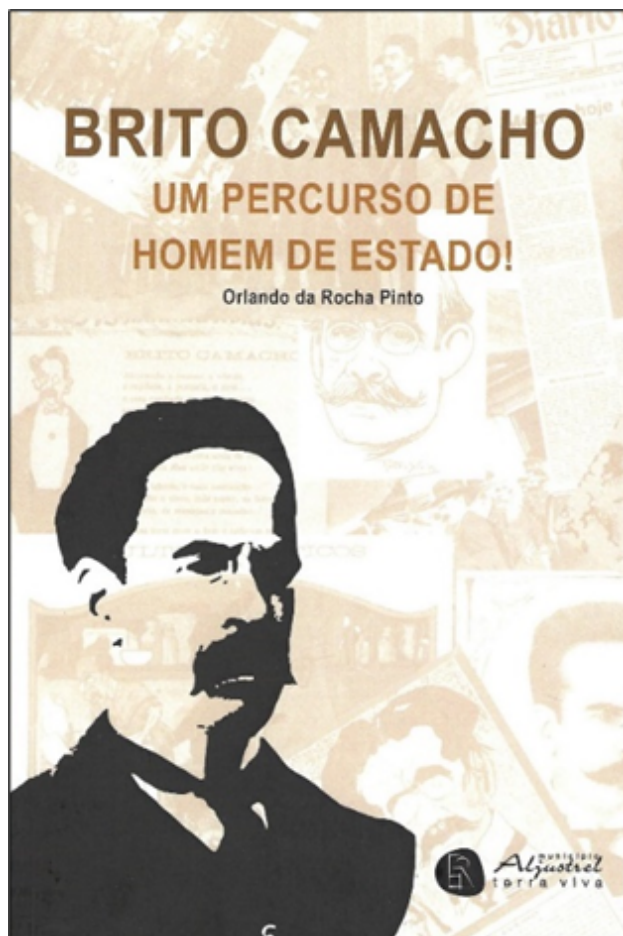
e oito brasões correspondentes aos territórios ultramarinos de então, designadamente: Timor; Angola; Macau; S. Tomé e Príncipe; Cabo Verde; Índia;⁹ Moçambique e Guiné tendo ao centro as da Administração Militar, em que a rainha Santa Isabel era a sua padroeira, com data festiva a 4 de julho, dia do seu decesso, que após a revolução dada no dia 25 de abril de 1974, o território português no mundo ficou reduzido, como aponta a medalha em bronze¹⁰ que mostramos, quer o seu anverso como reverso,



24 de Abril 74

• • • •

executada na casa de Luís Guerra Ld.^a. No entanto, sem sombra de qualquer dúvida, no contexto político-histórico e universal, todos aqueles territórios foram agraciados justamente à independência, como já apregoava salutarmente em 1925 o Doutor (médico) Manuel de Brito Camacho (1862-1934), antigo Ministro do Fomento do primeiro Governo Provisório da República Portuguesa e depois eleito Alto-Comissário de Moçambique, cargo que correspondia inteiramente a Governador, que o exerceu entre os anos 1921 a 1923 e que naquela data de meados de vinte já dizia que “a principal obrigação da Metrópole em relação às suas Colónias é preparar a sua emancipação. Uma Colónia que não tende para a sua emancipação, é uma terra escrava, e seria absurdo que tendo-se (sic) abolido a escravidão dos indivíduos, se mantivesse a escravidão dos povos. O termo natural da evolução duma Colónia, mais rápida ou mais demorada, conforme as circunstâncias, é a sua emancipação”,¹¹ dando depois, o ilustre “Homem de Estado”¹² certos exemplos relacionados ao assunto no contexto da História Universal.



Brito Camacho - Um Percurso de Homem de Estado

• • • •

Palavras do Dr. Brito Camacho que são inteiramente corroboradas por nós, com respeito às terras colonizadas por Portugal, em que já havia habitantes autóctones, com os seus sistemas próprios, caso da Guiné, Angola, Moçambique, Timor e até mesmo, no Estado da Índia com os seus três enclaves de Goa, Damão e Diu e na China, a Cidade do (Santo) Nome de Deus de Macau;¹³ mas não concretamente para as ilhas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, que se encontravam, como é do conhecimento geral, quando descobertas no século XV completamente desabitadas, que foram não colonizadas, mas sim povoadas paulatinamente por gente portuguesa e assimilados, precisamente em igual caso como nos arquipélagos atlânticos da Madeira e dos Açores, que hoje são somente regiões autónomas, mas não independentes.

Talvez tenha havido uma explicação para tal. Provavelmente na generalização da cor da pele dos ilhéus de cada arquipélago.

Nota: Toda a iconografia apresentada é pertença do autor do presente texto.

*Orlando Victor Brito da Rocha Pinto. Professor universitário aposentado.

Associado da SHIP n.º 3351; com o atual n.º 203.

NOTAS:

1- Sobre este assunto, refere o Padre Jesuíta José de Anchieta: “Assim, alguns Irmãos mandados para esta aldeia, que se chama Piratininga, chegámos a 25 de Janeiro do ano do Senhor 1554, e celebrámos em paupérrima e estreitíssima casinha a primeira missa, no dia da Conversão do Apóstolo São Paulo e, por isso, a ele dedicámos a nossa casa”. Apontamento dado por Vitorino Nemésio em “O Campo de São Paulo (...)”, pág. 339.

2- Como indica Vitorino Nemésio, obra citada, página 338.

3- Intitulada “Nóbrega / e a Fundação de São Paulo”, que veio a lume pelo Instituto de Intercâmbio Luso-Brasileiro, Lisboa, 1953.

4- Como indica o “Catálogo Eládio de Santos”, “Selos de

Portugal Continental, Insular e Ultramarino”, 3.^a Edição, 1973.

5- Conforme consta em “Cinco Anos / do / Ministério do Ultramar / 2 de agosto de 1950 / a / 7 de julho de 1955”, Edição: Agência Geral do Ultramar, MCMLVI.

6- O respetivo valor e a cor dos selos são dados pelo referido “Catálogo Eládio de Santos / Selos de Portugal Continental, Insular / e Ultramarino”, 1973.

7- Em março de 1923 a Sociedade de Geografia de Lisboa alertava para o facto de ser necessário as províncias ultramarinas de Portugal terem o seu respetivo brasão, que foram concebidas em modelo provisório no ano de 1932, sendo completadas depois do ano de 1935, na forma como se conhecem.

8- Em bronze, com o peso de 430 gr, de dimensões de 8,4 x 11,4 cm.

9- Território incorporado na União Indiana desde 19 de dezembro de 1961, quando o seu governador General Vassalo e Silva assina às 20, 30 horas a rendição do Estado Português da Índia. Presume-se que aqui, na placa-medalha, foi colocado no meio dos outros, meramente por valor estético, pois que a manutenção militar do exército português já tinha deixado de constar naquela região.

10- Exemplar n.º 328. De diâmetro ou módulo de 7,8 cm; peso 225 gr.

11- Palavras ditas na conferência dada na Sociedade de Geografia de Lisboa, saída na “Gazeta das Colónias” n.º 19, de 12 de fevereiro de 1925; depois publicada integralmente, após o falecimento do autor, com o título de “Política Colonial” na coleção “Cadernos Coloniais” n.º 26, Editorial Cosmos, Lisboa, 1936.

12- Sobre esta alta personalidade tivemos ensejo de escrever e publicar o livro “Brito Camacho, Um Percorso de Homem de Estado!”, que saiu pela intervenção da Câmara Municipal de Aljustrel, em 2018.

13- Lembremo-nos na atualidade, de Gibraltar, na Espanha pertencer à Inglaterra e a cidade de Ceuta por sua vez, localizada em Marrocos, estar sob a bandeira de Espanha.

*Professor universitário aposentado. Associado da SHIP n.º 3351; com o atual n.º 203.



Portugal e Inglaterra: um casamento de conveniência e sobrevivência com vantagens desiguais *

Cristiana Lucas Silva **

A aliança luso-britânica tem funcionado como casamento de conveniência e não como uma união romântica para toda a vida, ou como uma união de parceiros idênticos

As relações luso-britânicas são antigas e contemporâneas do processo de formação do reino de Portugal. Tiveram origem em intercâmbios comerciais, seguidos de «uma fraternidade de armas nascida de um incidente das Cruzadas», como escreveu Edgar Prestage (*A aliança*

anglo-portuguesa, 1936), reportando-se ao desvio de navios que rumavam à Terra Santa e que vieram a aportar na foz do Douro e, depois, na do Tejo, em auxílio de D. Afonso Henriques, intervindo no processo de conquista de Lisboa (1147).

Os primeiros Tratados

O início oficial das relações data de 17 de fevereiro de 1294, com a celebração de um tratado de comércio que visava colmatar dissensões entre os mercadores e assegurar os interesses de ambas as partes. Mas a primeira aliança não exclusivamente comercial firmada entre as duas Coroas foi celebrada em Tagilde, em 10 de julho de 1372, entre D. Fernando I e o duque de Lencastre, no contexto da disputa pelo trono de Castela. Foi com base neste tratado que, em 1383, na sequência da morte de D. Fernando e da crise dinástica daí advinda, o Mestre de Avis, pretendente ao trono português, solicitou auxílio militar a Ricardo II de Inglaterra contra João I de Castela, também ele reclamante da coroa portuguesa. A vitória portuguesa na Batalha de Aljubarrota assegurou a independência de Portugal, para o que terá sido determinante a intervenção militar inglesa, e a aclamação do Mestre de Avis como D. João I, rei de Portugal. No seguimento destes acontecimentos, formalizou-se, em 9 de maio de 1386, um tratado de paz e aliança entre D. João I e Ricardo II, comumente denominado de Primeiro Tratado de Windsor, o qual, baseado num princípio de reciprocidade, estatuiu, “entre

os mesmos reis e seus herdeiros e sucessores e vassalos de ambos uma liga, amizade e confederação real e perpétua, e com os aliados deles, de maneira que um seria obrigado a prestar auxílio e socorro ao outro contra todos os que tentassem destruir o estado do outro”.



... ..

No mesmo ano da celebração do Tratado de Windsor, a aliança foi reforçada por um pacto matrimonial que assegurava o casamento de D. João I com Filipa de Lencastre. O enlace veio a acontecer no dia 2 de fevereiro de 1387 e constitui um episódio inaugurador da influência inglesa em Portugal, sentida em várias áreas, deste a organização militar às artes, letras e costumes.

Deste casamento resultou, ainda, a chamada “íncrita geração”, expressão camoniana para designar os filhos de D. João I e D. Filipa de Lencastre — D. Duarte, o infante D. Pedro, o infante D. Henrique, D. Isabel, o infante D. João e o «Infante Santo» D. Fernando —, os quais se distinguiram pela sua educação e características exemplares que marcaram uma «idade de ouro» da história de Portugal.

De Henrique VIII (e os Filipes) à Restauração: abalos e reencontros

A reforma da Igreja operada na Inglaterra, iniciada com a separação de Roma durante o reinado de Henrique VIII em 1534 (com o cisma da Inglaterra) e concretizada pela rainha Isabel I (que por isso é considerada a fundadora da Igreja Anglicana), associada à coroação do católico Filipe II de Castela como rei de Portugal, determinaram a suspensão das relações anglo-portuguesas, que seriam reatadas após a independência de Portugal, em 29 de janeiro de 1642, com a celebração de um tratado de paz e de comércio. Nesse mesmo ano, iniciou-se uma guerra civil que opôs o rei, Carlos I, ao Parlamento, liderado por Oliver Cromwell, e que terminaria em 1649, depois da prisão e execução do rei e com o início do governo de Cromwell, elevado a *Lord Protector*. Esta mudança na cena política viria a transformar, igualmente, as relações entre Portugal e a Inglaterra, sobretudo depois do incidente diplomático ocorrido em 1650 quando D. João IV concedeu proteção aos príncipes palatinos, sobrinhos de Carlos I da Inglaterra e perseguidos por ordem de Cromwell. De facto, o tratado de paz e aliança (Tratado de Westminster) firmado em 10 de junho de 1654, numa altura em que Portugal enfrentava uma situação militar crítica decorrente das guerras da Restauração, acabou por se traduzir numa submissão às condições inglesas, registando o início de uma relação assimétrica.

Em 18 de abril de 1660, numa altura em que Portugal

ainda permanecia em situação instável, decorrente da ofensiva espanhola no contexto da guerra da Restauração, mas também das investidas holandesas contra os territórios ultramarinos portugueses, foi assinado um “Tratado de aliança e de união de amizade” entre D. Afonso VI e Carlos II, o Tratado de Whitehall, cujos 14 artigos assentavam exclusivamente sobre matéria militar. No ano seguinte, e para reforçar a aliança, foi firmado um tratado “de Paz mais apertada”, datado de 23 de junho, cuja principal matéria era o casamento entre Carlos II e D. Catarina de Bragança. Composto por 20 artigos seguidos de um artigo secreto, o documento ratificava as cláusulas dos tratados anteriormente firmados e acordava o dote, algumas cedências e benefícios territoriais e comerciais para a Inglaterra e, em contrapartida, proteção e apoio militar a Portugal em caso de invasão ou conflito bélico. Apesar de o tratado beneficiar claramente a coroa britânica, D. Afonso VI viu-se impossibilitado de recusar os termos de uma aliança que poderia assegurar a continuidade do império português. De facto, o auxílio britânico revelou-se fundamental para a vitória portuguesa na Guerra da Restauração, oficialmente terminada com a celebração de um tratado de paz com Espanha em 13 de fevereiro de 1668 e com o reconhecimento da independência de Portugal.

Entre o comércio e a proteção

O século XVIII abre-se a Portugal com eventos que exigiram uma delicada ação política e diplomática no contexto da Guerra da Sucessão Espanhola, um conflito à escala europeia que só terminaria em 1714 com a celebração da Paz de Utrecht. O alinhamento de Portugal com a Grande Aliança (ao lado da Inglaterra), firmado através de um tratado de 16 de maio de 1703, consolidou a sua opção atlântica, surgindo o Brasil como a grande prioridade no âmbito da política comercial e colonial portuguesa.

No mesmo ano de 1703, a 27 de dezembro, firmava-se o célebre Tratado de Methuen. Composto por apenas três

artigos, este tratado regula a entrada em Portugal de panos de lã e de fábricas de lanifícios inglesas, que fora impedida pelas Leis Pragmáticas de D. Pedro II, e a admissão na Inglaterra dos vinhos portugueses. A celebração deste acordo gerou polémica e opiniões muito diversificadas sobre as suas consequências, sendo uma das vozes críticas a de D. Luís da Cunha. A historiografia mais recente, quer relativizando os aspetos negativos associados ao tratado, quer evidenciando os seus aspetos positivos — nomeadamente o desenvolvimento da produção vinícola e a afirmação dos vinhos portugueses no mercado externo —, concorda que se procedera à construção de um «mito de

Methuen», que interpretava o tratado como causa fundadora da dependência de Portugal em relação à Inglaterra e como fator de decadência das manufaturas nacionais e de atraso da industrialização do país, condicionando o seu desenvolvimento económico.

Depois de 1703, a “velha aliança” foi reafirmada e ajustada em diferentes ocasiões e contextos e pontuada por divergências de interesses que por vezes antagonizaram os dois reinos. De forma geral, podemos afirmar que os acordos firmados entre Portugal e Inglaterra, assentando principalmente sobre aspetos de natureza comercial ou militar, pautavam pela seguinte reciprocidade: se a Inglaterra beneficiava com as condições impostas nos tratados de comércio, as quais Portugal estava apto a oferecer em virtude da sua posição geográfica estratégica e dos portos e praças que detinha nos diferentes continentes, Portugal beneficiava com a proteção e o auxílio militar que só a Inglaterra poderia proporcionar-lhe. Na verdade, o auxílio inglês viria a revelar-se decisivo nos momentos em que Portugal se debateu pela sua autonomia, particularmente nas guerras da Restauração e também aquando das invasões francesas. A aliança revelou-se igualmente importante quando Portugal pretendeu ver reconhecida a sua independência, quer pelas potências europeias quer por Roma; mas também quando, depois da Revolução Liberal, o país foi trespassado por uma guerra civil (1832-1834). Compreende-se, também, o interesse da Inglaterra pela independência de Portugal: não lhe convinha uma aliança ibérica ou uma incorporação por Espanha, por exemplo, tendo em conta o pacto de família firmado entre esta e a França, em 1761. Acontece que, com os acontecimentos que inauguraram o século xix, Portugal veio a tornar-se cada vez mais dependente

da Inglaterra e a aliança entre ambos perdeu aquela mutualidade que a caracterizava sem, contudo, deixar de vigorar até aos nossos dias, sendo por isso reputada de a mais antiga aliança diplomática do mundo. Atendendo à longa história das relações anglo-lusas, parece-nos pertinente a metáfora usada por Charles Boxer, num artigo publicado em 1961 na revista *History Today*, vol. 8, n.º 11: “A survey on the anglo-portuguese alliance from its inception in 1373 shows that it has functioned as a marriage of convenience rather than a life-long love match, or as a union of like kinds” (Um estudo sobre a aliança luso-britânica desde o seu início, em 1373, mostra que tem funcionado como um casamento de conveniência e não como uma união romântica para toda a vida, ou como uma união de parceiros idênticos).



* Artigo publicado no Observador, em 01.08.2024.

** Professora da Universidade Aberta. Investigadora do Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta



A marca judaica na construção de Portugal *

Elvira Cunha de Azevedo Mea **

Afonso Henriques criou o título de “arrabi-mor do reino”, a primeira estrutura administrativa independente para os judeus, tendo Yahia Aben-Yahia ocupado o cargo.

A Península Ibérica, denominada *Sefarad* pelos judeus desde o século VIII, levou a que estes se chamassem sefarditas, enquanto aqueles alemães foram chamados asquenazis ou asquenazitas, porque, segundo fontes talmúdicas, identificou-se a Germânia a Gomer, cujo filho, Achkenaz, surge na Bíblia como descendente de Noé. Entre os séculos XI e XIV, os asquenazis predominavam na França, Inglaterra, Países Baixos, Suíça e Norte da Itália. Expulsos da Inglaterra (1290) e França (1306-1394), espalharam-se pelo Leste da Europa.

A chegada dos judeus sefarditas

Ainda se desconhece quando os judeus se estabeleceram na Península Ibérica, pois, não obstante provas arqueológicas que remontam aos séculos I ou II, a verdade é que historiadores antecipam essas datas, ligando-a à expansão fenícia e respetivas feitorias comerciais; outros atribuem a sua fixação ainda na época do rei Salomão, identificando a cidade bíblica de Társis com Tartesso, na Península, ainda por localizar exactamente.



Note-se que, na reelaboração da *Crónica Geral de Espanha* feita por um converso toledano, por volta de 1400,

aponta-se a fixação judaica na Península anterior a Cristo, eximindo assim os sefarditas dos preconceitos e acusações de deicídio, facto que não consta anteriormente.

Assim, na “*árvore da vida judaica*”, surge um ramo ibérico alimentado sempre pela seiva do grandioso tronco palestiniano, como refere o Talmud:

“Todos os povos do mundo, mesmo as naves que deslizam da Gália a Aspâmia, são benditas graças a Israel.”

A situação é árida e tensa, desde as lutas entre autóctones e bárbaros até ao avanço do Cristianismo. No século IV, no primeiro Concílio de Elvira, exige-se a segregação dos deicidas. Houve tempos aflitivos, como em 613, quando o rei visigodo Sisebuto decreta a expulsão ou conversão, a grande “perseguição de Sisebuto”, condenada severamente por Santo Isidoro de Sevilha. Milhares de mortos, milhares de conversões e uma significativa fuga para o Norte de África, onde os muçulmanos aceitavam judeus e cristãos, pois era “Gente do livro”, estrangeiros cujas religiões eram também originárias da Bíblia.

No domínio visigodo, houve fases de maior ou menor tolerância conforme o estado financeiro, os interesses e a personalidade dos reis. A tolerância religiosa esteve sempre dependente das conveniências económicas, como o pagamento de avultadas somas de dinheiro para evitar a expulsão.

A conquista árabe e a Reconquista cristã

A partir de 711, com a conquista árabe de grande parte da península sem qualquer envolvimento judaico, a situação mudou completamente: o califado de Córdoba, num clima de liberdade e tolerância, aproveita e estimula a presença judaica no campo económico e no desenvolvimento cultural. Com a avalanche maometana vêm judeus sírios e palestinianos radicados em África, integrados na civilização árabe, que serão um suporte sólido no ajustamento judio-mourisco, profícuo para ambos.

Com a paz no século X (929-976), Córdoba torna-se outra Bagdad, um poderoso viveiro cultural, onde a marca judaica é fulcral na Filosofia, Medicina,

Farmacopeia, Astronomia, Poesia, Narrativa, etc., um tesouro para os séculos vindouros.

Entretanto, nos vários reinos cristãos – Astúrias, Leão, Castela, Aragão, Navarra e Catalunha –, ultrapassado o primeiro século de uma reconquista vacilante, em que se exterminavam os vencidos e sistematicamente se destruía o seu património, os cristãos vão avançando lenta, mas seguramente. Daí, com o alargamento progressivo dos reinos e respetiva estruturação, os soberanos, precisando de povoadores e de empreender a organização do território, de uma sociedade e de um Estado, passaram a poupar e motivar os habitantes das áreas conquistadas a permanecer, incluindo os judeus.

Existia, então, uma tolerância que permitia o desenvolvimento do comércio, de uma indústria essencial, da organização administrativa vital para a formação de um Estado.

Surtem as primeiras obras legislativas. Relativamente ao povo judeu, estas balançam entre as leis segregativas dos concílios toledanos, o preconceito de conotar o judeu como criminoso, e o clima de cordialidade e acolhimento. Há uma certa equivalência em termos de imunidade e direitos, comprovados pelas cartas de foral e até alguns decretos do Concílio de Leão de 1020, onde, por exemplo, as avaliações imobiliárias se faziam com equidade.

A política de Afonso VI (?-1109) de Leão e Castela marca o ponto de viragem. A sua *Carta de Foro*, com valor de lei para todo o reino de Leão e sobretudo a *Carta inter Christianos et Judeos, de foris illorum*, estabelecem a igualdade de direito entre cristãos e judeus, aliada a um quadro de liberdade e fraternidade. Consignava-se, por exemplo, que, em julgamentos entre cristãos e judeus, se faria o juízo de Deus, através da luta com pértiga e escudo, o único juízo perfeitamente justo, já que Deus seria o juiz.

Sintomáticas as reações da Santa Sé: em 1066, Alexandre II congratula-se com a atitude verdadeiramente cristã, enquanto passada uma década o seu sucessor, Gregório VII censura o rei.

Cumprem-se, assim, os objetivos reais: uma adesão judaica total, visível na sua participação nas conquistas de Toledo e Burgos, no desenvolvimento da administração, estratégia militar, eficiência financeira. Em 1090, o rei casa a infanta Urraca com Raimundo de Borgonha e, em 1093, a filha ilegítima, Teresa de Leão, com Henrique de Borgonha. Em 1108, com a morte do único filho varão, Sancho, Afonso VI, nas cortes de Toledo, transmitiu o trono a Urraca e os Condados de Portucale e Coimbra a Teresa. D. Teresa prosseguiu a

política de autonomia, povoamento, organização do condado e estratégias de defesa contra as investidas muçulmanas.



• • • •

A fundação de Portugal

O século XII foi um século de guerra. Para além do avanço na reconquista, a nobreza portugalense considerava perniciosa a ligação de D. Teresa à Galiza, através da relação com Fernão Peres de Trava e com outros nobres e membros do clero, donde podia provir uma influência perigosa. Assim, D. Afonso Henriques (1109-1185) fez-se paladino desse descontentamento, culminado na batalha de S. Mamede, em 1128, passando daí a governar o Condado. Objetivo principal: a independência de Afonso VII (1105-1157), rei da Galiza, Leão, Castela e Portugal, coroado em 1135 “Imperador de toda a Hispânia”.

Afonso Henriques, em 1139, após a batalha de Ourique contra os muçulmanos, passa a designar-se rei, gerando um conflito parcialmente sanado em 1143 com o Tratado de Zamora, na presença do legado pontifício, cardeal Guido de Vico. Aí, reconheceu-se a independência do Reino de Portugal. Afonso VII entrega ao primo o senhorio de Astorga, para o sujeitar a vassalo.

Afonso Henriques tentou afincadamente passar a vassalo direto da Santa Sé, libertando-se assim de Afonso VII, o que conseguiu, em 1179, com o Papa Alexandre III, que reconheceu a independência do reino com a bula *Manifestis Probatum*.

Ao mesmo tempo, Afonso Henriques ia combatendo com êxito os muçulmanos a Sul, enquanto falharam as tentativas de penetração na Galiza. Santarém, sempre em guerra com Coimbra, foi a primeira conquista (1147), abrindo acesso à região rica do Tejo e a Lisboa. Usou-se como estratégia uma mensagem anunciando aos muçulmanos o fim das tréguas daí a três dias, havendo um ataque imediato de noite. Esta estratégia foi elaborada pelo judeu Yahia Aben-Yahia, recém-chegado a Coimbra. Pouco ou nada se sabe dele, apenas o que dois descendentes seus relataram três séculos depois: homem viajado, próximo do rei, influente na participação dos judeus na reconquista, povoamento e organização do território.

Afonso Henriques criou o título de “arrabi-mor do reino”, a primeira estrutura administrativa independente para os judeus, tendo Yahia ocupado o cargo. Tal como na organização do concelho, o rabino era a autoridade máxima civil e religiosa, eleito pelos membros da comuna, onde ouvidores, procuradores e homens bons tinham a seu cargo a administração, coadjuvados pelo escrivão, porteiro, chanceler, tabeliães, tesoureiros e colhedor. A estrutura regida por Yahia teria sido muito rudimentar, mas já dividida em distritos, com os cargos de rabi local, sinagoga, tribunal e juízes, prisões próprias, escolas. Toda esta organização foi-se aperfeiçoando com as Ordenações.

Em Lisboa, os judeus estabeleceram-se relativamente tarde, pelo que já não puderam instalar-se dentro das muralhas. Com uma pequena comuna entre os hodiernos Arcos do Rosário e o Largo de S. Rafael, a judiaria (na rua ainda hoje da Judiaria) ficava então junto às muralhas. Como o sítio da rua do Terreiro do Trigo estava ainda coberto pelo Tejo, foi impossível alargar-se muito mais, pelo que a comuna foi para ocidente, hoje na Baixa, conhecida durante várias gerações como “Judiaria Velha” ou “Judiaria Grande”, porque posteriormente foi precisa outra. Em outubro de 1147, Afonso Henriques conquistou Lisboa coadjuvado por uma frota de cruzados, a quem concedeu terras, senhorios e o privilégio do saque nos primeiros quatro dias.



Rua da Judiaria, em Alfama.

Yahia recebeu o senhorio de Unhos, Frielas e Aldeia dos Negros (Camarate), assim como a sinagoga de Santarém, a mais antiga do país, onde a comunidade judaica, anterior à conquista, exercia intensa atividade comercial.

D. Sancho I, filho e sucessor de Afonso Henriques, continuou a servir-se dos judeus para o povoamento, dando-lhes representação legal nas cartas de foral, criando, assim, mais comunas. José Aben-Yahia, neto de Yahia, é então almoxarife-mor, sendo-lhe permitido construir a sinagoga de Lisboa.

* Artigo publicado no Observador, em 08.08.2024.

** Professora catedrática da Faculdade de Letras do Porto



Mais cautas do que castas (Cantigas de Amigo) *

Isabel Ponce de Leão **

A mulher mais ou menos experiente, mais ou menos cauta, mais ou menos expansiva dá voz e protagoniza uma poética de densidade psicológica versátil e multimoda que tipifica a mulher portuguesa, ainda nos dias de hoje.

Na aproximação do nongentésimo aniversário da formação de Portugal, convém lembrar que, a par das ações bélicas, religiosas e diplomáticas de antanho, emergiram manifestações culturais que em tudo refletiam as características do povo e o seu *modus vivendi*. No caso da literatura, surgem umas pequenas composições, de tradição manifestamente oral, propícias a acompanhar atividades domésticas e rurais, onde é exibida uma liberdade feminina que deixa antever um código de relações humanas bem mais flexível do que o que, na altura, seria espetável.

As Cantigas de Amigo

São várias as teses sobre as origens desta lírica peninsular. Se, durante muito tempo, se especulou, de forma pouco consensual, sobre a sua génese, o aparecimento dos Cancioneiros da *Vaticana* (1840) e da *Biblioteca Nacional* (1880) veio demonstrar a existência de uma poética, singela, feminina, reflexo de uma hierarquização feudal, comprometida com o real quotidiano, atento à guerra santa, e com manifestos sinais de indigenato, cujo termo *a quo* é o célebre texto atribuído a D. Sancho I, “Ay eu, coitada, como uyuo” (Nota do Editor: *Ai eu, coitada como vivo*), datado de 1199(?). Não se tratando de um epifenómeno, outrossim de manifestações populares e genuínas continuadas, perduraram no tempo e, mesmo se mescladas com as *moaxás* árabes ou com as cantigas de amor provençais, mantiveram uma identidade própria. Deve-se ao século XIX, e à atração dos românticos pela Idade Média, o seu estudo e divulgação. Contudo, este interesse não se

quedou por aí, antes fez a ponte com os séculos XX e XXI, sendo comum, na produção portuguesa, ecos desta poética em inúmeros poetas e cantores de que destaco, *e. g.*, Zeca Afonso, Ary dos Santos, Natália Correia, Fiamá Hasse Pais Brandão, Manuel Alegre ou Manuel Sobral Torres.

Na chamada lírica peninsular, onde, como referido, também se vestigiam poéticas pré-existentes, se inserem as cantigas de amigo galaico-portuguesas, protagonizadas por uma donzela simples, espontânea, apaixonada, cândida e saudosa que procura o encontro com o amigo, tomando, na sua ausência, a mãe, a irmã ou a natureza por confidentes da sua *coita de amor*. Através destes cantares, torna-se fácil entrever os variados estados psicológicos da *velida* no decorrer da intriga sentimental: o seu primeiro encontro com o amigo; os tímidos oaristos; as promessas de amor; os arrufos; o ciúme; a saudade; o receio da partida; a alegria do

regresso. Assim se tornam, estas composições, em excelente estudo da psicologia da mulher medieval, deixando antever o tal código de relações humanas ainda hoje parcialmente vigente.

Nelas, a única personagem ativa e sujeito falante é a mulher, não havendo qualquer resposta às suas súplicas por parte do destinatário – o amigo assazmente referido, mas sempre ausente – salvo em situações pontuais de manifesta influência provençal. A angústia face à sua ausência – muitas vezes no *fossado* – é mencionada de forma arrebatada, preocupando-se a *fremosa* com o seu bem-estar, e temendo a morte, também por amor, de que dá conta o já citado termo *a quo* atribuído a D. Sancho I.



Maravedi em ouro com a efígie de Sancho I

A tristeza e a saudade – marca tão portuguesa – manifestam-se através de perguntas feitas às confidentes, chegando a *meninha* a anunciar a própria morte decorrente da sua *coita*: “Ondas do mar de Vigo /

se uistes meu amigo! / e ay Deus se uerrá cedo!” (N.E.: *Ondas do Mar de Vigo / se vistes meu amigo! / e ai Deus se virá cedo!*) (Martin Codax) ou “Vy eu, mha madr’, andar / as barcas eno mar, / e moyro-me d’amor!” (N.E.: *Vi eu, minha mãe, andar / as barcas no mar, / e morro-me de amor!*) (Nuno Fernandez Tornedol). Tais situações de ausência provocam o ciúme da *velida* que, insegura, antevê a presença de uma rival e, ontem como hoje, sofre sem o ocultar, antes o confidenciando: “Amiga, do meu amigo / [o]í eu oie recado; / que é uiu’ e namorado / d’outra dona bem uos digo, / mays iur’ a Deus que quisera / oyr ante que mort’ era.” (N.E.: *Amiga, do meu amigo / hoje eu ouvi um recado; / que está vivo e apaixonado / , por outra senhora bem vos digo / mas juro a Deus que quisera / antes ouvir que morrera.*) (Sancho Sanchez), ou desabafando num monólogo magoado: “Eu nunca dórmo nada, / cuidãd’ en meu amigo; / el que tam muyto tarda, / se outr’ amor á sigo, / ergo o meu, querria / morrer oi’ este dia.” (N.E.: *Eu nunca durmo nada, / pensando no meu amigo; / ele que demora tanto, / se tem outro amor, / ergo o meu, queria / morrer hoje mesmo.*) (Joan Lopez d’ Ulhoa). O temperamento feminino mostra assim a sua fragilidade que pode, rapidamente, passar à ira e ao desprezo: “Ay madre, ben uos digo: / mentiu-mh o meu amigo: / sanhuda lh’ and’ eu.” (N.E.: *Ai mãe, bem vos digo: / mentiu-me o meu amigo: / ando zangada com ele.*) (Pero Garcia), ou segurança, autoconfiança e mesmo vaidade, assim se inferindo a versatilidade psicológica da donzela: “O meu amigo que me dizia / que nunca mays migo uiueria, / par Deus, donas, aqui é iá!” (N.E.: *O meu amigo que me dizia / que nunca mais comigo viveria, / por Deus, donas, já aqui está!*) (Pai Soarez).

A mulher, personagem central: da donzela ingénua à amante ardente

Durante muito tempo, defendeu-se que as cantigas de amigo eram postas na boca de uma donzela ingénua, e pura, que apenas convivia com o platonismo da afeição. Os estudos do século XIX, aos quais se deve muito do que se conhece sobre a Época Medieval, vieram demonstrar algo bem diferente. De facto, a par dessa timidez, surge, com frequência, a *amiga* desenvolta que aclara, através dos seus atos, o sentimento amoroso que, não sendo pecaminoso, é, no mínimo, erótico e provocador do desejo físico. Embora cauta e discreta, a sua paixão surge explicitamente envolta numa sensualidade implacável que não esconde o gozo físico: “Da noyte d’eyre poderam fazer / grandes tres noytes, segundo meu sem, / mays na d’oie mi ueo muyto bem, / ca ueo meu amigo, / e, ante que lh’ enuiassa dizer ren, / ueo a luz e foy logo comigo” (N.E.: *A outra noite pareceu-*

me / três grandes noites, / Mas na de hoje estou muito bem, porque chegou o meu amigo, / e antes de lhe enviar recado, / veio a luz e ficou comigo.) (Juião Bolseiro); ou implicitamente, ao exhibir os seus dotes físicos, por vezes com alguma irreverência, em frente do amigo, tentando-o para que ele sinta necessidade de aproximação: “Nossos amigos todos lá hiran / por nos ueer, e andaremos nós, / bayland’ ant’ eles, fremosas em cós, / e nossas madres, poys que alá uan, / queymen candeas por nós e por ssy, / e nós, meninas, baylaremos hy.” (N.E.: *Nossos amigos todos lá irão / para nos ver, e andaremos nós, / bailando diante deles, formosas em cós, / e as nossas mães, pois que lá vão, / acendam velas por nós e por si, / e nós meninas balaremos aí.*) (Pero Vivieaz). Nesta Cantiga de Romaria, de que apenas transcrevi uma copla, a *ben talhada* vai mais longe: para além da atitude provocatória

de dançar em *cós* (sem capa) frente ao amigo, engana a mãe, sua habitual confidente. Assim desaparece todo o seu sentimento religioso, recorrendo ao ludíbrio; de facto, a sua ida em peregrinação a San Simion, mais não é que pretexto para se exhibir em frente do amigo, postergando, assim, a sua devoção religiosa.



Cantiga

...

Destarte, fica patente que, enquanto as irmãs e as amigas assumem sempre o claro papel de confidentes, a mãe,

Uma clara poética feminina

O que ficou dito, faz ganhar consistência a tese que defendo: havendo vestígios de poéticas pré-existentes como *e. g.* a mozárabe e a provençal, a autóctone é autónoma e verdadeiro paradigma do *modus vivendi* do povo que a gerou. Assim, é inegável a existência de uma poética feminina. A mulher mais ou menos experiente, mais ou menos cauta, mais ou menos expansiva dá voz e protagoniza uma poética de uma densidade psicológica versátil e multimoda que tipifica a mulher portuguesa, ainda nos dias de hoje, vivenciadora de sentimentos como a saudade, o ciúme e a revolta enquanto reações às adversidades amorosas sejam platónicas ou de uma cauta sensualidade. Em termos formais, surge a intriga amorosa dada de forma mais intensa do que extensa – composições muito curtas que tudo dizem, ainda que haja algumas mais longas, sobretudo as mais genuínas e primitivas; baseiam-se, contudo, em repetições – o paralelismo – sendo que toda a mensagem é fornecida nas duas primeiras coplas e no refrão, que se institui muitas vezes, *corpus* semântico. De forma subliminar há, nesta poética, a tentativa, ainda que tímida, de emancipação da mulher, inusual na época em que foi escrita.

No meio desta ancestralidade, escondem-se autênticos

tendo também esse papel, configura de igual modo a censura que à donzela é devida pelo seu atrevimento, omitindo-lhe esta, por tal, alguns dos seus atos. Servindo-se do ombro materno para desabafar as suas mágoas, esconde-lhe os atos menos recatados chegando a recorrer à mentira. É assim que o *cervo do monte* surge em várias composições como causador dos atrasos da menina que o utiliza para se justificar perante a mãe: “Digades, filha, mnha filha uelida, / por que tardaste na fontana fria: / os amores ei. // [...] // Tardei, mha madre, na fontana fria, / ceruos do monte uoluian a auga: / os amores ey. // [...] // Mentés, mha filha, mentés por amigo, / nunca ui ceruo que uoluess’ o rrio” (N.E.: *Diz, filha, minha filha linda, / porque demoraste na fonte fria: / tenho amores. // [...] // Demorei, minha mãe, na fonte frio, cervos do monte toldavam a água: / tenho amores. // [...] // Mentés, minha filha, mentés por causa do amigo, / nunca vi cervo que torvasse o rio.*) (Pero Meogo).

O tema do corpo, está presente nestes cantares sendo frequente a donzela referir-se à sua elegância e beleza e insinuando pormenores íntimos em termos metafóricos de que dá conta uma bailia em que se alude à perda da virgindade: “Fostes, filha, eno baylar / e ronpeste hi o brial: // [...] // que fezestes ao meu pesar;” (N.E.: *Foste, filha, ao baile / e aí rompeste o vestido: // [...] // custa-me que o tenhas feito;*) (Pero Meogo).

tratados da psicologia feminina, documentários de vida dos povos ligados ao mar, nos quais não será despidendo continuar a refletir, porque – não é absurdo acreditar-se –, configuram fontes de desvendamentos sistematicamente atualizadores do passado que clarifica o presente.

Resultantes também de práticas intertextuais, as Cantigas de Amigo abrem ao teocentrismo medieval, às tarefas do quotidiano de uma sociedade rural em que a donzela implora a Deus o regresso do seu amigo, ausente no fossado, ou, porque de ingénua pouco tinha, lhe roga proteção para um encontro a sós; evoco os seus intensos diálogos com o mar tão cruzado com o destino deste nosso povo, e verifico, noutro registo, a inflexível estrutura das classes trovadorescas, tão decalcada no feudalismo vigente, bem como a vassalagem amorosa que o trovador, através da voz feminina, presta à donzela, sua suserana. Simplicidade linguística, formal, política, social e religiosa enformam as manifestações artísticas destes cantares medievais, retratando a permanência e continuidade dos primeiros passos de um povo que, refletindo nos 900 anos da sua existência, sabe que o passado dilucida o presente e se torna garante do futuro.



Cancioneiro



* Artigo publicado no Observador, em 15.08.2024.

** Professora Catedrática da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Fernando Pessoa / Centro de Estudos Globais.

Penso que ainda não fizemos suficiente justiça a D. Dinis, que “*fez tudo quanto quis*” – um dos nossos maiores reis, pela inteligência, visão estratégica e capacidade de governação. Resolveu os conflitos com a Santa Sé, fechou com Fernando IV de Leão e Castela (sendo regente a mãe, Maria de Molina) a última definição da fronteira oriental de Portugal (Tratado de *Alcañices*, 1297), povoou essa fronteira e equipou a sua defesa, outorgou dezenas de cartas de foral, fundou a Marinha, criou a Universidade e oficializou a língua de Portugal. Mostrou agudo propósito nacional, como aponta António Resende de Oliveira, no “Portugal Medieval” (2023), que escreveu com João Gouveia Monteiro:

«Admitindo que as razões de tal promoção [da língua vulgar do território] não se afastariam muito do enquadramento sugerido por [José Mattoso], poderemos talvez dizer que a medida visou dois objectivos complementares: a assunção da diferença perante as restantes línguas peninsulares, em particular perante o castelhano, e, ao mesmo tempo, a uniformização político-administrativa interna sugerida pela difusão do galego-português por outros documentos saídos da corte.» (op. cit., p. 99).

Esta língua evoluiu até ao português moderno, escorou o Estado e moldou a Nação, viajou pelo Mundo com os Descobrimentos, plantou-se nos cinco continentes onde

definiu e uniu outros territórios, tornou-se uma língua global, internacional, exprimiu-se em leis, romances, história, ciência, poesia, pensamento, cultura, modo de ser e sentir, identidades, com tantas variantes quantos os seus países, lusófonos. Não esqueçamos o início e o seu porquê: “*assunção da diferença perante as restantes línguas peninsulares, em particular perante o castelhano*”.

Esta nossa língua celebrou 800 anos em 2014, contados do testamento de D. Afonso II, de 1214. E, colectivamente, estamos a entrar nos 900 anos do país que a gerou: Portugal. São realidades formidáveis. Incontornáveis.



A ameaça da Iberofonia: pilar, eixo e perímetro de um Estado-língua

Em 23 de Julho, o ABC, de Madrid, publicou um artigo de opinião de Frigidiano Álvaro Duránte Prados, intitulado “*La Corona y la iberofonia*”. O texto conclui com uma frase que é também o lead: «*São bastantes os sinais, sem mencionar sequer os muitos que vêm de outras fontes, dirigentes e fóruns como as próprias Cimeiras Iberoamericanas, que indicam que algo importante se está a movimentar em favor da cooperação mais estreita entre o conjunto de nações iberofalantes do planeta, espaço que podemos definir como a nova comunidade histórica de Espanha.*»

O artigo coloca Felipe VI e a Coroa espanhola no lugar central da promoção da Iberofonia. Espero que não seja verdade. Desejo que não passe de um impulso oportunista dos que se aproveitam da figura do rei para dar vento a uma política inadequada, inconveniente, até hostil. Voltarei ao tema em breve. Neste espaço dos 900 anos de Portugal, devo, quanto possível, limitar-me a uma abordagem histórica.

O conceito da Iberofonia – tão engenhoso, quanto ardiloso – é uma ideia que tem vindo a ser soprada e trabalhada, sobretudo no quadro da Comunidade

Iberoamericana e seus ramos, desde há cerca de uma década. Basicamente, para nos engolir – e, de caminho, engolir também a CPLP. O conceito mete tudo no mesmo saco, para aumentar e ampliar o poder do miradouro de Madrid – “somos todos o mesmo”. A assinatura “ibérica” é reveladora; e uma nossa velha conhecida.

A iberofonia é o iberismo em modo linguístico e ampliando o compasso pelo mundo fora. Procura capturar por dentro, pela alma e identidade, não escapando os outros países e territórios lusófonos e, talvez para impressionar, até os Estados Unidos da América (contando, aqui, os falantes de espanhol). Por isso, o artigo de Frigidiano Duránte Prados acrescenta: «*no âmbito académico já se denomina “espaço panibérico” ou d’ “a Iberofonia” e inclui o conjunto de países de língua ibérica do mundo que, actualmente, atinge quase a cifra extraordinária de 900 milhões de pessoas, o primeiro bloco geolinguístico do planeta na base da intercompreensão generalizada entre o espanhol e o português.*»



Espaço Multinacional de Línguas Ibéricas

• • • •

O autor, principal promotor da ideia, apresentou, em

Iberofonia – balão vazio, mas perigoso

Iberofonia é, em rigor, um conceito falhado, inepto para se impor. Por uma razão simples: ninguém fala ibérico. O ibérico não existe, é uma invenção fantasiosa. Sim, há as línguas latinas. Mas houve o latim, de que derivaram. Do “ibérico” não nasceu ninguém. Nem ele sequer. Não existe. Nunca existiu.

Os textos reconhecem, por isso, a Iberofonia como neologismo, isto é, uma palavra inventada agora, sem densidade, nem antiguidade. Não tem a nossa antiguidade portuguesa; assim como, é claro, não tem também a de Espanha. Mas é inventada para quê? É inventada para alimentar uma miragem mobilizadora, que nos leva ao engano. Para servir o poder de alguém, como todas as miragens políticas. E esta miragem o que procura é uma reorganização política do espaço.

À partida, o espaço geográfico arrebanhado não passa de

2014, na publicação da sua tese de doutoramento, um Apêndice Cartográfico com a geografia de espaços multinacionais como o da Iberofonia e outros (CPLP, Francofonia, *Commonwealth*, Império Russo, etc.). O Apêndice tem um pormenor muito revelador: o mapa que antecede os da Comunidade Iberoamericana e do “*Espacio Multinacional de Países de Lenguas Ibéricas*” é o do “*Imperio de la Monarquía Hispánica (1580-1640/68)*” – isto é, exactamente o período que chamamos de Dominação Filipina, sendo os anos 1640/68 os 28 anos de guerra que levámos a ver-nos livres do rei espanhol e a consolidar a Coroa de novo em rei português. É sintomático. Consigo imaginar o grito triunfal, em ibérico evidentemente: “*¡Felipes! Hemos vuelto. ¡Más allá que nunca!*”

Não brinquemos por favor. São memórias e lições históricas que tomamos a sério. Sofreu muita gente.

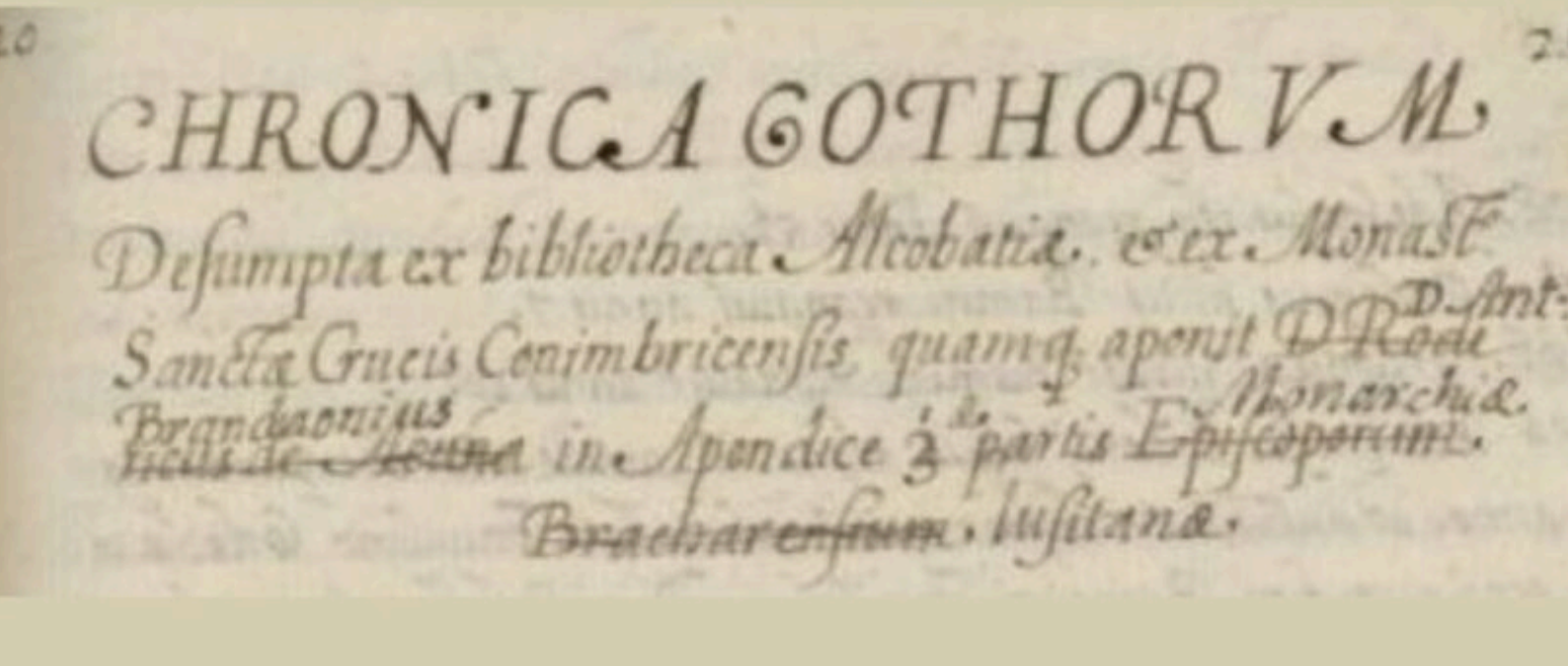
uma açorda, sem contiguidade geográfica, nem mútua pertença, sem identidade própria, nem base histórica bastante. E sobre essa açorda pseudo-ibérica procura afirmar-se (atentemos bem nas palavras e nos conceitos do artigo no ABC) “o primeiro bloco geolinguístico do planeta” e “a nova comunidade histórica de Espanha.” Nada mais, nada menos do que isto mesmo: o primeiro bloco a nível mundial; ao serviço de Espanha.

Retomemos a postulação inicial de Frigidiano Duránte Prados: «*el conjunto de naciones iberohablantes del planeta, espacio que podemos definir como la nueva comunidad histórica de España.*» É preciso ser absolutamente claro a este respeito: não fazemos parte da comunidade histórica de Espanha. Tirem daí o sentido.

Continuamos sempre o caminho de D. Dinis. Iberofonia? Não obrigado.

* Artigo publicado no Observador, em 22.08.2024.

** Presidente da Sociedade Histórica da Independência de Portugal



Lusitanos há 900 anos *

João Paulo Oliveira e Costa **

A recompilação da Chronica Gothorum levaria a associação ao clímax ao referir o rei fundador como “viriatos christianus” e “primus Hercules lusitanus”

Todos os Estados, na sua identificação, procuram antecedentes que os amarem à História – acontecimentos, populações ou heróis singulares que teriam sido o prenúncio de uma determinada entidade autónoma. Tal como as raízes das árvores crescem debaixo do solo antes que a planta rompa a terra e ganhe visibilidade, essas dinâmicas e individualidades anteriores ao Estado também o sustentam e alimentam. Ainda hoje, uma das expressões reconhecidas internacionalmente como sinónimo de “português” é “lusitano” ou a forma abreviada “luso”. Evoca-se, assim, um dos povos que habitavam a Península Ibérica antes da sua conquista pelo Império Romano.

Os lusitanos destacaram-se pela sua luta tenaz contra os invasores e a sua região era tão particular no seio peninsular, que os Romanos criaram a província da Lusitânia. Situavam-se na zona ocidental e montanhosa da Ibéria, a sul do rio Douro, e a província romana incorporava todo o actual território português a sul do Douro e, *grosso modo*, a actual província da Extremadura espanhola, área igualmente marcada por uma orografia enrugada.

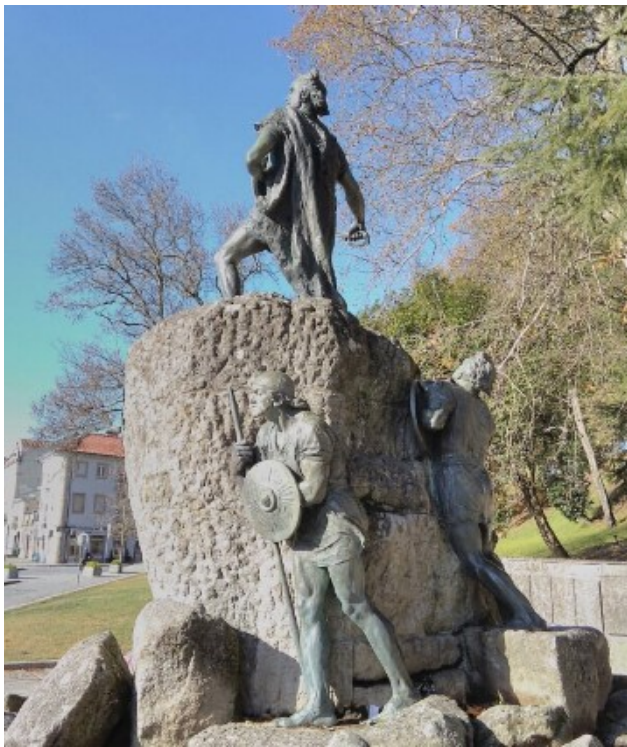


Portugal-Romano

... ..

Dentre os caudilhos que enfrentaram as legiões romanas, sobressaiu a figura de Viriato (181 a.C. – 139 a.C.), verdadeiro herói peninsular, com estátuas e nomes de ruas ou praças em diversas localidades portuguesas e espanholas. As duras campanhas empreendidas por Roma para dominar a Lusitânia, são peça incontornável em qualquer história das guerras romanas e o nome de Viriato é evocado por todos os especialistas da matéria.

As guerras épicas e o caudilho invencível não são um mito ou uma construção patriótica, mas um conjunto de factos históricos indiscutíveis reconhecidos internacionalmente.



Viriato

• • • •

A primeira resenha histórica do país, inserida em *Os Lusíadas* (1572), já recua até aos lusitanos e narra os sucessos e o drama de Viriato, atraído pelos seus próprios oficiais, como parte da História de Portugal. Em pleno Renascimento, muitos povos, mesmo que sujeitos a uma autoridade supranacional, desenvolveram textos e narrativas sobre a sua ancestralidade e Portugal, então já um Estado-nação, não fugiu à regra.

No entanto, além de a filiação na antiga Lusitânia não assentar numa lenda imprecisa e exagerada, mas em factos ineludíveis que a historiografia relembra amiúde, a sua percepção pelos tutores do Estado português não foi forjada na época quinhentista, pois recuava aos alvares da independência.

Na sua tese de doutoramento, intitulada *Da Lusitânia a Portugal. Concepções do espaço e do poder das raízes clássicas às tradições humanísticas*, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Orlando Gama elencou

um conjunto de citações em crónicas e outros textos dos séculos XI, XII e XIII que estabeleciam uma relação directa entre a antiga Lusitânia e os territórios da nova monarquia portuguesa (pp. 210-241). É interessante notar, que a acção militar de D. Afonso Henriques nos demonstra que também ele tinha consciência do conjunto das antigas terras lusitanas, na medida em que, no auge do seu poder, entre 1166 e 1169, chegou a ser senhor de Mérida, Cáceres e Trujillo, cidades que haviam integrado a Lusitânia dos Romanos. A partir do século XV, a associação da Lusitânia a Portugal seria consagrada no discurso político-diplomático da coroa e passaria, pouco depois para a literatura, logo com Gil Vicente que escreveu um *Auto da Lusitânia*, em 1531. A recompilação da *Chronica Gothorum* por frei António Brandão (1584-1637) levaria essa associação ao clímax ao referir o rei fundador como “*viriatos christianus*” e “*primus Hercules lusitanus*”.

O espírito da época em torno do nosso primeiro rei era muito favorável a este tipo de comparações, exaltando a sua grandeza, como bem ressalta do texto que figurava, em latim, no epitáfio do seu primeiro túmulo, onde foi sepultado, aquando da sua morte, em 1185. É José Mattoso, no final da sua biografia *D. Afonso Henriques*, que no-lo conta (pp. 373-374):

«Aqui jaz um outro Alexandre, ou outro Júlio César,
guerreiro invencível, honra brilhante do orbe.
Douto na arte de governar, alcançou tempos seguros,
alternando a sucessão da paz e das armas.
Quanto a religião de Cristo deve a este homem
provam-no os reinos conquistados para o culto da fé.
Alimentado pela doçura da mesma fé, cumulou,
além das honras do reino, riquezas para os pobres infelizes.
Que foi defensor da Cruz e protegido pela Cruz
assinala-o a Cruz, formada de escudos, no seu próprio
escudo.
Ó Fama imortal, ainda que reserves para ti tempos longos,
ninguém pode proclamar palavras dignas de seus méritos.»

Em 1520, o corpo do monarca e o do seu filho D. Sancho I foram trasladados por D. Manuel I para os túmulos actuais no altar-mor da Igreja de Santa Cruz, em Coimbra, e a sepultura original foi destruída. Ficaram os seus registos. E, voltando aos primórdios do reino e à herança lusitana, sopesando todas as referências citadas, a definição tão precoce desta ligação entre Portugal e o espaço da Lusitânia, que já existia 1.300 anos antes da independência, ajuda decerto a compreender a viabilidade e a vitalidade da nação portuguesa, nos séculos subsequentes.

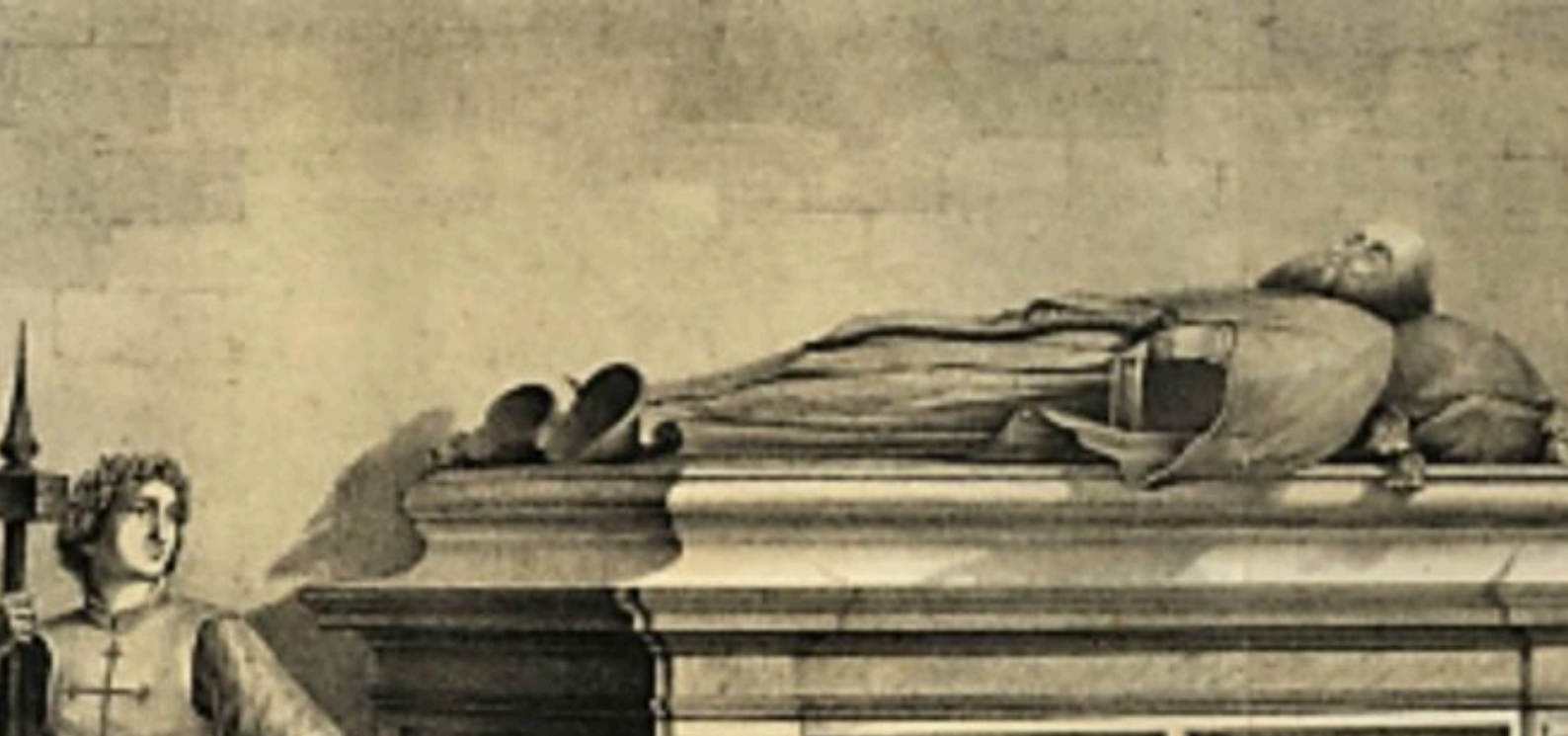


Afonso Henriques



* Artigo publicado no Observador, em 29.08.2024.

** Professor catedrático do departamento de História da NOVA/FCSH e titular da Cátedra Unesco «O Património Cultural dos Oceanos»



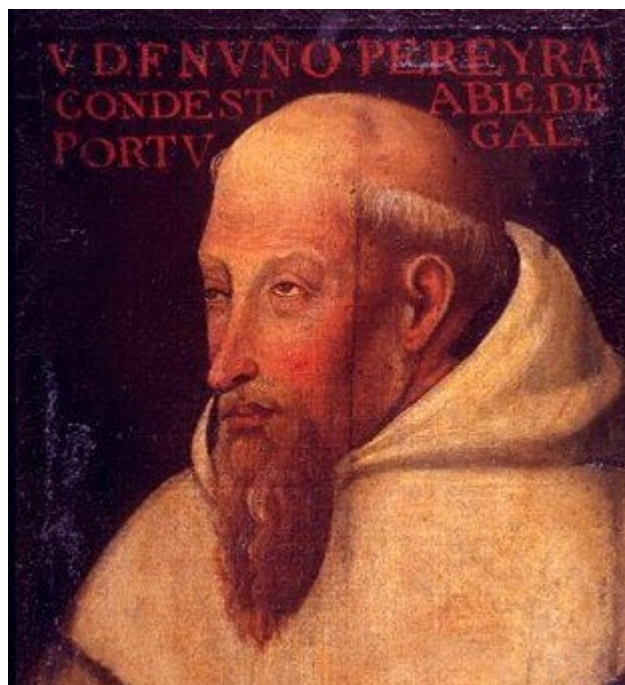
Nun' Álvares Pereira: de guerreiro a santo. Santidade e Política *

José Eduardo Franco **

Como se compreende que aquele que foi elevado ao estatuto de Condestável do Reino tenha sido elevado aos altares pela Igreja Católica como modelo de santidade?

Os santos são para a Igreja modelos de coerência evangélica que esta valida a alto nível através seu magistério pontifício, mas são ao mesmo tempo a sua consciência crítica. Ao longo dos tempos os santos assumiram-se, silenciosamente ou tonitruantemente, como profetas e espelhos críticos do distanciamento entre a instituição igreja e o ideal evangélico de vida proposto por Jesus Cristo. São referências para a Igreja acertar o caminho nos descaminhos da sua história e também se apresentam, com o seu exemplo, como um ideal de humanização, mostrando um horizonte mais alto e mais profundo de realização à vida dos seres humanos na demanda de sentido.

A canonização de Nun' Álvares Pereira com o nome São Nuno de Santa Maria suscitou uma verdadeira avalanche de publicações que revisitam esta extraordinária figura da história portuguesa e a sua época do fim da Idade Média: os séculos XIV e XV portugueses e europeus.



São Nuno Álvares Pereira - Religioso Carmelita



O Santo Condestável D. Nuno Álvares Pereira

Falar de Nun'Alvares é fazer uma viagem a um tempo conturbado e de gestação de um mundo novo que em breve se iria revelar. O Século XIV foi marcado por muitos problemas que deixaram feridas graves na história da Cristandade europeia: a peste negra, a guerra dos Cem Anos, as lutas dentro do papado com o drama dos papas e dos anti-papas apoiados e combatidos por diferentes monarquias, a instabilidade social e política devida às lutas dinásticas ...

Nun'Alvares Pereira, que, depois, viria a tomar o nome religioso de Frei Nuno de Santa Maria e que, nos bancos de escola, conhecemos já como o Santo Condestável, nasceu em 1360 em pleno século de um Portugal que procurava consolidar a sua independência e que gerava a matriz diferenciada da sua língua e da sua literatura com as Cantigas de Amigo e de Amor na Corte de D. Dinis. Era um tempo de guerra, de fomes, de barbáries, mas também era um tempo de poesia, de fé e de grandes valores e ideais. Tempo de extremos, que propiciava grandes testemunhos. É neste contexto que se revela um dos mais extraordinários santos portugueses reconhecido, passados sete séculos, no mais alto grau de santidade da Igreja Católica por Bento XVI.

Sendo certo que um santo é filho do seu tempo e do seu país e, portanto, participa das preocupações e desafios do seu povo, também não deixa de ser certo que o fruto da santidade deve transcender a sua época e representar um testemunho com significado universal, capaz de ser digno de inspiração para toda a humanidade. Só com a constatação da dimensão de universidade é que a Igreja pode elevar um homem ou mulher ao mais alto patamar de santificação certificada.

A memória histórica portuguesa apresenta D.

Nun'Alvares como um dos seus maiores heróis, cuja acção foi de tal modo importante tanto no domínio político, militar e social que a sua vida e obra tem sido valorizada em diferentes ópticas ideológicas. São Nuno reúne qualidades e valores de um herói universal, que fazem dele uma figura capaz de inspiração para várias gerações, épocas históricas e filiações políticas e culturais.



Batalha de Aljubarrota

Notável líder militar e grande estratega, com coragem, valentia e determinação, dirigiu várias operações militares que garantiram a auto-determinação portuguesa em relação à vizinha Castela no quadro da revolução de 1383-85, sendo a batalha de Aljubarrota a mais conhecida peleja que venceu contra o exército espanhol. Politicamente, contribui decisivamente, num momento político em que o Reino de Portugal corria o risco de regressar ao seio da coroa castelhana, para elevar ao trono um rei português, o Mestre de Avis. Aquele que se tornaria D. João I inaugurou uma nova e florescente dinastia, a Dinastia de Avis, que iria, no século seguinte, dar ao país a chamada Ínclita Geração de reis, infantes e navegadores que escreveriam a mais universal página da história portuguesa: o Portugal dos Descobrimentos, construtor da modernidade e da proto-globalização.

Mas esta mudança de actores no governo de Portugal não teve apenas um significado político, mas também social. Representou uma revolução para a época, a chamada primeira revolução portuguesa: favoreceu uma inédita mobilidade social. Numa sociedade de Ordens, controlada pela Alta Nobreza e pelo Alto Clero, Nuno de Santa Maria lidera um movimento que vai permitir àqueles que contavam em segundo e terceiro lugar na hierarquia social – os filhos segundos e bastardos da nobiliarquia, assim como a burguesia comercial – de ascender socialmente e ter lugar na liderança dos destinos do seu povo. Por isso, muitos atribuíram, já na história contemporânea, a Nun'Álvares o estatuto de revolucionário social, sendo admirado por sectores ideológicos surpreendentes, que professavam crenças e ideais diversos dos deste herói medieval.

O Condestável Santo

Como se compreende que aquele que foi elevado ao estatuto de Condestável do Reino, a figura mais importante a seguir o Rei, pelos altos serviços prestados em termos militares e políticos e, portanto, tão embrenhado nas coisas, nos negócios e nos compromissos do mundo tenha sido elevado aos altares pela Igreja Católica como modelo de santidade? Terá sido porque, à semelhança de Santo Agostinho, teria deixado a vida mundana, encerrando-se voluntariamente, nos últimos anos da sua vida, num convento carmelita em 1423, para se tornar o mais humilde dos irmãos e distribuir a sua riqueza pelos pobres e pelos que o tinham servido?

Sim, mas mais do que isso. A Igreja acabou, depois um longo processo de averiguação e de proposição à Santa Sé, por elevar D. Nuno, primeiramente, ao grau de Beato por Bento XV em 1918 e, em 2009, ao grau de Santo por Bento XVI, reconhecendo o Papa a *Vox Populi* que, desde a época em que viveu o Condestável, falecido em 1431, lhe atribuíra prerrogativas de santidade.

Implicado no seu tempo e lutando pelos ideais de liberdade do seu povo, a santidade de D. Nuno afirmou-se pela diferença, pela radicalidade e pela humanidade dos gestos, pelo testemunho da sua fé e pelo sentido de oração em coerência com o Evangelho. Numa sociedade marcada pela guerra, onde a actividade militar era muito valorizada, na medida em que era garantia da protecção e da sobrevivência das comunidades, São Nuno, sendo um exímio guerreiro, pautou-se por uma extraordinária humanidade que fazia a diferença, numa época marcada por muita rudeza e brutalidade. Tratava os seus soldados com afecto e cuidado, repartindo bens e meios, procurava garantir o tratamento digno para os prisioneiros, não permitia que as populações civis fossem brutalizadas, nem as colheitas queimadas, como era prática corrente nas incursões militares do tempo. Rezava e criava momentos de oração para os seus soldados, revelando uma grande devoção a Nossa Senhora, na linha da mais genuína espiritualidade

mariológica lusitana.

Tendo-lhe sido doadas imensas propriedades pelo rei como recompensa pelas suas acções militares que salvaram Portugal do apagamento no mapa dos reinos europeus, distribuiu, mesmo antes de entrar para a vida monástica contemplativa, muitos bens por familiares, companheiros, soldados e servos, além de se ter tornado um dos grandes mecenas da Igreja, financiando a construção de templos e conventos, como é o caso do Convento do Carmo, onde se tornaria o porteiro e irmão serviçal.

Sendo o homem mais rico e mais poderoso do reino, quis aceitar o desafio da radicalidade da mensagem de Cristo, fazendo-se o último e o servo de todos. Aqui reside o testemunho de uma vida extrema que o tornou modelo para Portugal, para o orbe cristão e para o mundo.

Afirmou que acima do poder e da riqueza valores mais altos se alevantam, em nome da afirmação da dignidade humana pela sua abertura à transcendência que transfigura e ilumina a história dos homens.



Santo Condestável Nuno Álvares Pereira no Campo Militar de S. Jorge - Batalha de Aljubarrota

• • • •

Inspirador permanente da alma e da liberdade do povo português

Se foi canonizado pela Igreja, também a literatura antecipou de algum modo a sua “canonização”, fazendo-o um lídimo protagonista da história de Portugal. Por isso, entre muitos outros, com justiça o mais icónico e clássico dos nossos poetas cantou-lhe os feitos e a vida n’Os *Lusíadas*, escrevendo no Canto VIII deste modo já canonizante:

104 |

“Se quem com tanto esforço em Deus se atreve,
Ouvir quiseses como se nomeia,
Português Cipião chamar-se deve;
Mas mais de Dom Nuno Álvares se arreja:
Ditosa Pátria que tal filho teve!”



E o nosso poeta mais contemporâneo, hoje tão globalizado como Camões o foi durante séculos, Fernando Pessoa, elege na sua *Mensagem*, Nun'Álvares Pereira como uma das figuras construtoras do "Projeto Portugal":

"Que aureola te cerca?
É a espada que, volteando.
Faz que o ar alto perca
Seu azul negro e brando.
Mas que espada é que, erguida,
Faz esse halo no céu?
É Excalibur, a ungida,
Que o Rei Artur te deu.
'Sperança consumada,
S. Portugal em ser,
Ergue a luz da tua espada
Para a estrada se ver!"

Assim, a figura de Nun'Álvares Pereira, a sua vida e a sua fama de santidade, tiveram, ao longo dos séculos, vários usos e significados inspiradores ao serviço da construção da identidade portuguesa, da definição plurissignificativa da legitimação da liberdade do povo português para gerir os seus destinos e até da projeção da sua missão teleológica no contexto mais abrangente da história global da humanidade.

• • • •

* Artigo publicado no Observador, em 05.09.2024. Este artigo retoma, atualiza e complementa texto já anteriormente publicado pelo autor.

** Diretor do Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta. Vice-Presidente da Comissão dos 900 Anos de Portugal.

